



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 171 - QUARTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda</p> <p>Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁸⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁷⁾</p> <p>Líder do DEM - 6 Demóstenes Torres ^(3,4)</p> <p>Líder em exercício do DEM - 6 José Agripino ^(2,12) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾</p> <p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade</p>

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 301, de 2011.	41336
1.2 – RESOLUÇÕES	
Nºs 12 a 15, de 2011.	41336
2 – ATA DA 184ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.246, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim, solicitando autorização para desempenho de missão de representação desta Casa em São Paulo – SP, em 17 do corrente.	41342
Nº 1.247, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no pagamento do benefício seguro-defeso.	41342
Nº 1.248, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, solicitando autorização para desempenho de missão de representação desta Casa em São Paulo – SP, em 17 do corrente.	41343
2.2.2 – Comunicação	
Do Senador Walter Pinheiro, informando a impossibilidade de participar de missão no exterior no último dia 8. (Ofício nº 115/2011, de 11 do corrente)	41343
2.2.3 – Leitura de projeto	
Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que convoca plebiscito sobre a construção de usinas nucleoeletricas no Brasil.	41343
2.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR VITAL DO RÉGO – Homenagens a vários municípios paraibanos que aniversariaram no corrente mês e, em especial, a Campina Grande, pelo transcurso do 147º aniversário de sua fundação; e outro assunto.	41350
SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Destaque para a ação do Ministério das Relações Exteriores de ampliar a promoção dos produtos brasileiros no mercado internacional.	41352
SENADOR REDITARIO CASSOL – Agradecimentos pelas manifestações do povo brasileiro em apoio ao projeto de autoria de S. Exª que altera o Código Penal e a Lei de Execuções Penais.	41354
SENADOR EDUARDO SUP LICY – Registro do lançamento do livro “A Influência de Dalmo Dallari nas Decisões dos Tribunais”, ontem, em São Paulo.	41356
SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Considerações sobre proposta apresentada por S. Exª sobre a distribuição de resultados da exploração de petróleo do pré-sal e no pós-sal.	41366
SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Relato dos trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o exame das receitas primárias previstas no Projeto de Lei Orçamentária para 2012.	41367
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Manifestação sobre as medidas adotadas internacionalmente para a garantia da segurança ambiental; e outros assuntos.	41368
SENADOR VALDIR RAUPP – Homenagem a Ulysses Guimarães no transcurso do aniversário de seu desaparecimento.	41370
SENADOR PAULO PAIM – Destaque para a homenagem da Câmara dos Deputados à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; e outros assuntos.	41372
SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Apelo aos sistemas brasileiros de comunicação pela adesão à campanha de diagnóstico de surdez em crianças; e outros assuntos.	41374
SENADOR WALTER PINHEIRO – Considerações sobre a dinâmica do processo econômico e a necessidade de flexibilização do aumento do IPI para veículos importados; e outro assunto.	41375
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Discursos	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Homenagens aos brasileiros pelo transcurso, amanhã,	

do Dia da Padroeira do Brasil, Dia do Engenheiro Agrônomo e Dia das Crianças.....	41384	SENADOR <i>JORGE VIANA</i> – Lamento pela morte do humorista José Thomas da Cunha Vasconcellos; e outro assunto.	41411
SENADOR <i>WILSON SANTIAGO</i> – Homenagem ao Município de Campina Grande pelo transcurso dos 147 anos de sua fundação; e outros assuntos.	41385	SENADOR <i>WALDEMIR MOKA</i> – Comemoração pelo transcurso, hoje, dos 34 anos da criação do Estado do Mato Grosso do Sul.....	41415
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Pedido de esclarecimentos quanto às providências tomadas diante da denúncia, elaborada por S. Ex ^a , da existência de manipulação de resultados e lavagem de dinheiro nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.....	41390	2.4.8 – Leitura de projeto Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).....	41417
SENADOR <i>EUNÍCIO OLIVEIRA</i> – Anúncio da realização de investimentos, pelo Governo Federal, no projeto Cinturão das Águas, no Estado do Ceará.....	41392	2.4.9 – Leitura de requerimentos Nº 1.250, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça.	41419
SENADOR <i>RODRIGO ROLLEMBERG</i> – Preocupação com o aumento do número de acidentes de trânsito em Brasília.....	41394	Nº 1.251, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.....	41419
SENADOR <i>EDUARDO SUPLYCY</i> – Encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do humorista José Thomas da Cunha Vasconcellos..	41397	2.4.10 – Ofício da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região Nº 500, de 2011, na origem, de 29 de setembro último, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2011.....	41420
2.4.2 – Leitura de requerimento Nº 1.249, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos.....	41397	2.4.11 – Ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente Nº 911, de 2011, de 6 do corrente, em resposta ao Requerimento nº 948, de 2010, de informações, de autoria dos Senadores Jefferson Praia e Marisa Serrano.	41425
2.4.3 – Discursos (continuação) SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Considerações acerca das mudanças históricas motivadas por movimentos populares.....	41397	2.4.12 – Discurso encaminhado à publicação SENADOR <i>GEOVANI BORGES</i> – Comentários sobre o artigo intitulado “Parentes do Governador do Amapá, Camilo Capiberibe, são citados no esquema da Operação Mãos Limpas”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, edição de 8 do corrente.....	41425
2.4.4 – Apreciação de matérias Requerimento nº 1.240, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro. Aprovado.....	41401	2.5 – ENCERRAMENTO	
Requerimento nº 1.246, de 2011, de autoria do Senador Paulo Davim. Aprovado.....	41402	3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	
Requerimento nº 1.248, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito. Aprovado.....	41402	4 – RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA	
2.4.5 – Discursos (continuação) SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> , como Líder – Importância dos partidos políticos no patrocínio de causas que interessam à Nação; e outros assuntos.	41402	5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 11.10.2011	
2.4.6 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim) Esclarecimento sobre as votações dos Requerimentos nºs 1240, 1246 e 1248, de 2011.....	41405	SENADO FEDERAL	
2.4.7 – Discursos (continuação) SENADOR <i>ANIBAL DINIZ</i> – Referência à avaliação dos Gestores e Secretários de Estado do Acre nos primeiros 240 dias do Governo Tião Viana; e outro assunto.....	41405	6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
SENADORA <i>LÚCIA VÂNIA</i> , como Líder – Considerações sobre a tensão ocasionada pela transferência de responsabilidades e atribuições da União para os Estados sem o aporte dos recursos necessários.....	41410	7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
		8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
		CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 301, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes, celebrado em Brasília, em 15 de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes, celebrado em Brasília, em 15 de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de outubro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 6.8.2011.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 2011

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à Caixa Econômica Federal (CEF), para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

(Bird), no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao “Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pela Caixa Econômica Federal (CEF), no valor total equivalente a até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao “Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

II – valor do empréstimo: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos);

III – modalidade: margem fixa, sendo facultada a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, e da moeda de referência do empréstimo;

IV – amortização do saldo devedor: cada tranche de desembolso será amortizada em parcelas sucessivas e sempre que possível iguais, pagas em 15 de abril e em 15 de outubro de cada ano, iniciando-se a primeira na 9ª (nona) data de pagamento de juros da respectiva tranche e a última na 38ª (trigésima oitava), observada a data limite de amortização de 15 de abril de 2034, sendo que cada uma das parcelas corresponderá a 3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do montante desembolsado da respectiva tranche, exceto a última parcela, que corresponderá ao restante do saldo devedor;

V – juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa

composta pela taxa de juros Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem (spread) a ser determinada pelo Bird na data de assinatura do contrato;

VI – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, aos juros devidos e ainda não pagos, incidindo sobre o principal até a data do efetivo pagamento desse montante;

VII – comissão à vista: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º É facultado ao mutuário, com consentimento por escrito do fiador, solicitar ao Bird a conversão da taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de fluante para fixa, ou vice-versa, e de sua moeda de referência para o montante já desembolsado e para o montante a desembolsar.

§ 2º Para o exercício das opções referidas no § 1º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo Bird na sua realização.

Art. 3º A autorização prevista no caput é condicionada a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de outubro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2011

Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Espírito Santo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o “Programa Rodoviário do Espírito Santo III (Pres III)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Espírito Santo;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário do capital ordinário do BID, com taxa de juros baseada na Libor;

VI – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato de empréstimo;

VII – amortização: parcelas semestrais, sucessivas e sempre que possível iguais, pagas em 15 de junho e em 15 de dezembro de cada ano, vencendo a primeira após transcorridos 5 (cinco) anos e a última antes de transcorridos 25 (vinte e cinco) anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na Libor, mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor, mais uma margem (spread) para empréstimos do capital ordinário;

IX – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID e calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que, em hipótese alguma, ex-

cederá ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

X – despesas com inspeção e supervisão gerais: o valor devido em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É facultado ao mutuário, com consentimento por escrito do fiador, exercer a opção de conversão da taxa de juros aplicável ao montante total ou parcial do empréstimo, de flutuante, baseada na Libor, para fixa, e vice-versa, em montantes mínimos e prazos definidos no contrato de empréstimo.

§ 3º Para o exercício das opções referidas no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Espírito Santo na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado do Espírito Santo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Espírito Santo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, e o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de outubro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2011

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 107.332.500,00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento do “Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de até US\$ 107.332.500,00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao “Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – valor: até US\$ 107.332.500,00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares norte-americanos);

IV – modalidade: margem variável;

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2016;

VI – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas em 1º de junho e em 1º de dezembro de cada ano, vencendo a primeira parcela em 1º de dezembro de 2016 e a última em 1º de junho de 2041, com cada parcela correspondendo a 2% (dois por cento) do valor total do empréstimo;

VII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros de referência do mercado interbancário londrino (Libor) semestral para dólar norte-americano, acrescida de uma margem

(spread) a ser determinada pelo Bird semestralmente;

VIII – comissão à vista (front-end fee): até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

IX – opção de alteração da modalidade de empréstimo: a contratação na modalidade “margem variável” permite a alteração para a modalidade “margem fixa” mediante solicitação formal ao credor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º A formalização do contrato de empréstimo deverá ser precedida da aprovação das seguintes minutas:

I – portarias de criação do Comitê Gestor e das Unidades de Gerenciamento do Programa; e

II – manual operacional.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de outubro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2011

Autoriza a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até €100.000.000,00 (cem milhões de euros), com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), no valor de até €100.000.000,00 (cem milhões de

euros), com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha;

II – devedor: Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor do empréstimo: até € 100.000.000,00 (cem milhões de euros);

V – valor da contrapartida: €20.000.000,00 (vinte milhões de euros);

VI – prazo de desembolso: até 20 de junho de 2015;

VII – amortização: o empréstimo será pago em 18 (dezoito) parcelas semestrais, sucessivas, aproximadamente iguais, vencendo-se a primeira 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato;

VIII – juros aplicáveis: exigidos semestralmente, em 20 de junho e em 20 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo a uma taxa fixa de 3,11% a.a. (três inteiros e onze centésimos por cento ao ano);

IX – juros de mora: 300 (trezentos) pontos-base acima da taxa base de juros cobrada pelo Banco Central da Alemanha;

X – comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo não desembolsado, sendo devida nas mesmas datas das parcelas de amortização;

XI – taxa de administração: 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo, paga em uma única parcela em até 3 (três) meses após a assinatura do contrato, mas, em qualquer caso, antes do primeiro desembolso.

Parágrafo único. Caso opte por cancelar algum desembolso, o devedor, além de obter o prévio consentimento do credor, deverá pagar uma taxa de indenização pelos juros não recebidos.

Art. 3º É o Estado de Minas Gerais autorizado a conceder contragarantias adicionais à União na operação de crédito externo referida nesta Resolução,

mediante vinculação de suas receitas de que trata o art. 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, da Constituição Federal.

Art. 4º A autorização prevista no caput do art. 1º é condicionada a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam cumpridas as seguintes condições:

I – formalização, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais e pelo Estado de Minas Gerais, do respectivo contrato de contragarantia;

II – verificação, pelo Ministério da Fazenda, do cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, as quais constam da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 5º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de outubro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 184ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 11 de outubro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Wilson Santiago e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 25 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

184ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/10/2011 07:32:22 até 11/10/2011 20:33:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ		X					
PSDB	MG	AÉCIO NEVES		X					
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
PP	RS	ANA AMÉLIA		X					
PT	AC	ANIBAL DINIZ		X					
PR	MS	ANTÔNIO RUSSO		X					
PR	MT	BLAÍRO MAGGI		X					
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X					
PSDB	GO	CYRO MIRANDA		X					
PT	MS	DELCEIDIO DO AMARAL		X					
PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFFETEIRA		X					
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA		X					
PSDE	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X					
PTB	DF	GIM ARGELLO		X					
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X					
PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
PT	AC	JORGE VIANA		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X					
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS		X					
PSDB	GO	LÚCIA VANIA		X					
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE		X					
PR	ES	MAGNO MALTA		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
P.SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES		X					
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO		X					
PSB	DF	RÓDRIGO ROLLEMBERG		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN		X					
PR	TO	VICENTINHO ALVES		X					
PMDB	PB	VITAL DO REGO		X					
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA		X					
PT	BA	WALTER PINHEIRO		X					
PT	PI	WELLINGTON DIAS		X					
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO		X					

Compareceram: 46 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.246, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 17 de outubro de 2011, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação em São Paulo – SP, oportunidade em que estarei participando de audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

Nestes termos,

Aguardo deferimento.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 2011. –
Senador **Paulo Davim**.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.247, DE 2011

Requeiro, com fundamento no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União – TCU, a realização de auditoria no seguro-defeso, sob responsabilidade dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Pesca e Aquicultura, com o propósito de averiguar as denúncias de fraudes veiculadas pela imprensa no mês corrente.

Justificação

O seguro-defeso, ou bolsa pesca, é um benefício equivalente a um salário mínimo mensal concedido aos pescadores artesanais de todo o país, por quatro meses, na época do defeso, período em que, para garantir a reprodução dos peixes de mar ou de rios, a pesca é proibida. Este benefício consumirá, este ano, R\$ 1,3 bilhão do Orçamento da União e está sendo pago sem qualquer controle pelo governo federal. Por esta razão, é alvo de dezenas de inquéritos devido a denúncias dos mais diversos tipos de fraudes. Segundo

essas denúncias, há Estados em que o benefício virou moeda de barganha para compra de votos em eleições.

Em artigo publicado no jornal O GLOBO, de autoria do fundador da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, se expôs o aumento do número de benefícios concedidos pelo seguro-defeso: em 2003, eram 113.783 favorecidos; em 2011, esse número aumentou para 553.172, o que fez aumentar o gasto do governo com o benefício, que foi de R\$ 81,5 milhões em 2003 para R\$ 1,3 bilhão, mais que o dobro do orçamento do Ministério da Pesca (R\$ 553,3 milhões), em 2011.

Nos últimos dois anos, a Controladoria-Geral da União (CGU) apurou que, dos 613,6 mil benefícios pagos, 60,7 mil (9,9%) têm indícios de irregularidades, o que representa um montante de R\$ 91,8 milhões que podem ter sido pagos indevidamente.

De acordo com a CGU, existem indícios de que o seguro-defeso está sendo pago a pessoas que já tem outras fontes de renda, bem como pessoas que recebem benefícios previdenciários permanentes (pagos pelo INSS), que são sócias de empresas ou, até mesmo, falecidas. Em todos esses casos, os beneficiários são impedidos de receber os valores, pois o seguro-defeso só pode ser pago a quem vive exclusivamente da atividade pesqueira (arts. 2º, inciso IV, alínea “c”, e 4º da Lei 10.779/2003).

O maior problema apontado por procuradores que investigam as irregularidades é a falta de controle do governo federal na concessão do Registro Geral da Pesca (RGP), cadastro que possibilita o requerimento do benefício. Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, hoje o governo nem sabe quantos pescadores artesanais existem no país. Ele afirma: “A fraude está na concessão do RGP. Em alguns estados, soubemos que usaram o seguro-defeso para pessoas se elegerem”.

Outro grande problema é a diminuição de transparência na prestação de contas do governo. Até este ano, o pagamento do seguro aparecia discriminado no Orçamento da União como sendo a ação “0585 – Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal”. No projeto de lei do Orçamento de 2012, porém, essa ação não aparece mais, ficando embutida dentro do valor global do seguro-desemprego. Ou seja, em vez de isolar a ação para poder acompanhá-la melhor, que seria o recomendável quando se tem uma área problemática como essa, o governo foi no sentido contrário, diminuindo a transparência.

Apesar das denúncias de fraude, das centenas de pessoas investigadas pelo Ministério Público Federal (MPF) e da constatação, pela Controladoria Geral da

União (CGU), de que foram efetuados 60,7 mil pagamentos irregulares só nos últimos dois anos, o governo federal pretende destinar mais verba para o seguro-defeso em 2012. Segundo o Ministério do Trabalho, de onde saem os recursos para o seguro, a previsão para o benefício no orçamento de 2012 é de R\$ 1,648 bilhão – R\$ 348 milhões a mais do que o orçado para este ano, o que representa um aumento de 26,7%.

Além de já considerar o reajuste no valor do salário mínimo, o aumento previsto no montante pago pelo benefício se deve também à ampliação no número de beneficiados. Segundo o Ministério do Trabalho, 553.172 recebem o seguro, mas o número de beneficiados vai passar para 639.970 no ano que vem.

Por todo o exposto, o seguro-defeso acumula uma sequência de descabros, que exigem providências dos órgãos de fiscalização, como o TCU. Tais providências devem ocorrer no sentido de defender a população, que tem sido vítima da desídia, da incompetência e da omissão do governo federal.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2011. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.248, DE 2011

(Da Senadora Marinor Brito)

Requeiro, na forma do art. 13, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 17 de outubro, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação em São Paulo – SP, oportunidade

em que estarei participando de audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

Sala das Sessões, – Senadora **Marinor Brito**, PSOL/PA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência recebeu o Ofício nº 115/2011, de 11 de outubro do corrente ano, do Senador Walter Pinheiro.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 115/2011

Brasília, 11 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Informo a V. Ex^a que motivos imperiosos a minha vontade me impossibilitaram de aceitar convite de viagem a Espanha e Portugal no último dia 8 de outubro para conhecer parques eólicos e aerogeradores, de acordo com requerimento nº 1.185/2011, de minha autoria e aprovado em plenário.

Atenciosamente, – Senador **Walter Pinheiro**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O expediente lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 1.185, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 285, DE 2011

Convoca plebiscito sobre a construção de usinas nucleocelétricas no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É convocado plebiscito, de âmbito nacional, nos termos do art. 49, XV, da Constituição da República e da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, com o objetivo de consultar os eleitores sobre a construção de usinas nucleocelétricas no Brasil.

Art. 2º O plebiscito de que trata este Decreto Legislativo será constituído de uma única pergunta, à qual os eleitores responderão "sim" ou "não", vazada nos seguintes termos:

"O Brasil deve construir usinas nucleoeleétricas em seu território?"

Art. 3º O plebiscito a que se refere o art. 1º deverá acontecer conjuntamente com a primeira eleição a se realizar seis meses ou mais após a entrada em vigor deste Decreto Legislativo.

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral determinará as providências necessárias para a realização e apuração do referido plebiscito, de acordo com o disposto no art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de decreto legislativo tem por objetivo propor plebiscito ao eleitorado nacional sobre a construção de novas usinas nucleoeleétricas no Brasil. O tema tem sido discutido em todo o mundo, por todos os países que possuem a tecnologia para a produção de energia elétrica de fonte nucleoeleétrica, após o acidente nuclear ocorrido em Fukushima, no Japão.

Sobre o assunto, o Jornal *O Estado de São Paulo*, de 16 de maio de 2011, publica artigo do professor José Goldemberg, da USP, sob o título "O futuro da Energia Nuclear", do qual retiramos a elucidativa análise sobre o emprego desta energia:

A energia nuclear parece atravessar um desses períodos críticos: ela teve uma "época de ouro" entre 1970 e 1980, quando entraram em funcionamento cerca de 30 novos reatores nucleares por ano. Após o acidente nuclear de *Three Mile Island*, nos Estados Unidos, em 1979, e em Chernobyl, na Ucrânia, então parte da União Soviética, em 1986, o entusiasmo por essa tecnologia diminuiu muito e desde então apenas dois ou três reatores entraram em funcionamento por ano. Houve uma estagnação da expansão do uso dessa energia. As causas dessa estagnação são complexas: por um lado, a resistência do público, preocupado com os riscos da energia nuclear; e, por outro, razões mais pragmáticas, como o seu custo elevado. Apesar desses problemas, a produção de energia nuclear não resulta em emissões de gases responsáveis pelo aquecimento da Terra, que é o caso quando se produz energia elétrica com combustíveis fósseis, como carvão ou gás natural. As preocupações com o efeito estufa levaram vários ambientalistas a apoiar uma "renascença nuclear". Mas eis que acontece o desastre de Fukushima, com gravidade comparável à de Chernobyl, afetando diretamente centenas de milhares de pessoas e espalhando inquietações sobre o efeito da radiação nuclear numa vasta área do Japão e de países vizinhos. [...] Reatores nucleares contêm dentro deles uma enorme quantidade de radioatividade e o problema é sempre o de evitar que ela se espalhe, como se verificou em Chernobyl. Sucede que não é preciso um terremoto e um tsunami para que isso aconteça. Bastam falhas mecânicas e erros humanos, como ocorreu em *Three Mile Island*. Segurança total não existe. [...] Como resultado dessas inquietações e incertezas, está em curso uma reavaliação, em grande número de países, sobre o futuro da "renascença nuclear" e da sobrevivência da própria opção do uso de reatores nucleares para a geração de eletricidade. Alguns países já adotaram o que se chama de "estratégia de saída", pela qual novos reatores não serão construídos. A Bélgica e a Suíça já adotaram essa política, bem como o Chile e a Alemanha. A China suspendeu a autorização para a construção de mais usinas até que seja feito um reestudo completo das suas condições de segurança. Nos Estados Unidos, acaba de ser abandonado o projeto de construção de dois reatores no Estado do Texas, os primeiros a serem iniciados após mais de 30 anos de moratória nuclear. Outros países, provavelmente, seguirão o mesmo caminho, sobretudo os que dispõem de outras opções mais econômicas e menos perigosas para a geração de energia elétrica. Esse é, claramente, o caso do Brasil, onde existe um amplo potencial hidrelétrico a explorar, bem como a cogeração de eletricidade nas usinas de açúcar e álcool, e também a energia eólica. A Agência Internacional de Energia Atômica reduziu sua projeção de novos reatores nucleares no mundo para 2035 em 50%.

Inicialmente, essa questão nos chegou por intermédio do professor José Moura Gonçalves Filho, do Instituto de Psicologia da USP, que pertence a um grupo de estudiosos que tomaram a iniciativa de fomentar ações públicas contrárias ao estabelecimento de usinas nucleares no Brasil. Basicamente, eles levantam a questão da falta de segurança das populações vizinhas às usinas, o problema dos depósitos de rejeitos nucleares e o alto custo da continuação do programa de construção de usinas nucleares em nosso território.

Por outro lado, recebemos considerações do Professor Everton Carvalho que rebatem os argumentos formulados. Diz ele que "não há risco zero em nenhum tipo de usina nuclear, assim como em nenhum outro tipo de instalação industrial que manipula materiais perigosos (gases, produtos químicos, explosivos, combustíveis etc). [...] O que se deseja é que riscos de acidentes sejam aceitáveis do ponto de vista social. Para isto os estados (países) possuem um sistema regulatório para as atividades perigosas e as agências reguladoras são encarregadas de realizar o licenciamento ambiental (que inclui a análise de riscos de acidentes) e de fiscalizar a operação das instalações". Afirmo, ainda, que não se tem registro de "acidentes envolvendo os rejeitos de usinas nucleares com impactos significativos" e de que, do ponto de vista econômico, "os indicadores do custo de energia nucleoeleétrica a ser oferecida ao mercado é vantajosa em relação às demais opções de geração térmica".

Assim, pela importância que envolve a questão e por ser um tema que encerra grande polêmica, avaliamos ser oportuno lançar mão do instituto da democracia direta – o plebiscito – para consultar o povo, em âmbito nacional, sobre o futuro das usinas nucleares em nosso país.

Sala das Sessões,

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

.....

LEI Nº 2.702, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1998.

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei.

Art. 4º A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

§ 1º Proclamado o resultado da consulta plebiscitária, sendo favorável à alteração territorial prevista no caput, o projeto de lei complementar respectivo será proposto perante qualquer das Casas do Congresso Nacional.

§ 2º À Casa perante a qual tenha sido apresentado o projeto de lei complementar referido no parágrafo anterior compete proceder à audiência das respectivas Assembléias Legislativas.

§ 3º Na oportunidade prevista no parágrafo anterior, as respectivas Assembléias Legislativas opinarão, sem caráter vinculativo, sobre a matéria, e fornecerão ao Congresso Nacional os detalhamentos técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada.

§ 4º O Congresso Nacional, ao aprovar a lei complementar, tomará em conta as informações técnicas a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 5º O plebiscito destinado à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de Municípios, será convocado pela Assembléia Legislativa, de conformidade com a legislação federal e estadual.

Art. 6º Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e o referendo serão convocados de conformidade, respectivamente, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica.

Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I – fixar a data da consulta popular;

II – tornar pública a cédula respectiva;

III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 9º Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá suspensa sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 11. O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 12. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

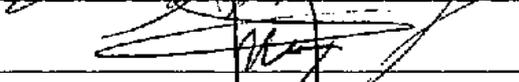
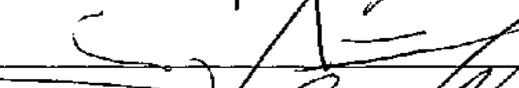
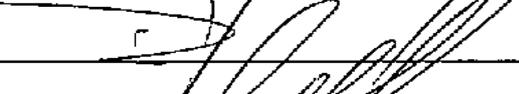
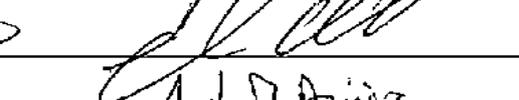
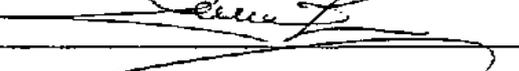
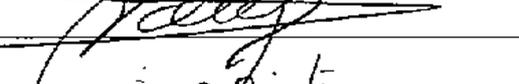
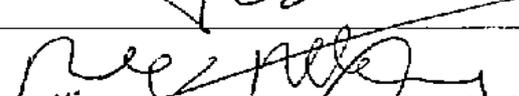
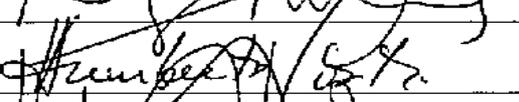
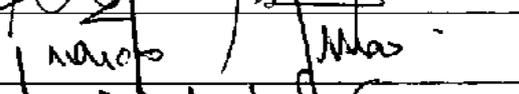
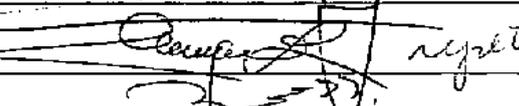
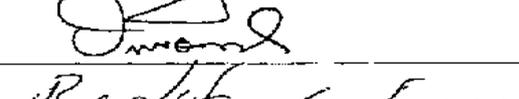
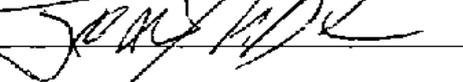
§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

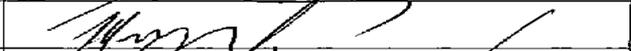
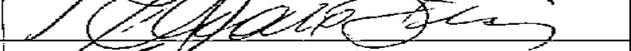
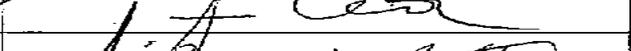
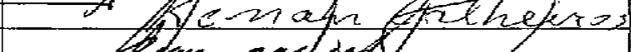
§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades da técnica legislativa ou de redação.

Art. 14. A Câmara dos Deputados, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 13 e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 18 de novembro de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

<p>SENADOR(A) (NOME)</p>	<p>ASSINATURA (PDS - Plebiscito sobre Construção de Usinas Nucleoelétricas no Brasil)</p>
EDUARDO SUPRICY	
TINIBERO PT-BA	
LINDBERGH	
WELLINGTON	
AUGUSTO MONTANO	
Amador Diviz (PT-AC)	Amador Diviz
Ana Amélia	
CÉSIO RAMOS	
Ribeiro P. F. F. F.	
Joaquim Pinheiro	Joaquim Pinheiro
Breno Lacerda	
Rodrigo Kollerberg	
Humberto Costa	Humberto Costa
Vitor Batocha	
Ricardo Ferraz	Ricardo Ferraz
Deise de Almeida Gomes	
Ana Amélia (PP/RS)	Ana Amélia repetido
Blairo Maggi	
Vanessa Graziotin	Vanessa
	Rodrigo Cassol
	

SENADOR(A) (NOME)	ASSINATURA (PDS – Plebiscito sobre Construção de Usinas Nucleoelétricas no Brasil)
Aloysio Nunes	
Lopo Marques	
JOSE ABRILINO	
Alvaro Dias	
Eunício Oliveira	
Inácio Arruda	
Paulo Paim	
FLEX RIBEIRO	

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Solicito minha inscrição, que já está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a, Vital, falou primeiro, mas o som saiu depois.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E se a minha voz chegou após a voz da Senadora Ana Amélia, não tenho como imaginar que a minha voz seja tão suave, tão importante como a da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Mas, em relação a isso, não há alteração, não é, Senadora Ana Amélia?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu fico exatamente aguardando a vez.

Eu ia pedir inscrição pela Liderança do PMDB, na condição de 1º Vice-Líder, e o Senador Paulo Paim, que é o primeiro orador inscrito, declinou-me, haja vista a necessidade de eu viajar ao meu Estado, que é o seu, Sr. Presidente, para inverter as posições de inscrição.

Então, peço isso a V. Ex^a e agradeço já de pronto ao Senador Paulo Paim, pela generosidade, que é própria dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora ...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como orador, para uma comunicação inadiável. Primeiro inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senadora Ana Amélia, Liderança?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sou, em rigor, a primeira inscrita, mas o Senador Vital do Rêgo vai falar no horário do Senador Paim, e estou inscrita para falar pela Liderança do PP, cuja solicitação já está encaminhada à Mesa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Suplicy, V. Ex^a é o primeiro para comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para comunicação inadiável, com prevalência. Então, o Presidente vai decidir.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra..

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Liderança do PDT. Para comunicação só tem o Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Liderança do PDT.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Inácio Arruda, Liderança do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Segundo, Senador Wilson Santiago, comunicação inadiável.

Senador Inácio Arruda, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela Liderança do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Pela Liderança do PCdoB.

Senador Paim, V. Ex^a só deseja abraçar a Senadora Ana Amélia. Então, parabéns a V. Ex^a!

Iniciamos os oradores inscritos. Por permuta com o Senador Paim, tem a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Renovo os agradecimentos ao Senador Paim, que vive acumulando créditos em atenção. Quanto mais V. Ex^a precisar, poderá utilizá-los, pela forma carinhosa, cortês e amiga com que V. Ex^a sempre me trata.

Antes, eu queria, ao ver o Senador Acir Marcos Gurgacz... Depois vou contar aos senhores, quando tiver tempo, nesse périplo pelo País, como o nome Gurgacz tem sonoridade e uma pronúncia interessante em cada parte deste mundo.

O Senador Acir, hoje, presenteia-nos. E quero fazer menção a V. Ex^a, Senador Acir, com um extraordinário relatório de receita, que dará ao Congresso Nacional, à Comissão Mista de Orçamento uma visibilidade com relação à política de investimentos da Presidente Dilma.

S. Ex^a fez um trabalho denso, rigoroso e extremamente ousado, com dificuldades, peculiaridades próprias de uma crise mundial, Senadora Ana, quando a inflação, o dólar e o PIB influenciam diretamente. V. Ex^a é uma comentarista e analista econômica e sabe que o Senador Acir tratou dessa matéria com muita, muita delicadeza, por força da instabilidade que a crise econômica mundial causou.

Ele entrega, hoje, um relatório fantástico sob o ponto de vista da sua essência, e quero, antes de entrar no discurso propriamente dito, prestar as minhas homenagens, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Senador Acir, com a palavra. V. Ex^a pediu o aparte.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Agradeço a V. Ex^a pela confiança em mim depositada, colocando sob nossa responsabilidade esse trabalho tão importante, que é o Relatório da Receita 2012, para o qual tivemos um apoio muito grande de toda a equipe do Congresso Nacional. Tanto os técnicos da Câmara quanto os do Senado fizeram um belíssimo trabalho, como sempre, dando-nos apoio. Mas quero, aqui, agradecer a confiança de V. Ex^a para conosco,

incumbindo-nos dessa matéria tão importante. Muito obrigado, Senador.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Confiança dada, resultado recebido. V. Ex^a nos prima com um relatório extraordinário.

Quero fazer menção, Sr. Presidente Wilson Santiago, a terras que V. Ex^a conhece muito bem; à terra de Brejo do Cruz, que aniversariou no dia 1º de outubro; à terra de Catingueira, Município de Catingueira, que se emancipou e aniversariou no dia 4 de outubro; ao nosso querido Município de Taperoá, que deu uma votação tão expressiva a V. Ex^a e a mim, no dia 6 de outubro; ao Município de São João do Rio do Peixe – Senador Wilson, o senhor conhece cada esquina daquela cidade e aniversariou no dia 8 de outubro –; e ao Município de Conceição, também dia 8 de outubro.

São esses os aniversariantes do mês. A exemplo do que faço com a minha Campina Grande, com a nossa Campina Grande, com a Campina Grande de todos os brasileiros que amam e admiram aquela terra, eu queria me juntar e homenagear todos esses Municípios, em nome da cidade Rainha da Borborema, que completa 147 anos de emancipação política.

Nesse aniversário, além dessas homenagens, destaco alguns aspectos que são muito importantes para Campina Grande, a exemplo das demais cidades do interior brasileiro.

A cidade tem duas grandes vocações: empreendedorismo e valorização da educação. Em termos econômicos, é a segunda maior cidade da Paraíba e constitui quase 15% do Produto Interno do Estado. Em nível nacional, é o 128º maior Município do País, em termos econômicos, de acordo com dados do IBGE.

Além disso, as qualidades da cidade se refletem no fato de ser a 70º melhor cidade para se trabalhar no Brasil, de acordo com o *ranking* elaborado pela revista *Você S/A*, em 2009. Tal índice, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, levou em conta os fatores: educação, vigor econômico e serviços de saúde.

Da mesma forma, a revista *Veja*, em matéria publicada em setembro de 2010, destacou Campina Grande como uma das 20 futuras metrópoles brasileiras. Segundo a destacada revista semanal, os anos 2000 foram marcados por grande progresso naquela cidade. Além disso, é ressaltado o fato de que gravitam em torno de Campina Grande 60 Municípios que compõem o Piemonte da Borborema ou o Compartimento da Borborema.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a revista constatou o progresso decorrente da administração do prefeito Veneziano Vital, que tem investido de maneira consistente em infraestrutura, sempre em busca do desenvolvimento

econômico, atraindo grandes investimentos comerciais e industriais na cidade.

Hoje, o povo de Campina está mais feliz com a elevação de renda e receita para cada cidadão.

Muitas obras têm se concretizado ao longo de décadas. A nossa realidade, Sr. Presidente, agora é outra. O reflexo dessa construção de base econômica, sólida, é que outra publicação de destaque nacional, a revista *Exame*, destacou, neste último mês de setembro, que apenas uma empresa paraibana, a campinense Cadensil – queremos saudá-la – posicionou-se entre as 250 empresas que mais crescem no Brasil. Ao Jonas Cabral, o seu presidente, as nossas homenagens.

Se a economia tem se destacado nacionalmente, outro pilar do desenvolvimento campinense é a educação. Isso pode ser percebido quando lemos, nas principais publicações, nos principais jornais, que um jovem aluno da Universidade Federal de Campina Grande foi o primeiro brasileiro a conquistar uma medalha de ouro na Olimpíada Internacional de Informática, competição disputada há 23 anos.

Além disso, em 2008, a cidade foi eleita, mais uma vez, como base tecnológica do País, segundo o levantamento do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Hoje, Campina é considerada uma referência na pós-graduação, notadamente na área tecnológica. Exporta alunos para empresas de vários países do mundo, tem uma incubadora de empresas nas diversas áreas de tecnologia e é uma exportadora de *softwares*. A cidade foi destaque na revista americana *Newsweek* como a mais importante no polo de produção tecnológica da América do Sul e um dos 10 mais importantes centros tecnológicos do mundo.

Esse progresso todo em Campina Grande, inevitavelmente, tem a mão, a luta, o destemor do prefeito Veneziano Vital. A cidade que havia desaparecido desses *rankings*, que estava fora desses *rankings* de desenvolvimento publicados por importantes revistas nacionais, retornou a eles a partir de sua administração, iniciada em 2005.

Para comemorar o aniversário de 147 anos, a Prefeitura Municipal estabeleceu um cronograma de inaugurações de obras e ações. O início é a pavimentação de diversas avenidas, o funcionamento de programas em unidades de saúde em diversos bairros da cidade. Também é preciso destacar as escolas municipais, reformadas e ampliadas.

As comemorações pelo aniversário de Campina Grande continuam com o início de obras de urbanização em diversos bairros da cidade.

Quero destacar, Sr. Presidente, que Campina Grande foi a primeira cidade da Paraíba a contratar

as obras do PAC, a primeira a iniciá-las e a primeira a inaugurar-las.

Em Campina Grande, está-se fazendo a maior obra de urbanização de áreas carentes entre todas as cidades de porte médio do País. Enfim, um conjunto significativo de medidas para dar solidez ao desenvolvimento dessa majestosa cidade chamada Rainha da Borborema.

Nós, campinenses, agradecemos ao prefeito Veneziano Vital pelo dinamismo e pela vontade de fazer. Parabéns a Campina Grande!

Aqui, no Senado, continuaremos a avançar com suas conquistas. E quero agradecer de forma penhorada, sentida, o gesto de carinho do Senador Cícero Lucena, que, ontem, ressaltou as belezas da nossa terra, a terra em que nasci e que aprendi a amar.

Quero agradecer as manifestações do também Senador Wilson Santiago, que, logo mais, falará sobre Campina Grande nesta tribuna.

Quero conceder um aparte ao meu querido, gentil, amigo pessoal, fraterno, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Vital do Rêgo, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que vem fazendo em todas as suas áreas de atuação. Mas a pergunta será precisa. Li no jornal de hoje que V. Ex^a faz uma projeção. Quero perguntar-lhe se é mais ou menos isso ou se o jornal se equivocou. V. Ex^a disse que, na previsão do Orçamento, poderemos ter R\$25 bilhões a mais? É isso mesmo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É isso mesmo, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Só anima os aposentados.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só anima os aposentados.

Senador Paim, respondendo a V. Ex^a e já mencionando novamente o Senador Acir, o trabalho não foi meu. Eu conduzi o trabalho. O trabalho foi do Senador Acir Gurgacz, que deve falar daqui a pouco, em nome da Liderança do PDT. Ele, com um grupo de excepcionais funcionários do Senado da República, conseguiu, com a Comissão Mista de Orçamento, levantar uma receita que é fruto dessa instabilidade econômica, que mudou alguns percentuais. Antes, o Governo os tinha adotado como parâmetros, em junho do ano passado, quando os remeteu ao Orçamento. Esses parâmetros mudaram. Alterou-se a inflação, alterou-se o PIB e alterou-se o valor do dólar.

Efetivamente, o Senador Acir nos brinda com um presente que levanta a expectativa de tantos trabalhadores pelo Brasil afora.

V. Ex^a fala com muita propriedade dos aposentados, o que, como sempre, é uma marca da sua história, a bela história de um Parlamentar invejável.

Quero, para concluir, Sr. Presidente, apenas externar ao Brasil – já fiz isso agora há pouco na Comissão de Orçamento – que estamos avançando, e muito, no processo de obtenção de consenso na Casa sobre a mais importante matéria. Certamente, meu queridíssimo Relator do Plano Plurianual de Investimentos, Senador Walter Pinheiro, estamos avançando muito nessa matéria, que é, sem dúvida alguma, repito, a mais importante em discussão no Senado neste momento – quiçá no ano inteiro.

Vinte e um projetos tratam da distribuição dos *royalties* do petróleo da camada pós e pré-sal. Conseguimos, como Relator dessa matéria, em plenário, juntar esses 21 em 2 projetos referenciais: o projeto do Senador Wellington Dias e o Projeto de Lei da Câmara nº 16, que deu origem à lei que foi vetada na sua emenda, na emenda do conterrâneo de V. Ex^a, do queridíssimo Deputado Ibsen Pinheiro.

Chegamos a alguns avanços importantes hoje. Esses avanços haverão de continuar até a próxima segunda-feira, porque temos uma data marcada pelo Presidente Sarney, a data do veto. E o Presidente Sarney, que nos está dando a honra de sua presença, já em plenário, foi extremamente cortês, elegante com as lideranças, quando aceitou, em nome de uma conjugação de esforços, levar essa data para o dia 26. Nós temos um prazo. Espero poder concluí-lo. Estou contando com o apoio de todas as lideranças de bancada, conhecendo e respeitando as diferenças de opinião entre os Estados ditos produtores ou confrontantes e os Estados não confrontantes. Mas estou conseguindo.

Confesso que o desgaste físico e emocional – eu nunca trabalhei com tantos números na minha vida – tem sido muito grande. Mas, agora há pouco, depois de quase quatro horas de reunião, já conseguimos juntar algumas peças desse mosaico, que é, efetivamente, importantíssimo para o Brasil.

Por isso, Senador Wilson Santiago, Presidente Sarney, posso garantir a V. Ex^{as} que, na próxima segunda-feira, estaremos entregando e protocolando um relatório, que não é o ideal, Presidente. Não tenho a habilidade nem a história de V. Ex^a, que sabe juntar quantidades heterogêneas, que sabe, com sua paciência e perseverança, levar a termo situações conflitantes, mas, com a minha energia, com a minha vontade e, principalmente, com aquilo que estou aprendendo hoje nesta Casa, estamos conseguindo elaborar um relatório que seja do tamanho da necessidade deste País, com a riqueza que mudará o perfil econômico e social de todos os Municípios e Estados brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa

a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia, pela Liderança do Partido Progressista.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Enquanto a Senadora Ana Amélia chega à tribuna, quero fazer um registro.

Acabei de ter uma audiência com a Ministra Gleisi, na Casa Civil, para discutir exatamente a questão dos *royalties* do petróleo. V. Ex^a intercedeu, e ela me recebeu, V. Ex^a e o Pinheiro. Estou fazendo leitura labial do Pinheiro; ele falou assim: “Você está bem”, e aí quero dizer ao Brasil que foi o Pinheiro que pediu essa audiência para mim e acabei sendo recebido.

Mas a nossa querida Senadora, que é colega nossa, Gleisi, que é muito gentil, como aquela loira que está na tribuna também o é deixando-me falar antes dela – estive com ela agora –, tem uma visão dessa questão dos Estados produtores e da participação do Governo. Eu fui pedir a ela, em nome do meu Estado e do Rio de Janeiro, que trabalhe para que o Governo aumente sua participação, como quer o Senador Walter Pinheiro, porque, se o Governo aumentar sua participação, nós evitaremos votar esse veto...

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: contempla-se quem é produtor mesmo. Se tiver um vazamento, como teve no Golfo do México, quem vai responder por isso somos nós: Rio de Janeiro, Espírito Santo. Não vai ser Goiás, não vai ser qualquer outro Estado que está participando do bônus, mas não participará do ônus, porque *royalty* é pagamento de passivo ambiental, de passivo social. Se o Governo vier, poderá resolver muito bem esse problema, como é a visão de todos aqui. Então, ela entendeu. Foi uma audiência maravilhosa. Eu agradeço muito a nossa colega, Senadora Gleisi, que hoje é Ministra e desempenha um grande papel.

Muito obrigado, nossa querida Ana Amélia, maior jornalista da história do Rio Grande do Sul. O espírito de Mão Santa me pegou agora, por isso falei desse jeito.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente José Sarney, grata, Senador Magno Malta, muito generoso e exagerado, evidentemente, nesses aspectos, Sr. Presidente e nossos telespectadores da TV Senado, até puxando o gancho do Senador Magno Malta, como jornalista, muitas vezes, critiquei a demora, a morosidade, do Ministério das Relações Exteriores nas ações do comércio internacional, cada vez mais competitivo e cada vez mais rigoroso.

Hoje eu venho aqui para destacar a ação qualificada, pontual, oportuna, necessária e extremamente

competente do Ministério das Relações Exteriores, sob o comando do chanceler Antonio Patriota.

A Presidenta Dilma Rousseff está voltando de uma viagem ao exterior no momento em que a velha Europa se debruça com as grandes economias do mundo, incluindo os Estados Unidos que foram os primeiros a sofrer uma violenta crise internacional em 2008. A velha Europa também está hoje enfrentando uma turbulência, cujos efeitos não se sabe ainda quais serão, apenas que o amargo dos remédios, receitados nesta gravíssima doença que corrói a economia financeira da Europa se estabelece pela repercussão negativa na área social com o aumento do desemprego e – claro – afeta também países como o Brasil, um grande protagonista no comércio internacional, com o risco de um aumento do protecionismo dos países europeus.

É exatamente nessa medida, não só do aumento desses riscos de protecionismo como decorrência da crise, que o Brasil precisa se instrumentalizar, capacitar-se e intensificar as ações de uma maior agressividade – no bom sentido, é claro – no comércio internacional, na promoção dos produtos brasileiros ao mercado internacional, buscando, inclusive, alternativas àqueles mercados em que tradicionalmente o Brasil já está presente.

É nessa medida que saúdo como positiva a iniciativa do Ministério das Relações Exteriores em capacitar e ampliar ainda mais, reforçar uma ação estratégica na promoção comercial brasileira. Além disso, outra iniciativa prudente, cautelosa e louvável do Ministério das Relações Exteriores foi ampliar a sua equipe especializada nos contenciosos comerciais. É preciso preparar o País para esse novo evento, essa nova etapa de enormes dificuldades no mercado internacional.

Outra prudente medida foi também criar uma força-tarefa específica para quem é hoje a chamada fábrica do mundo, que é a China e que absorve, principalmente, as nossas matérias-primas dominadas pela importação de minério de ferro e da soja *in natura*.

O Brasil precisa fazer um esforço grande para dar valor agregado à produção. Exportar matéria-prima não é o melhor caminho para o desenvolvimento interno do País. Por isso, é necessário que busquemos, ao lado de um processo de qualificação da diplomacia brasileira no comércio internacional, estrategicamente agregar valor à exportação dessas matérias-primas que são extremamente importantes e valiosas, dadas como principais fatores para o nosso superávit comercial. Portanto, é preciso dar ao País também a condição de agregar valor, não só à soja, mas, especialmente, ao minério de ferro, que é exportado e que tem a China como principal comprador.

É louvável também que o próprio Ministério das Relações Exteriores tenha assinado um protocolo de intenções com a Advocacia-Geral da União para aprimorar a ação brasileira nas disputas comerciais perante a Organização Mundial do Comércio. De acordo com o Ministro das Relações Exteriores, será aumentado de 35 para 100 o número de estudos sobre investimento e comércio e de pesquisa de mercado contratados ou realizados pelo Departamento de Promoção Comercial. Todos esses anúncios foram feitas em Brasília, no seminário Brasil e o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.

A notícia é positiva, especialmente para a indústria e para o agronegócio do Brasil, que têm sofrido com a imposição de barreiras não tarifárias para exportação de seus produtos e com a importação ilegal de mercadorias que venham, principalmente, da Ásia, por meios de mecanismos de triangulação ou da circunvenção, como denominado no comércio internacional. Os produtos brasileiros têm encontrado dificuldades para ingressar em outros países, mesmo nos países dos nossos parceiros no Mercosul.

Já é conhecido também, do ponto de vista regional, o caso das licenças não automáticas da Argentina, que dificultam a entrada de implementos agrícolas, de calçados e até mesmo de produtos perecíveis àquele mercado. Quem não se lembra do caso do chocolate que foi vendido para os nossos vizinhos, para ser comercializado na Páscoa de 2011, e que derreteu nos contêineres de caminhões parados na alfândega argentina? Agora, vivemos o mesmo problema, e a Argentina está determinando *uno por uno*, ou seja, o que ela comprar o Brasil vai ter que comprar na mesma proporção, no mesmo valor. É o que está acontecendo com a indústria de doces, chocolates e balas. No caso argentino, a Argentina tem um superávit com o Brasil, Senador Acir Gurgacz, nessa área, mas é principalmente a área do agronegócio que nós temos de avaliar.

No mercado de exportação de carnes bovina, suína e de frangos, o Brasil ainda enfrenta problemas. Em que pese o fato de ter sido firmado um acordo comercial de exportação de suínos aos chineses, são poucos os frigoríficos que, mesmo atendendo aos requisitos feitos pela defesa sanitária daquele enorme e gigantesco mercado, conseguem vender para a China. A carne bovina brasileira, juntamente com a suína, sofreu, recentemente, embargo por parte da Rússia, nosso principal parceiro comercial na venda desses produtos.

Já em relação às importações, as empresas do setor calçadista, especialmente do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e do setor têxtil, que também tem significação no Rio Grande do Sul e em outros Estados,

estão sofrendo de maneira muito forte com a triangulação ou a circunvenção promovida pela China e por outros países asiáticos, que burlam as barreiras tarifárias impostas pelo Brasil aos produtos oriundos desses países. E aí eles entram no Brasil pelos mercados seja do Uruguai, seja da Argentina, seja do Paraguai, legal ou ilegalmente, desde calçados, como denunciam os nossos industriais brasileiros, até equipamentos que envolvem alta tecnologia para a produção. Mas muitas vezes esses produtos têm em sua composição a matéria-prima, a tecnologia e o *design* brasileiros, mas foram produzidos no exterior pela falta de ambiente favorável aqui.

A decisão do Ministério das Relações Exteriores, portanto, ocorre num momento extremamente oportuno, porque, com a retração provocada pela crise e o desemprego mundial, esses países tendem a adotar medidas de proteção aos seus respectivos mercados e à sua respectiva produção.

O comércio mundial de bens e serviços vive um momento delicado, onde todos os países estão revendo as suas posições e, provavelmente, sairão dessa crise sendo mais conservadores do que quando entraram.

Os países da zona do euro, que reúne 17 nações do bloco da União Europeia, os Estados Unidos e a China já estão adotando medidas protecionistas. Precisamos atentar para o fato de que o Brasil é, hoje, um *player* muito mais atuante no comércio internacional do que nas crises passadas.

De acordo com o Ministério de Relações Exteriores, de 104 contenciosos negociados no sistema de controvérsias da OMC, o Brasil aparece em 25 casos como demandante, em 14 na condição de demandado e em 65 como terceira parte interessada.

O protecionismo comercial, Sr. Presidente, não deve ser um dogma de nossa política externa, pois ele é negativo para o desenvolvimento da economia no âmbito mundial. O protecionismo diminui a concorrência e, por consequência, diminui também os incentivos à inovação e a busca pela competitividade, mas, neste momento de incertezas econômicas, ele é um instrumento que será utilizado em larga escala pela maioria dos países, principalmente os desenvolvidos.

Se o Brasil não estiver atento a esses movimentos, poderá arcar com prejuízos ainda maiores.

Para terminar, Sr. Presidente, ainda no campo econômico, uma das agências noticiosas, hoje, mostra que o carro mais vendido no Brasil, fabricado por uma montadora que opera no Brasil, a Volkswagen, o modelo Gol, é vendido a R\$18 mil, enquanto, no Brasil, o preço do mesmo veículo é de R\$26 mil. Isso vale, também, para os carros produzidos nos Estados Unidos, que têm custos de produção muito maiores que no Brasil e têm o valor de um modelo semelhante ao

produzido no Brasil de R\$8 mil a R\$10 mil a mais do que no mercado brasileiro.

O Ministério Público Federal já está pedindo ao Ministério da Fazenda informações para avaliar por que o preço do automóvel no Brasil é tão diferente, tão mais caro do que o praticado na Argentina ou do que nos Estados Unidos.

O consumidor brasileiro é o maior interessado em saber disso e talvez essas explicações sejam necessárias, também, para que a indústria brasileira, em todos os segmentos, desde autopeças, que têm uma força muito grande no Estado do Rio Grande do Sul e que está sofrendo a concorrência, também, da produção chinesa, possa se desenvolver com mais tranquilidade e com mais segurança.

Certamente, o consumidor, que paga tanto imposto, vai agradecer se o preço dos automóveis for menor no nosso mercado interno.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Senador Reditário Cassol com a palavra.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, volto à tribuna para agradecer ao povo brasileiro as milhares de manifestações que venho recebendo, por mensagem e por meio de ligações telefônicas, nas ruas e ainda via Internet, de grande apoio ao projeto de lei apresentado nesta Casa na semana antes da Semana da Pátria, visando a alterar o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Transmito ao povo sempre, Sr. Presidente, que V. Ex^a já nomeou uma comissão para analisar o pedido deste Senador e a ele proceder, para revogar ou restringir vários benefícios que nossa legislação concede aos criminosos.

Em nenhum momento, defendi a volta do chicote. Só expliquei como fiz parte disso em subdelegacias e em distritos, como subdelegado. Naquela época, em todas as delegacias, os policiais usavam o chicote. A imprensa divulgou que eu queria que voltasse o uso do chicote, mostrando uma fotografia em que um preso, amarrado a uma árvore, é chicoteado por um policial. Vejam bem!

O meu projeto propõe, sim, aumento dos prazos para progressão de regime; perda do direito de saída temporária para os condenados a crimes hediondos ou equiparados; aumento do prazo de validade da condenação penal para efeito de reincidência de cinco anos para dez anos; aumento dos prazos para a obtenção do livramento condicional; maior rigor para que o condenado receba pena restritiva de direito em substituição à privativa de liberdade; obrigatoriedade de que a remuneração percebida pelo preso seja destinada

à reparação do dano causado à vítima e ao ressarcimento dos custos com a sua manutenção; condições de trabalho ao preso em todos os presídios no País, visando, assim, ao sustento de sua família; e, por último, o fim do chamado auxílio-reclusão.

Já solicitei, inclusive, um projeto à Consultoria Legislativa, dando benefícios aos dependentes das vítimas. Estes, sim, merecem o apoio do Estado e da sociedade. Quando matam um pai de família, ficam a esposa e os filhos desamparados.

Um jovem, na entrada da noite de ontem, ligou-me, dizendo que ele tinha doze aninhos quando assassinaram o seu pai, deixando a sua mãe viúva, ele e mais quatro irmãos órfãos. Já está completando 16 anos esse jovem, que disse que eles nunca receberam auxílio algum. Nem os direitos humanos se dirigiram a essa família. Mas os criminosos estão sempre rodeados de direitos humanos. Esse jovem está trabalhando na residência do padrinho, ajudando a cuidar do tanque de criação de peixes, ganhando seu salariozinho de menos de R\$300,00, e a mãe, prestando serviço como doméstica, ganhando apenas um salário mínimo. Vejam bem essa injustiça cometida!

Para direcionar ajuda à família daqueles que realmente precisam, seria preciso que estivéssemos no velho tempo, quando a coisa nos presídios, nas cadeias, era severa. A situação não era como é hoje, em que os presídios estão praticamente transformados em creches. Portanto, é disso que precisamos. Quantos filhos ficaram desamparados! Esse jovem que citei nunca foi ajudado, enquanto a ajuda é recebida pelas famílias dos presos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa sociedade sofre de uma chaga: a criminalidade e a consequente falta de segurança. A violência é o principal ator e vítima nossa juventude, nossas crianças, nossas mulheres, nossos idosos, destruindo lares, famílias. Os índices de criminalidade têm crescido de forma assustadora no País. Podemos dizer que nós, sim, somos aqueles que não têm liberdade, porque podemos ser assaltados a qualquer momento, porque nossa casa pode ser roubada a qualquer momento. Isso é uma verdadeira escravidão para o povo brasileiro!

Avanços na contenção da violência estão sendo compensados e mesmo totalmente anulados por absurdos crescimentos em outras áreas, num movimento rumo às cidades do interior. A violência se espalha. Ou seja, a criminalidade está se deslocando rumo a locais com menor presença do Estado na área de segurança pública, vai para as cidades pequenas do interior.

Reitero as preocupações trazidas a este plenário em meu último discurso, reitero o teor de minha fala. Não existe mais lugar seguro. Ninguém está seguro no Brasil desde o início do século XXI. Não se trata

apenas de falta de política pública, seja na área social ou na área de segurança pública. Os criminosos não se intimidam mais. Os relatos são diários nos jornais, nas rádios, na televisão e na Internet.

Presenciei relatos de promotores e de juizes que têm até vergonha de exercerem sua profissão, porque prendem um bandido hoje, mas, amanhã, este já está solto. Os bandidos ainda zombam da cara do juiz, do promotor, do delegado, numa total falta de respeito com nossas autoridades.

(Interrupção no som.)

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – ...delegado de polícia ou de juiz e de juíza que fazem as coisas erradas.

A lei é criada, é feita pelos legisladores. Então, assumimos essa responsabilidade. E conto com o apoio desta Casa e da Câmara dos Deputados, porque o povo brasileiro está esperando. Com certeza, vai ser modificado o Código Penal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos de leis penais mais rigorosas. É preciso fazer urgentemente uma reforma penal. Nossa população está cansada de nos esperar e nos culpa pela inércia. Espera que, enfim, façamos algo a respeito disso. Não se trata apenas de distribuição de renda, que, aliás, é muito necessária, muito justa, é claro!

(Interrupção no som.)

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Mas não vamos resolver essa grave crise de violência apenas com distribuição de renda.

É uma questão social? Ninguém disse que não o é. O resgate da dignidade é fundamental para nos tornarmos seres humanos melhores. Por outro lado, temos de valorizar a educação, valores de família, princípios éticos e morais.

Por esse motivo, mais uma vez, peço o apoio dos nobres Pares para assinarem a PEC que estou propondo para acabar com o auxílio-reclusão.

(Interrupção no som.)

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vou encerrar.

Proponho que o preso trabalhe e sustente seus dependentes e que os presídios sejam administrados em Parceria Público-Privada.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Tenho fé em Deus de que esta Casa vai apoiar essas modificações, tanto aqui como na Câmara, pois o povo brasileiro nos está esperando, para que façamos alguma coisa em benefício da população, que está desesperada com o que vem acontecendo em todo o

Brasil, por se ter facilitado e dado muita mordomia e liberdade àqueles que deveriam ser rigorosamente presos e prestar serviços. Transformaram os presídios praticamente...

(Interrupção no som.)

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Agradecemos a Deus e a todos os Senadores e Senadoras por terem me ouvido e por esta oportunidade. Até outra oportunidade, se Deus nos permitir!

Durante o discurso do Sr. Reditario Cassol, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Para fazer uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar pela Liderança, depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª está inscrito, Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wilson Santiago, Srªs e Srs. Senadores, com muita satisfação, gostaria de registrar o profícuo trabalho de pesquisa e elaboração – coordenado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que teve como colaborador o Dr. Luiz Gustavo Bambini de Assis – para oferecer à sociedade brasileira o livro *A Influência de Dalmo Dallari nas decisões dos tribunais*.

O livro, confeccionado em homenagem ao Professor Dalmo de Abreu Dallari, foi lançado ontem à noite, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, na presença do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, do Diretor da Faculdade de Direito, Professor Antônio Magalhães Gomes Filho, e de um grande número de professores e estudantes da Faculdade de Direito que ali compareceram para homenagear o Professor Dalmo de Abreu Dallari, assim como toda a sua família.

O livro possui apresentação de seu coordenador, o Ministro Lewandowski, biografia do homenageado compilada por sua filha, a jornalista Mônica Dallari, e 56 acórdãos dos mais diversos tribunais de nosso País.

As decisões judiciais constantes do livro lançado ontem bem atestam o caráter cívico, humano e social

que permeia todo o pensamento jurídico do Professor Dalmo Dallari.

Vou aqui selecionar três exemplos da influência do Professor Dalmo Dallari, dentre as 56 decisões que estão contidas nas 638 páginas do livro.

O primeiro deles é um Recurso em Sentido Estrito discutido no Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul. O acórdão do tribunal, com base em comentário feito pelo Professor Dalmo Dallari ao Estatuto da Criança e do Adolescente, reconhece a obrigação do Estado em relação ao direito dos menores, mantendo decisão de primeiro grau, que concedeu liberdade provisória à acusada de tráfico de entorpecentes, que acabara de dar à luz a uma criança.

O segundo é uma Apelação Cível, na qual o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proveu recurso de apelação para afastar condenação por dano moral, por entender que a crítica jornalística, nos termos do que foi exercida, circunscreve-se ao direito de opinião, assegurado em uma democracia. Ressaltou a decisão a possibilidade do controle judicial desses atos, com fundamento na transformação do papel do juiz, que, nas lições de Dalmo Dallari, não é escravo da lei.

O terceiro exemplo que selecionei é a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Lei da Ficha Limpa, na qual o Ministro Ricardo Lewandowski, com fundamento em ensinamentos de Dalmo de Abreu Dallari, sustentou que a Lei Complementar nº 135, de 2010, tem a aplicabilidade imediata a alcançar, pois, o processo eleitoral de 2010.

Na sua apresentação, o Ministro Lewandowski ressalta que se tornou legítimo herdeiro e propagador de uma ideia contemporânea o Professor Dalmo Dallari. Prática, desde sempre, essa pedagogia existencial e cívica, que definiu em brilhante síntese, ao receber o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP:

Sempre fiz do exercício da docência uma espécie de Advocacia para todo o povo, fazendo também da Advocacia uma espécie de docência permanente para todo o povo, estimulando a crença no Direito e mostrando os caminhos jurídicos para a busca de efetividade na proteção e fruição dos direitos consagrados na Constituição e nas leis.

Embora jamais tenha deixado de agir politicamente, o Professor Dallari pontua a sua atuação por um escrupuloso respeito à Constituição e às leis, como é possível deduzir do texto acima, não como uma ingênua homenagem pela forma, mas por enxergar nela importantes instrumentos para promoção dos valores fundamentais de convivência.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– O Professor Dalmo Dallari, que reuniu ontem seus filhos e suas filhas, a Sueli, sua esposa, e que teve, nas palavras de Eugênio Buccì, assim como também nas observações biográficas que Mônica Dallari escreveu a respeito do pai, momentos de grande emoção.

Eugênio Buccì testemunhou ali o quanto o Professor Dalmo Dallari, como pai, como avô, tem sido um exemplo para todos aqueles que o conhecem bem, inclusive e sobretudo para os seus sete filhos e filhas, noras, dez netos, que ele faz questão de ter sempre ao seu lado, em todos os domingos, ali com muito carinho...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Vou concluir, Sr. Presidente.

Faz questão disso sempre, quando tem oportunidade, porque, em muitas ocasiões, é convidado para estar na França, onde foi lecionar na Universidade de Sorbonne. Mas ali, num clima fraterno, à mesa com seus filhos e netos, sempre estimula o diálogo, o

diálogo que alimenta a alma, que a divergência enriquece e que o respeito, a solidariedade, a amizade e o companheirismo são fundamentais para se ter uma vida melhor.

O Professor Dalmo, menino de Serra Negra, que frutificou e deixa lição de que a liberdade e a justiça são princípios inegociáveis, que nunca devemos esmorecer diante das injustiças nem abrir mão de princípios éticos para a construção de um mundo de paz.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Requeiro, Sr. Presidente, que constem, na íntegra, tanto a apresentação do livro do Professor Ricardo Lewandowski como também a nota biográfica escrita por Mônica Dallari.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1, § 2º, do Regimento Interno.)

A INFLUÊNCIA DE DALMO DALLARI NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS

COORDENADOR: ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI

colaborador: Luiz Gustavo Bambini de Assis

Apresentação

O Professor Dalmo, como é conhecido por seus alunos e admiradores, conseguiu harmonizar, em sua trajetória de vida, duas vocações que Max Weber considerava, em princípio, antagônicas: a ciência e a política. Superando dificuldades teóricas e práticas antepostas à conciliação dessas duas nobilíssimas vocações, o festejado mestre das Arcadas logrou mesclá-las com sabedoria, delas extraindo aquilo que Weber lhes atribuiu de melhor.

“Se estivermos”, afirmava o sociólogo alemão, no tocante à primeira vocação, “enquanto cientistas, à altura da tarefa que nos incumbe (...) poderemos compelir uma pessoa a dar-se conta do sentido último de seus próprios atos ou, quando menos, ajudá-la nesse sentido”¹. Quanto à segunda vocação, fazia uma distinção entre viver da política e viver para a política, assentando que, no primeiro caso, cuida-se da atividade daqueles que nela enxergam apenas “uma permanente fonte de rendas”, atitude infelizmente bastante disseminada nos dias que correm. Já viver para a política, de acordo com Weber, significava a pessoa “achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significado à sua vida”². Requer um esforço tenaz e enérgico, que exige, ademais, paixão e senso de proporção na busca do impossível para encontrar o possível³. Demanda dos que se dispõem a enfrentá-lo não apenas a qualidade de líder, mas sobretudo a de herói, que se arma com “toda força de alma que lhe permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças”. É a qualidade daqueles capazes de dizer “a despeito de tudo!”⁴.

1. WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 46, grifos no original.

2. WEBER, Max. *Ciência e política...*, cit., p. 65.

3. WEBER, Max. *Ciência e política...*, cit., p. 123.

4. WEBER, Max. *Ciência e política...*, cit., p. 127.

No enfrentamento dos múltiplos desafios com os quais se deparou ao longo de sua profícua existência, o Professor Dalmio acabou por resgatar o ideal que os antigos gregos denominavam de *areté*, virtude personificada originalmente no herói homérico Aquiles, guerreiro a um só tempo corajoso, valeroso e honrado, cujos feitos foram imortalizados na famosa *Ilíada*. Superada a fase heroica da civilização helênica, Sócrates passou a identificar o conceito com o conhecimento racional do bem, lembrando àqueles que injustamente o perseguiram, em sua derradeira preleção, perenizada na comvente *Apologia*, que a autêntica *areté* “não provém da riqueza”, mas, ao revés, é “a riqueza ou qualquer outra coisa útil aos homens, quer na vida pública, quer na vida privada”, que deriva da virtude⁵.

O ideal praticado pelo Professor Dalmio, a rigor, assemelha-se mais à *areté* desculpada pelos gregos a partir do século V a.C., quando se alargou o conceito de cidadania e, por consequência, a participação popular na gestão das distintas *poleis*. O conceito de *areté* sofreu, então, significativa inflexão para identificar-se com a noção de virtude cívica. Esses novos valores, que privilegiavam o envolvimento dos cidadãos na discussão sobre os rumos da *polis*, passaram a ser transmitidos às futuras gerações por meio de uma *paideia*. Mais do que mera técnica pedagógica, a *paideia* buscava oferecer ao homem o conhecimento necessário para viver em harmonia consigo mesmo e com os demais integrantes da comunidade política. Platão a conceituava como a educação “que enche o homem do *fúrosio* e da *ânsia* de se tornar um cidadão perfeito, e o ensina a mandar e obedecer, sobre o fundamento da justiça”⁶.

A seu modo, o Professor Dalmio tornou-se legítimo herdeiro e propagador de uma *paideia* renovada. Praticou, desde sempre, essa pedagogia existencial e cívica, definindo-a, em tocante síntese, no discurso que pronunciou ao receber o título de Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da seguinte maneira: “(...) fiz do exercício da docência uma espécie de advocacia para todo o povo, fazendo também da Advocacia uma espécie de docência permanente para todo o povo, estimulando a crença no Direito e mostrando os caminhos jurídicos para a

busca de efetividade na proteção e fruição dos direitos consagrados na Constituição e nas leis”⁷.

A vocação para a ciência atraiu-o precocemente para o magistério. Pouco tempo depois de concluir o bacharelado, em 1957, na veneranda Faculdade do Largo São Francisco, uela passou a lecionar, não sem antes vencer a resistência dos que se opunham às suas ideias e práticas inovadoras. Mas só obteve o direito de ministrar aulas definitivamente na “velha e sempre nova Academia” no ano de 1963, após defender com êxito a Livre-Docência de Teoria Geral do Estado. Em 1974, conquistou a vaga de Professor Titular daquela disciplina, vencendo com brilho e competência disputado concurso público. Desde o início da carreira praticou uma *paideia* ajustada aos novos tempos, preferindo manter com seus alunos, dentro e fora das classes, um permanente diálogo socrático, ao invés de centrar esforços nas preleções *ex cathedra*.

Nomado Diretor da Faculdade em 1986, promoveu importantes inovações, a exemplo da modernização dos métodos de ensino e aprendizagem, sobretudo com a generalização dos seminários em todas as disciplinas. Foi escolhido, em 1998, coordenador da Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância instituída na USP. Deixou a docência regular, no final de 2001, em razão da aposentadoria compulsória, continuando, porém, a divulgar suas ideias em aulas, palestras e conferências por todo o Brasil e também no exterior.

No Vello Mundo, deu aulas, como professor convidado, nas Universidades de Paris X, na França, de Camerino e La Sapienza, na Itália, e de Santiago de Compostela, na Espanha. Participou, ainda, como conferencista, das celebrações do centenário da Universidade de Keyo, em Tóquio. Na América do Norte, lecionou nas Universidades de Harvard, Columbia, Stanford e Nova York, nos Estados Unidos. E na Universidade de Calgary, Canadá, debateu a questão indígena, à qual é especialmente devotado.

A militância política levou-o a presidir, no auge do regime autoritário, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, criada em 1971, fazendo com que a atuação do órgão se voltasse integralmente para a promoção e defesa dos direitos humanos. Durante sua gestão, a CJP salvou inúmeras

5. Apology. In: *The Dialogues of Plato*. Chicago: The University of Chicago, 1952, p. 206.

6. Apud JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 147.

7. Discurso proferido, em 27 de setembro de 2007, por ocasião da outorga do título de Professor Emérito pela Congregação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, cuja cópia consta dos arquivos da Associação dos Antigos Alunos.

vidas, localizou inúmeras pessoas presas ilegalmente, abrigou e defendeu vários perseguidos políticos, inclusive vindos de fora do País. Ele mesmo foi preso em abril de 1980, pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, acusado de subversão por dar assistência jurídica a sindicalistas. Três meses depois, já solto, sofreu um atentado, que o deixou ferido, pouco antes da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, que o convidara a ler um texto por ocasião da missa campal celebrada em São Paulo.

Por sua atuação em defesa dos direitos humanos foi chamado a integrar, como membro efetivo e, depois, na qualidade de Vice-Presidente, a Comissão Internacional de Juristas, sediada em Genebra e acreditada no Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Em 1990, participou, em Lima, no Peru, de conferência sobre o tema *Poder Judicial y Democracia*, promovida pela Cijf. Depois, representando a Comissão, participou de missões na Índia e no Paquistão, em 1995, e na Indonésia, em 1999. Integrou também a Associação Internacional de Juristas Democratas, sediada em Bruxelas, tomando parte em atividades promovidas por essa entidade em diferentes locais do mundo. Foi juiz do Tribunal Permanente dos Povos, com sede em Roma, que sucedeu o Tribunal Russell, dedicado a denunciar violências contra as pessoas. A defesa da democracia, da liberdade e da anistia aos perseguidos políticos levou-o, diversas vezes, à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e a outros países da América Latina.

Embora jamais tenha deixado de agir politicamente, no sentido mais amplo da expressão, o Professor Dalmo sempre pontuou sua atuação por um reverente respeito à Constituição e às leis, não como cândida homenagem à forma pela forma, mas por nelas enxergar importantes instrumentos para a promoção dos valores fundamentais de convivência. Nessa linha, em seu consagrado *Elementos de Teoria Geral do Estado*, registra que “a observância de padrões jurídicos básicos, nascidos da própria realidade”, representam o alicerce sobre o qual se assenta o Estado Democrático⁸. Trata-se de um conceito pragmático de democracia, entendido como valor historicamente situado, que deixa de lado devaneios utópicos ou ideológicos, porquanto baseado na vontade do povo soberano, que, *hic et nunc*, delimita os contornos de sua liberdade. E, para desfazer eventuais equívocos acerca da questão, alerta: “Os homens só serão

8. DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 204, grifos nossos.

livres quando forem obrigados a obedecer as normas de cuja elaboração possam participar”⁹.

A perspectiva que o Professor Dalmo guarda da Constituição e das leis, convém repetir, nada tem de ingênua, porque reconhece que “o direito usado para dominação e injustiça é um direito ilegítimo, um falso direito”, explicando que “nesses casos é uma simples aparência de direito, escondendo o egoísmo e a desumanidade dos que não se envergonham de usar a força e a imoralidade para conseguir vantagens pessoais”¹⁰. Apesar de realista, sua visão não é de nenhum modo pessimista, pois entende que, embora existam percalços e dificuldades, “a história da humanidade demonstra que é possível avançar no sentido de construir sociedades mais justas, onde todos sejam livres e iguais em dignidade e direitos”¹¹.

Como estudioso do Estado, reserva à instituição um papel emancipador. Na instigante tese de cátedra *O Fim do Estado*, obra em que revela toda sua maturidade intelectual e acadêmica, o Professor Dalmo conclui com uma nota otimista ao prever que chegará o dia em que as “deficiências e distorções do Estado poderão ser oportunas e convenientemente corrigidas, para que ele seja, efetivamente, um instrumento de todos os homens para a consecução da justiça e da Paz”¹². Mas a ação estatal, sublinha em outro trabalho, não dispensa o combate individual, pois aqueles “que gozam de posição mais favorecida devem usar seus direitos de modo justo e fraterno, dando solidariedade efetiva aos que ainda esperam o dia da libertação”¹³.

A luta em prol da democracia e dos direitos fundamentais aproximou-o, afetiva e intelectualmente, dos juizes brasileiros, que o têm como paradigma de jurista, sobretudo por sua dedicação à causa dos menos afortunados social e economicamente. Dele se colhe o seguinte pensamento: “É óbvio que o Judiciário faz parte da sociedade e não poderá, sozinho, fazer o milagre de eliminar as injustiças institucionais e os vícios de comportamento que impetiem o Brasil, assim como outros países, de viver democraticamente e com justiça

9. DALLARI, Dalmo de Abreu. *O resumo do direito*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 39, grifos nossos.

10. DALLARI, Dalmo de Abreu. *Que são direitos do povo*. São Paulo, Brasileira, 1981, p. 76.

11. DALLARI, Dalmo de Abreu. *Que são direitos do povo*, cit., p. 77.

12. DALLARI, Dalmo de Abreu. *O fim do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1972, p. 239, grifo no original.

13. DALLARI, Dalmo de Abreu. *Que são direitos do povo*, cit., p. 77.

social. Mas uma boa organização judiciária, tendo juízes verdadeiramente comprometidos com a realização da justiça, desde a primeira instância até os mais altos tribunais, será mais um instrumento valioso para a proteção da legalidade autêntica e a promoção da dignidade humana¹⁴.

Tal proximidade com os juízes levou-o a lecionar em várias escolas de magistrados, tornando-o também merecedor de diversas comendas e honrarias concedidas por tribunais e associações de classe. Seus ensinamentos, a par de reverberarem intensamente entre seus discípulos e admiradores na esfera acadêmica e profissional, assim como no universo da política, ecoam também com vigor no âmbito do Judiciário, onde têm servido de referência e arrimo a inúmeras decisões prolatadas nas mais distintas instâncias jurisdicionais.

A profunda repercussão de suas lições no mundo da *praxis* bem revela a excelência dos frutos gerados pelo entrelaçamento das duas vocações weberrianas, aparentemente inconciliáveis, a ciência e a política, que o ilustre mestre logrou concretizar com primor e dignidade. Como antigo aluno, ex-assistente e atual sucessor do Professor Dalmo de Abreu Dallari na cátedra de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, coube-me o especial privilégio de coligir, neste livro confeccionado em sua homenagem, parte do acervo jurisprudencial inspirado no valioso magistério que ele nos legou, tarefa para a qual contei com a inestimável colaboração de Gustavo Bambini de Assis.

ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI
Ministro do Supremo Tribunal Federal

Sobre o homenageado

Dalmo de Abreu Dallari nasceu em Serra Negra, estância hidromineral localizada na região leste do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 1931. Segundo de cinco filhos de uma família de descendentes de italianos, cursou o grupo escolar Lourenço Franco de Oliveira e o Externato "Sagrada Família". Em 1947, com 15 anos e sem a alternativa de prosseguir os estudos em Serra Negra, onde só havia o curso primário, mudou-se para São Paulo.

Na bagagem levou a vontade de crescer interiormente e a determinação de não esmorecer diante das dificuldades. Do pai Bruno, herdou a indignação perante qualquer tipo de injustiça. Da mãe Aurca, trouxe na memória as histórias que contava de personagens ilustres das Arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e o prazer pela leitura.

FORMAÇÃO

Em São Paulo, concluiu o curso clássico no Colégio Estadual Presidente Roosevelt em 1952. Imbuído pelos ensinamentos dos pais, de ter sempre a consciência livre, de ser humilde sem ser subserviente, e de manter a dignidade em qualquer circunstância, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco em 1953. Nunca mais se desligou das Arcadas.

Mesmo frequentando o curso noturno, atuou intensamente nas atividades acadêmicas do Largo São Francisco. Foi redator-chefe da revista e do jornal *XI de Agosto*, conquistando o primeiro lugar em concurso de jornais universitários do país; foi presidente da Academia de Letras da faculdade e candidato derrotado a presidente do Centro Acadêmico "XI de Agosto". Ainda estudante, ingressou na Associação Paulista de Municípios.

14. DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 164.

Nesse período, foi observador atento do funcionamento das instituições e da atuação dos políticos, verifico quanta injustiça era praticada, quantas ambições pessoais e vaidades norteavam seus comportamentos, quanta mesquiceidade se consagrava à custa do verdadeiro interesse público. O aprendizado foi fundamental na sua atuação política e acadêmica.

Tendo concluído o curso jurídico em 1957, participou ativamente de vários cursos de pós-graduação, tornando-se professor em 1963, quando obteve a Livre Docência de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito da USP. Em 1974, sagrando-se vencedor em concurso público, tornou-se Professor Titular.

DIRETOR DAS "ARCADAS"

No ano de 1986, incluído em lista triplex elaborada pela Congregação da Faculdade de Direito da USP, foi nomeado diretor da escola, exercendo mandato até 1990. Introduziu uma série de modificações importantes na estrutura física, na metodologia de ensino e no aparato administrativo da Faculdade de Direito da USP. Um sinal ostensivo de suas inovações é uma elegante passarela que atravessa a Rua do Riachuelo, no centro de São Paulo.

Entre suas principais realizações está a construção de um edifício de apoio, anexo ao prédio tradicional do Largo São Francisco. A edificação possibilitou inovações relevantes, como a modernização dos métodos de ensino e aprendizagem, a introdução de seminários e a destinação de salas privativas a professores (até então inexistentes), que viabilizaram a maior integração na vida da escola.

A construção do edifício anexo à Faculdade significou um acréscimo de 7.752 metros quadrados, o que, praticamente, dobrou a área útil, pois o prédio tradicional tem 8.500 metros quadrados de área construída. Os dez departamentos que haviam sido recém-instituídos na faculdade e instalados precariamente, ocupando salas de aula, ganharam instalações próprias, um em cada andar do novo edifício. Foi possível ampliar consideravelmente o espaço da biblioteca e 50 salas foram destinadas a professores, instalando-se dois em cada sala, o que significou a entrega de espaço privativo a 100 professores.

Com o intuito de estimular a participação mais ativa dos alunos no processo de aprendizagem, solicitou e obteve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP para que os estudantes recebes-

sem bolsas de iniciação científica e passassem a realizar pesquisas, não ficando limitados ao papel passivo de ouvintes de preleções.

Celebrou convênios com várias instituições de ensino e pesquisa e obteve aprovação da Congregação da escola para que os professores com o título de Doutor atuassem também como orientadores de pesquisas. Abriu caminho para que professores da faculdade participassem de atividades de cooperação internacional, o que teve início com a ida de professores a Angola, recém-independente, para colaborar na implantação de sua ordem constitucional.

Em termos de aperfeiçoamento e modernização das instalações da Faculdade de Direito, em sua gestão como diretor, foi introduzida a informatização na administração da escola e nos serviços de biblioteca e documentação.

Coincidiu com o período de sua gestão a campanha pela Constituinte, visando à redemocratização do Brasil. Conhecedor e entusiasta da riquíssima história da Faculdade de Direito como centro irradiador de civismo, criou a Sala da Constituinte, que além de ser um núcleo de divulgação atraiu para a escola reuniões e debates com entidades representativas dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, incluindo operários e índios.

A par disso tudo, reconhecendo a importância da contribuição dos funcionários da faculdade, como diretor procurou melhorar suas condições de trabalho e de convivência, o que lhe valeu, no final da gestão, o recebimento de um diploma de Diretor Amigo, assinado por todos os funcionários da escola.

A estreita ligação e identificação com os estudantes ao longo de sua vida não ficou restrita ao Largo São Francisco. Em 2000, os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, campus de São José dos Pinhais, prestaram uma bonita homenagem ao batizarem o novo centro acadêmico com o nome "Dalmo de Abreu Dallari". Recebeu também o título de Doutor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Paraná.

Em 2001, ao completar 70 anos, foi obrigado a se aposentar, pela compulsória, como professor titular da Faculdade de Direito da USP. Durante os trinta e sete anos em que lecionou continuamente, ministrando a disciplina Teoria Geral do Estado, obrigatória para todos os alunos, e mais as disciplinas ministradas em cursos de pós-graduação, o número total de seus alunos em cursos regulares chega perto de dez mil.

Em 2007, 60 anos após deixar Serra Negra, recebeu o honroso título de Professor Emérito da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Ainda que aposentado como professor da faculdade, nunca deixou de produzir e atuar nos debates diários sobre as mais diversas questões nacionais e internacionais através de sua contínua contribuição como conferencista e

também participação ativa em reuniões, seminários e outros eventos internacionais tendo por objetivos denunciar violências contra os Direitos Humanos e procurar caminhos para a conquista e preservação da Paz.

No ano de 1987 integrou um Comitê de Especialistas para a Prevenção da Tortura, participando de reuniões em Montevideu. Em 1989 esteve em Bruxelas, participando da Conferência Internacional sobre o Bicentenário da Declaração dos Direitos do Homem, promovida pela Associação Internacional de Juristas Democratas. Em 1990 participou, em Caracas, da Assembleia pela Paz promovida pela Comissão Sul Americana de Paz. Nesse mesmo ano atuou, em Paris, como juiz do Tribunal Permanente dos Povos, em sessão dedicada a questões da Amazônia. Ainda em 1990 participou, em Lima, no Peru, de conferência sobre o tema Poder Judicial y Democracia, promovida pela Comissão Internacional de Juristas. No ano de 1995 participou de seminário sobre a América Latina na The City University of New York. Em 1996 proferiu palestras nos Estados Unidos, sobre "Negotiating Rights", na Stanford University, e sobre "Os índios brasileiros em suas terras", na University of Texas, em Austin.

No mesmo ano de 1996, como membro honorário da Comissão Internacional de Juristas, da qual foi também Vice-Presidente, esteve em Maputo, capital de Moçambique, para participar de debates sobre a "Aplicação interna das normas internacionais de Direitos Humanos". O país vivia um momento delicado de reconstrução após 16 anos de guerra civil e esses debates apontaram caminhos para a busca de uma ordem social justa, necessária para a convivência pacífica.

Ainda pela Comissão Internacional de Juristas participou de missões importantes. Em 1993 esteve na zona de conflito entre o Kashmir, a Índia e o Paquistão. Em 1999, viajou à Indonésia, que se preparava para realizar eleições após longo período de ditadura. Foi também a Cabo Verde.

Em 2003, esteve em Berlim, na Conferência Bienal da Comissão Internacional de Juristas, para debater os temas "Terrorismo: aspectos jurídicos" e "Os Direitos Humanos e as prioridades da América Latina".

COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ

A defesa intransigente do respeito aos Direitos Humanos o acompanhou desde o início da carreira.

como professor convidado, sendo ainda autor de pareceres, artigos e livros em defesa dos Direitos Humanos e da garantia e efetivação de justiça no Brasil.

Preparou artigos e deu entrevistas para pequenos e grandes órgãos de imprensa, tais como *Jornal do Brasil*, *Gazeta Mercantil de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Serrano*, revista *Imprensa*, site *Observatório da Imprensa*, além de conceder centenas de entrevistas a emissoras de rádio, televisão e sites de dentro e fora do Brasil.

AGENDA CARRÉGADA

A grande disposição e entusiasmo são a marca da sua trajetória. Compartilhou a atuação acadêmica com intensas viagens pelo Brasil. Fez palestras nas universidades federais de todo o País (temporariamente, a exceção foi Roraima), a maioria a convite dos estudantes ou de organizações sociais. A este número se somam aulas, conferências e debates em universidades estaduais, católicas, luteranas, comunitárias ou privadas, em instituições no interior do país, em centros de estudos e pesquisas, associações, além de assembleias de deputados e de câmaras municipais.

Para se ter uma ideia, apenas no ano de 1996, além das aulas de Teoria Geral do Estado no primeiro ano do curso de graduação no Largo São Francisco, fez 55 palestras no Brasil e no exterior sobre os mais diversos assuntos. Falou sobre "O índio cidadão", no Teatro Municipal de Macapá (Amapá); "Ética e cidadania", na Faculdade de Medicina da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" — UNESP em Botucatu (SP); "Polícia e Democracia", na Assembleia Legislativa do Ceará; "Eutanásia", na Universidade Estadual de Londrina; "Neoliberalismo, globalização e desemprego", na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; "O novo direito e o poder dos juizes", na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; "Regras da Argumentação Processual", na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; entre muitos outros temas.

ATIVIDADES NO EXTERIOR

As viagens internacionais, com o intuito de debater, aprimorar, contribuir e enriquecer a produção e divulgação de ideias foram uma constante. Teve

No final dos anos 1960, ao trabalhar como voluntário do Amparo Maternal, entidade filantrópica fundada em 1939 e apoiada pela Igreja Católica que atende a toda e qualquer gestante sem lugar para morar ou dar à luz, conheceu Dom Paulo Evaristo Arns.

A relação de confiança e respeito criada com o cardinal-arcebispo de São Paulo o levou a ser escolhido como primeiro presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, criada em 1971 no auge da ditadura militar para atuar como órgão de defesa da pessoa humana.

"A Providência divina nos guiou para o professor e jurista da USP Dalmo de Abreu Dallari. De origem humilde, ele se fezera na vida e chegou, pelo talento e coragem, a ocupar a cadeira de Direito e a merecer o respeito dos colegas e a veneração dos estudantes", escreveu Dom Paulo.

A CJP salvou muitas vidas, focalizou o paradeiro de pessoas presas ilegalmente, abrigou e protegeu perseguidos tanto pela ditadura brasileira como pelas ditaduras latino-americanas, sempre em defesa da justiça e da liberdade.

Nesse mesmo período, em julho de 1973, morreu Marinha, sua mulher e companheira desde os tempos de estudante na faculdade, e ele assume a responsabilidade de educar sozinho seus seis filhos, com idades entre 7 e 14 anos.

A grande responsabilidade profissional nunca o impediu de estar presente em todas as reuniões escolares dos filhos, na maioria das vezes sendo o único pai entre dezenas de mães; de acompanhar a atividade escolar de cada um; de fazer supermercado semanalmente; de levar e buscar filhos a inúmeras festas e atividades; e de almoçar e jantar diariamente em casa em companhia das crianças.

Seguindo o aprendizado de sua mãe, criou um ritual especial nas sextas-feiras para estimular o prazer pela leitura. Depois do jantar levava os filhos à livraria e à Copenhagen para cada um escolher um livro e um chocolate.

Foi em uma viagem com três filhos à Itália, no início de 1978, que apurou e denunciou que 10 mil brasileiros no exterior estavam impedidos de retornar ao país porque eram considerados "indesejados" pelo governo e tinham negada a concessão de documentos pelas embaixadas do Brasil. Ocupou a presidência da CJP até 1978.

Em abril de 1980 é preso pelo Dceops (Departamento de Ordem Política e Social) de São Paulo acusado de subversão por colaborar com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A mobilização sindical havia se intensificado com o início da abertura política e a união diretoria, presidida por Luis Inácio Lula da Silva, é preso após o ministro do Trabalho Murilo

Macedo decretar a intervenção no sindicato. Acusado de dar assistência jurídica aos sindicalistas, Dalmo Dallari também é preso e conhece Lula na cadeia. A organização das entidades de classe e de defesa dos direitos humanos promove forte pressão e consegue soltá-lo no mesmo dia.

Três meses depois, em julho de 1980, escolhido para fazer a Primeira Leitura da missa campal organizada para receber o papa João Paulo II em sua primeira visita ao Brasil, sofreu um atentado. Mesmo bastante ferido, a agressão não o impediu de ir à missa e dar o conhecimento do fato ao papa.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA

A atuação em defesa da democracia, da liberdade e da amnistia aos perseguidos políticos também o levou à Argentina, Uruguai e Paraguai. No Brasil, em 1998 foi escolhido coordenador da Cátedra Unesco/Universidade de São Paulo de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância.

Em 2003, por recomendação da Comissão Nacional de Direitos Humanos, recebeu do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos.

No âmbito internacional teve e continua tendo atividades, como integrante de diversas organizações. Assim, foi membro efetivo e Vice-Presidente da Comissão Internacional de Juristas, Ong sediada em Genebra e acreditada junto ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Nessa condição participou, inclusive, de sessões do Alto Comissariado.

Foi também um membro ativo da Associação Internacional de Juristas Democratas, sediada em Bruxelas, tendo participado de atividades promovidas por essa entidade em diferentes partes do mundo. Assim é que no ano de 1984 esteve em Atenas, participando de Congresso sobre "A dívida externa e o Sistema Monetário Internacional" e em 1985 participou, em Cuba, de "Encontro sobre a dívida externa da América Latina e Caribe".

Desde a década de oitenta é juiz do Tribunal Permanente dos Povos, organização sediada em Roma, criada pelo ativista humanitário Lelio Basso para dar continuidade às atividades do Tribunal Russell, criado por Bertrand Russell para denunciar violências contra os Direitos Humanos. Na condição de juiz participou de sessão em Paris, em 1983, destinada ao julgamento das ditaduras da América Latina e, em 1996, na Colômbia, para o julgamento moral de ações desenvolvidas contra comunidades indígenas.

“Mãe”, do Estado de Amazonas. Foi premiado também com a Medalha do Mérito Indigenista, concedida pela Funai.

Na área jurídica, atuou em diversas frentes. É membro da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo sido Conselheiro da Subseção de São Paulo. É membro da Associação dos Advogados de São Paulo e do Instituto dos Advogados de São Paulo, do qual foi Vice-Presidente. Além disso, é membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Desde a criação das Escolas de Magistratura e das Escolas do Ministério Público tem sido convidado a dar aulas nessas instituições em diferentes partes do País. São inúmeras as honrarias que recebeu, como a Medalha do Mérito Judiciário, da Associação dos Magistrados Brasileiros; o Prêmio “Edgard de Moura Bittencourt”, da Associação Paulista dos Magistrados; a Medalha do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região; e a Comenda da Ordem do Mérito de Dom Bosco, conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. É membro honorário da Associação dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná.

Foi escolhido “Intellectual do Ano de 1980”, recebendo o Prêmio Juca Pato, concedido pelo jornal *Folha de S. Paulo* e pela União Brasileira de Escritores. Tem títulos de cidadão honorário da cidade de São Paulo, Águas de Lindoia, e de Dourados, no Mato Grosso do Sul. É, também, Cidadão Honorário do Estado da Paraíba. Desde o ano de 2007 é membro da Academia de Letras Jurídicas, de São Paulo.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Entre uma aula, uma viagem e uma conferência, além de centenas de capítulos e apresentações escreveu os seguintes livros: *Elementos de Teoria Geral do Estado*, São Paulo, Saraiva, 2002 (2ª ed.); *Direitos humanos e cidadania*, São Paulo, Moderna, 2004 (9ª impr.); *O poder dos juízes*, São Paulo, Saraiva, 2006 (3ª ed.); *Que é participação política?*, São Paulo, Brasiliense, 1994 (12ª ed.); *Que são direitos da pessoa?*, São Paulo, Brasiliense, 1994 (10ª ed.); *O direito da criança ao respeito*, São Paulo, Summus, 2006 (3ª ed.); *O Estado Federal*, São Paulo, Ática, 1986; *Viver em sociedade*, São Paulo, Moderna, 1985; *Constituição e Constituição*, São Paulo, Saraiva, 1982; *O renator do direito*, São Paulo, Saraiva, 1996 (2ª ed.); *O futuro do Estado*, São Paulo, Moderna, 1980 (2ª ed.); *O pequeno exército paulista*, São Paulo, Perspectiva, 1977; *Da atualização do Estado*, São Paulo, 1963; e *O município brasileiro*, Serra Negra, 1959.

O debate sobre os mais diversos temas o levou a viajar inúmeras vezes, por diferentes partes do mundo. Além dos eventos já referidos, na Argentina, convidado pela Fundação Ford, participou de discussão sobre “A inclusão dos Direitos Humanos nas Negociações Econômicas Internacionais” em 2003; no México participou da sessão inaugural do “Instituto de Direito Parlamentar”, no Senado Federal. Esteve também na Universidade de Talca, no Chile, além de participar de congressos e encontros internacionais no Equador, na Venezuela, Costa Rica, Peru e Panamá.

Na Europa, como professor convidado, deu aulas na Universidade de Paris X, em Nanterre, na França; nas Universidades de Camerino e La Sapienza, na Itália; na Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha. Participou do “Encontro das Catedras da Unesco”, na Áustria; a par disso, fez conferências na Suíça, Bélgica, Alemanha e Holanda.

Na Ásia, além de participar de missões da Comissão Internacional de Juristas à Índia e Paquistão, em 1995, e à Indonésia, em 1999, foi convidado a participar, como conferencista, das celebrações do centenário da Universidade de Kyoto, em Tóquio.

Na América do Norte, esteve nos Estados Unidos, em Harvard, Columbia, Stanford e em outras universidades de Massachusetts e Nova York. No Texas recebeu o título de “Hóspede Honorário” concedido pelo Senado. No Canadá, debateu a questão indígena na Universidade de Calgary.

O DIREITO DOS ÍNDIOS

Nos últimos 40 anos, a defesa intransigente dos direitos dos povos indígenas, em especial a demarcação de áreas, também obteve sua atenção, estudo e dedicação.

Participou ativamente do trabalho pela criação do Parque Yanomami, em 1982, e demarcação das terras dessa tribo. Os yanomami são o povo indígena mais populoso da América Latina e a demarcação foi fundamental para a preservação da cultura e das terras contra a invasão do garimpo. Pode-se mesmo dizer que foi de extrema importância para a própria sobrevivência física dos yanomami.

Em reconhecimento ao trabalho realizado nas comunidades indígenas, recebeu os honrosos títulos de “Membro Honorário da Tribo Gaviões da Montanha”, do Estado do Pará, e de “Membro Honorário da Tribo Sateré-

PRÊMIO JABUTI 2010

Em 2010 ganhou o Prêmio Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira do Livro, tendo conquistado o primeiro lugar da categoria Direito, com o livro "A Constituição na Vida dos Povos — Da Idade Média ao Século XXI", publicado em 2009 pela Editora Saraiva.

Essa obra é fruto de minuciosa pesquisa histórica, contendo informações precisas sobre o processo político e social que levou à invenção da Constituição escrita, em 1787, na Convenção de Filadélfia que teve como resultado a criação dos Estados Unidos. Partindo dos fundamentos medievais, a obra acompanha toda a evolução do constitucionalismo até o século XXI.

SEMENTES DO AMANHÃ

Hoje, com quase 80 anos, os ensinamentos recebidos de seus pais continuam mais vivos do que nunca. Todos os domingos junto com Sueli, sua esposa, reúne em torno da mesa seus sete filhos, noras, genros e 10 netos para um alegre almoço, que dura toda a tarde.

Na mesa, em um clima fraterno, se aprende que o diálogo alimenta a alma, que a divergência enriquece e que o respeito, a solidariedade, a amizade e o companheirismo são fundamentais para se ter uma vida melhor.

A semente plantada pelo menino de Serra Negra frutificou e deixa a lição de que a liberdade e a justiça são princípios inegociáveis, que nunca devemos esmorecer diante das injustiças, nem abrir mão de princípios éticos para a construção de um mundo de paz.

Recurso em Sentido Estrito

2006.009388-3

O acórdão, com base em comentário ao art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente feito por Dalmo de Abreu Dallari, reconhece a obrigatoriedade do Estado com relação ao direito dos menores, mantendo decisão de primeiro grau que concedeu a liberdade provisória a acusada de tráfico de entorpecentes, que acabara de dar à luz a uma criança.

MÔNICA DALLARI
Dezembro de 2010

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Será atendida, Senador Suplicy, na forma do Regimento, a solicitação de V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pediria a V. Ex^a, se ainda houver uma vaga para uma comunicação inadiável, que V. Ex^a me inscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Há uma vaga, Senador; V. Ex^a está inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador, ex-Ministro, Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que é uma honra muito grande falar no plenário numa sessão do Senado presidida por V. Ex^a. Sou um grande admirador seu, tenho um grande respeito, de modo que é um motivo realmente de satisfação ter V. Ex^a presidindo esta sessão.

Sr. Presidente, desejo, nesta oportunidade, falar sobre minha proposta de distribuição dos resultados da exploração de petróleo no pré-sal e no pós-sal.

Trato, primeiramente, da proposta da distribuição de resultados no pré-sal e quero, inicialmente, lembrar que uma parte relevante dos resultados da exploração do petróleo, no regime de concessão, é a participação especial, devida pelas empresas exploradoras em função da extração de grandes volumes de petróleo.

Em 2010, por exemplo, Estados e Municípios produtores receberam aproximadamente R\$6 bilhões em participações especiais. No regime de partilha, essa participação será transformada em óleo excedente, ou o lucro da exploração dos poços de petróleo.

Proponho que metade desse valor seja destinada aos Estados e Municípios produtores, ficando os Estados e Municípios não produtores com a outra metade. Em termos objetivos, Estados e Municípios não produtores ficariam com cerca de R\$3 bilhões. Igual valor seria transferido para Estados e Municípios produtores.

Quero lembrar, também, que os quase R\$6 bilhões do valor do óleo excedente que proponho sejam divididos entre produtores e não produtores corresponde ao valor que, no regime de concessão, era destinado exclusivamente aos Estados e Municípios produtores.

Estou também propondo a majoração da alíquota dos *royalties*, em campos que vierem a ser licitados, de 10% para 20%. Com base no resultado de 2010, esse aumento propiciaria uma arrecadação adicional de R\$10 bilhões, elevando a arrecadação de *royalties* para R\$19,8 bilhões. Desses R\$20 bilhões, Estados e Municípios produtores ficariam com R\$9,7 bilhões, os não produtores com R\$8,7 bilhões e a União receberia R\$1,4 bilhão.

Quero dizer a V. Ex^a que as empresas petroleiras não pagariam maior volume de contribuição; apenas pagariam de *royalties* o que elas, no regime de concessão, pagam a título de participação especial.

Essa proposta permitiria que a participação no resultado da exploração do petróleo nos campos do pré-sal atingisse R\$31 bilhões, em valores de 2010. Assim sendo, Estados e Municípios produtores ficariam com R\$12,6 bilhões, o equivalente a 40%; os não produtores com R\$11 bilhões, ou 37% do total; e a União com R\$7 bilhões, ou cerca de 23%.

Nos termos da proposta, a União não participaria dos resultados decorrentes do aumento da alíquota de *royalties* e sua participação na arrecadação dos *royalties* seria reduzida de R\$2,8 bilhões para R\$1,4 bilhão.

Trata-se de esforço da União, que consideramos razoável, para solução do problema de distribuição de resultados da exploração do petróleo. Ressalto, entretanto, que o valor de bônus da assinatura continuaria integralmente com a União.

Sr. Presidente, tenho também proposta para distribuição de resultados da exploração de petróleo no pós-sal e sugiro a atualização sistemática da cobrança da participação especial vigente, sem alterações desde 97 e que, portanto, não incorporou o aumento de produção e a evolução de preços do petróleo daquele ano até os dias de hoje.

O volume de isenção é muito alto, o que contribui para que o Brasil seja um dos países com menor participação governamental na renda gerada pela exploração de petróleo. Queremos estabelecer o equilíbrio contratual perdido com o tempo.

É importante, Sr. Presidente, salientar que apenas 18 dos cerca de 300 campos de petróleo pagam uma participação especial.

Proponho, assim, que seja destinado a todos os Estados e Municípios, produtores ou não, o montante que ultrapasse os valores em reais arrecadados segundo a sistemática ora vigente.

Sr. Presidente, minha proposta tem objetivo claro: contribuir de maneira positiva, transparente e aberta para a construção de um novo arranjo de distribuição das participações do resultado da exploração do petróleo no Brasil, que responda, por um lado, às aspira-

ções de mais verbas por parte de Estados e Municípios não produtores e, por outro, às justas expectativas dos produtores, quanto à irredutibilidade dos recursos de que necessita para administrar riscos, especialmente os ambientais e atender à forte demanda por infraestrutura e serviços públicos que resultam das operações da indústria.

Sr. Presidente, agradeço muito a atenção de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Dornelles, pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, pela Liderança do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos cinquenta dias, com apoio das consultorias de orçamento do Senado e da Câmara, trabalhamos exaustivamente no exame das receitas primárias previstas no Projeto de Lei Orçamentária para 2012, atendendo à missão que nos foi honrosamente confiada pelo nobre Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Analizamos com afinco todos os procedimentos metodológicos empregados pelo Poder Executivo nas suas previsões e mantivemos sucessivas reuniões de trabalho com autoridades e técnicos do Ministério de Planejamento, Ministério da Fazenda e Ministério de Minas e Energia, especialmente com a Secretaria de Receita Federal, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de eliminar pontos de dúvidas que permaneciam após o exame das receitas propostas, bem como para identificar possíveis lacunas que poderiam estar contidas nessas estimativas de receita.

Nessa tarefa de múltiplos elementos que compõem esse intrincado mosaico das estimativas de receitas, terminamos por chegar à conclusão de que as receitas primárias constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2012 estavam estimadas abaixo de seu potencial de arrecadação esperado para esse exercício.

As razões que alicerçaram os pilares dessa nossa conclusão são de duas ordens. Conforme é de conhecimento, o cálculo da estimativa da receita para o ano de 2012 seguiu um rito metodológico que, de modo geral, tomou por base a arrecadação, em parte realizada e em parte estimada, para o ano de 2011. Sobre essa base foram aplicadas as variações dos parâmetros que se espera para 2012, ou seja, o crescimento real do PIB, a variação do IPCA, a variação da taxa de juros, o preço do dólar e outros índices importantes.

Contudo, a base de arrecadação de 2011, empregada nos cálculos na Proposta de 2012, foi construída levando em conta a receita realizada apenas até o mês de julho de 2011. E isso não poderia ser de outra forma, porque, na data limite do prazo constitucional de envio da peça orçamentária ao Congresso Nacional, dia 31 de agosto, ainda não havia sido encerrado o mês de arrecadação tributária.

Um pouco mais adiante, em meio ao nosso processo de análise das condicionantes legais e paramétricas das estimativas de receitas contidas na proposta, fomos informados da remessa, pelo Poder Executivo, do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º bimestre, contendo a nova estimativa da receita esperada para ser arrecadada em 2011, a partir do emprego da receita realizada até o mês de agosto do corrente ano.

O exame dessas informações mais recentes permitiu-nos confirmar que houve um novo aumento na receita realizada no mês de agosto, repetindo os sucessivos recordes de arrecadação que vêm sendo observados ao longo deste exercício, suplantando com folga não apenas a arrecadação do mesmo período do ano anterior, mas as previsões da Lei Orçamentária para 2011 e, sobretudo, as reestimativas elaboradas pelo próprio Poder Executivo.

O aumento na expectativa atualizada da arrecadação prevista para 2011 foi de tal ordem que, da 3ª avaliação, de junho, para a 4ª avaliação, de agosto, a previsão de receitas primárias brutas para 2011 aumentou de R\$ 732,4 bilhões para R\$ 751,9 bilhões, mostrando um robusto acréscimo de R\$ 19,5 bilhões!

Desse modo, usando procedimento metodologicamente semelhante ao empregado na Proposta, incorporamos à base de 2011 a receita efetivamente realizada até agosto acrescida de estimativa para o restante do exercício, com base no comportamento recente da arrecadação. Igualmente seguindo procedimento tecnicamente recomendado, tomamos o cuidado de excluir da base de projeção as receitas atípicas, isto é, aquelas receitas que não se repetirão em 2012 e que, portanto, não devem compor essa base.

Um segundo elemento que agregamos à nossa análise deveu-se às mudanças bruscas que vêm ocorrendo no cenário econômico mundial e que terão reflexos no atual momento econômico vivido pela economia brasileira.

Reconhecemos que essas incertezas não puderam ser plenamente avaliadas quando da elaboração da Proposta, eis que foram ganhando maior contorno e agravamento após a feitura desse documento pelo Poder Executivo.

Nós, porém, integrantes do Congresso Nacional e constitucionalmente responsáveis pela apreciação da peça orçamentária, não poderíamos nos furtar do reexame desses novos fatores condicionantes. Desse modo, procuramos adequar os parâmetros que influenciam as estimativas de receitas para 2012 ao novo cenário econômico. Entre outros, reduzimos o crescimento real do PIB de 5% na Proposta para 4,5% no Relatório da Receita. E estamos admitindo uma inflação um pouco mais elevada – IPCA de 6% – do que a da Proposta do Governo Executivo – IPCA de 4,8% –, porém mais próxima da aguardada pelo mercado – IPCA de 5,9%.

Nosso pressuposto é que, com a queda de taxa de juros da Selic, processada pelo Banco Central, e a sua continuidade, revertendo abruptamente a trajetória anterior de subida, haverá maior estímulo ao desenvolvimento das atividades econômicas e, por essa razão, a queda na expectativa de crescimento econômico em relação ao esperado na Proposta, embora ocorra, se realizará em menor dimensão do que imaginam alguns analistas de mercado.

Em função disso, reestimamos as Receitas Primárias para 2012, brutas e líquidas, de R\$1,97 trilhão e R\$911,7 bilhões para R\$1,127 trilhão e R\$937,3 bilhões, mostrando acréscimos de R\$29,9 bilhões e R\$25,6 bilhões para a receita líquida do Orçamento de 2012. Assim, com relação à apreciação das estimativas de receita para 2012, esperamos ter cumprido satisfatoriamente nossa atribuição constitucional de aperfeiçoar esse aspecto da peça orçamentária, trazendo-a mais próxima da realidade que se mostra factível de materializar nesse exercício.

Reitero aqui os agradecimentos a toda a consultoria da Câmara e do Senado, em especial aos consultores Maria Liz, José Rui, Márcia Moura, José Constantino, Mauro Silva, Flávio Leitão, Sidnei Júnior e Orlando. Agradeço também a atenção especial do nosso colega, competente assessor, Dalmo Palmeira.

Destaco aqui a relevância de todo o trabalho realizado dentro do contexto da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tão bem realizado pela nossa amiga Mirna.

É com a seriedade de toda a equipe envolvida que temos a certeza de que o Orçamento de 2012 estará apto a garantir cada compromisso, cada investimento, cada despesa do Estado, cumprindo com sua função administrativa para garantir com responsabilidade e sustentabilidade o desenvolvimento do País.

Tenho a satisfação da missão cumprida e de ter feito o melhor possível para meu Estado de Rondônia e para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua generosa atenção com relação ao tempo, mas é um assun-

to importante e eu não poderia deixar de tratar nesta tarde de hoje, dia em que nós entregamos o relatório de receita para o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Vital do Rêgo e agradecendo também a toda Comissão Mista, o nosso Relator do PPA, Senador Pinheiro, que junto conosco tem tido um trabalho importante com relação à idealização e à realização do PPA 2012, 2013, 2014 e 2015 e também o relatório da receita da União para o exercício 2012.

Era isso o que eu tinha a tratar.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. PMDB – PB) – Parabéns, Senador Acir, pela boa notícia que traz quanto à previsão de arrecadação de mais de R\$25 bilhões além daquele anteriormente encaminhado pelo próprio Governo e também pelo relatório de V. Ex^a.

Com a palavra, Senadora Vanessa. V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, antes de iniciar o assunto que me traz a esta tribuna no dia de hoje – vou falar de questões relativas ao meio ambiente e às medidas que vêm sendo tomadas internacionalmente como forma de garantir um equilíbrio ambiental e, assim, uma sociedade melhor para todos –, quero relatar brevemente o que foi a grande chuva acontecida ontem na minha querida cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Uma chuva muito forte, um temporal – podemos assim dizer –, em que a velocidade dos ventos, na região sul da cidade, atingiu a marca de 85km/h. Para que V. Ex^a tenha uma ideia, em períodos de normalidade, a média de velocidade dos ventos na cidade de Manaus é de 4km/h a 10km/h. Em chuva também considerada normal, a média de velocidade dos ventos é de 45km/h, podendo chegar ao máximo, algumas vezes, a 60km/h. E no dia de ontem, na região sul da cidade de Manaus, a ventania atingiu 85km/h. Tenho aqui alguns jornais: “Ventos de até 85km/h deixam rastro de destruição na cidade.”

Muitas escolas, Sr. Presidente, foram não só destelhadas, mas quase totalmente destruídas. Postes caíram em cima de dezenas de automóveis, de carros, casas populares, unidades de saúde, comércio, tudo, Sr. Presidente. Foi uma forte destruição, infelizmente, ocorrida no dia de ontem, na cidade de Manaus, atingindo conjuntos habitacionais populares como o Prosamim. Enfim, prejuízo grande.

O Governo do Estado, assim como a Prefeitura de Manaus, ainda faz o levantamento dos prejuízos para ver como podemos enfrentar e reagir diante dessa

calamidade, Sr. Presidente. Talvez seja necessário até a ajuda, a contribuição, a colaboração do Governo Federal, principalmente para a recuperação de unidades públicas. Aí, refiro-me basicamente a escolas. Foram várias escolas estaduais e várias escolas municipais que enfrentaram e vivenciaram esse problema no dia de ontem. Numa dessas escolas, Sr. Presidente, não apenas a cobertura, mas a estrutura ficou praticamente toda destruída.

Quero aqui não apenas lamentar o ocorrido, não somente me solidarizar com aquelas pessoas, com aquelas famílias que sofreram diretamente com a catástrofe acontecida no dia de ontem, mas dizer que faremos tudo, tenho convicção absoluta – o Governador Omar e a bancada de Parlamentares, a bancada federal – para ajudar no que for necessário. Se for necessário o pedido de ajuda ao Governo Federal, estaremos todos unidos lá para buscar amenizar o sofrimento e as perdas que tiveram as famílias da cidade de Manaus, o mais rapidamente possível.

Mas, Sr. Presidente, hoje, eu também gostaria de falar aqui a respeito de uma notícia que vem sendo divulgada ultimamente pela imprensa, que é exatamente o resultado da reunião ocorrida na semana passada – uma reunião que se iniciou no dia 1º deste mês e foi concluída no dia 7, Senador Walter Pinheiro –, a última reunião preparatória para a COP-17, ou seja, para a Conferência das Partes, que é a reunião, no âmbito das Nações Unidas, que trata das mudanças climáticas.

Essa última reunião preparatória, como disse, aconteceu na semana passada e, infelizmente, os resultados não sinalizam para um caminho ou para um futuro positivo. Todos nós, no mundo inteiro, Senador Blairo, estamos preocupados com isso.

Aqui no Brasil, não é à toa, que uma das matérias de maior relevância e que mais ocupa o tempo dos Senadores de forma correta é exatamente o debate que gira em torno do Código Florestal. E o objetivo central desse debate é como ordenar a produção brasileira, sobretudo no setor primário, e ao mesmo tempo garantir a preservação, uma segurança ambiental para a população e para o mundo inteiro.

Essa é uma preocupação que paira em todas as nações do mundo, e esses debates não são só debates internos, debates entre a população de um mesmo país; são debates que ocorrem no mundo inteiro. E a preocupação em relação ao meio ambiente diz respeito às catástrofes que vêm acontecendo no mundo. Não quero aqui afirmar absolutamente nada, mas pelo menos lembrar a grande polêmica que existe em relação a grandes catástrofes, sendo a última acontecida no Japão.

Eu mesma acabei de falar de um vendaval que não é comum ocorrer no meu Estado, na minha cidade de Manaus, Sr. Presidente. *Tsunamis* vêm ocorrendo no mundo inteiro. E há um grupo muito forte, uma tendência forte no meio científico que aponta essas catástrofes como relacionadas ao desequilíbrio ambiental, e toda ação humana, sem dúvida nenhuma, causa um impacto ambiental.

Obviamente que ninguém defende que não se faça ou que não se promovam ações na natureza. É claro que temos de fazê-las, mas temos de fazê-las com muito cuidado e buscando sempre ações de mitigação para que os impactos ambientais sejam os menores possíveis e, portanto, para que as consequências à população sejam as menores possíveis também.

Há alguns anos, o Protocolo de Kyoto foi assinado exatamente com o mesmo objetivo. O Protocolo foi assinado por muitas nações, inclusive pelo Brasil, por países da Europa e de todos os continentes, e estabelece metas que os países desenvolvidos devem alcançar, no sentido de diminuir a emissão de gases tóxicos. O Protocolo de Kyoto estabelece, repito, metas para os países desenvolvidos e não para nações subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento, nações emergentes, como é o caso do Brasil, da Índia e de outras.

De acordo com o Protocolo, para a China, a África do Sul e o Brasil não há uma obrigatoriedade estabelecida. Entretanto, não é porque, de acordo com os tratados internacionais, não se exijam metas claras e objetivas de diminuição de emissão de gases tóxicos que todas essas nações não vão fazê-lo.

No Brasil, nós, os brasileiros, o Governo brasileiro, o Parlamento brasileiro, estabeleceu, de forma muito clara, quais são essas metas, a partir do momento em que aprovamos, há algum tempo, a Lei de Mudanças Climáticas, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional de Combate às Mudanças Climáticas, mostrando que temos grande responsabilidade não apenas com a qualidade do meio ambiente para a nossa gente, para brasileiras e brasileiros, mas com o equilíbrio ambiental para o mundo.

E, Sr. Presidente, o Protocolo de Kyoto, que quero destacar, não recebeu a adesão dos Estados Unidos da América do Norte. Os Estados Unidos não assinaram o Protocolo de Kyoto, portanto, não se comprometeram perante a comunidade internacional para a diminuição da emissão de gases tóxicos, o que é muito ruim, porque não se trata de um país qualquer e nem apenas do país que é a maior potência econômica do mundo – pelo menos ainda, por enquanto, é uma grande potência econômica –, mas porque é o

país que emite a maior quantidade de gases tóxicos, Sr. Presidente, de CO₂.

Os Estados Unidos são o país que mais polui no mundo. Apesar de cobrarem muito das outras nações em relação a cuidados ambientais, em relação ao respeito aos direitos humanos, a prática que adotam internamente é completamente diferente. É completamente diferente. Eles colocam seu desenvolvimento econômico à frente de qualquer outra responsabilidade, inclusive a responsabilidade ambiental.

Sr. Presidente, além desse problema de os Estados Unidos não terem, nunca, aceitado participar do Protocolo de Kyoto, pois nunca assinaram esse protocolo, este se encerra no ano de 2012, no ano que vem, o ano em que acontecerão, no Brasil, a Rio+20, um importante evento para se discutir o meio ambiente do Planeta, e a reunião preparatória da COP-17, que acontecerá entre o final do mês de novembro e o início do mês de dezembro, que é a Conferência das Partes em relação às mudanças climáticas. Ela ocorrerá na África do Sul.

Essa reunião preparatória não foi muito positiva, principalmente por dois aspectos.

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Um deles, Sr. Presidente, diz respeito ao próprio Protocolo de Kyoto.

Existem inúmeras propostas sobre a mesa, inclusive para impor a países em processo de desenvolvimento, como o Brasil, que assinem, que também para eles sejam estipuladas metas obrigatórias, e a própria posição norte-americana de insistir em não assinar o protocolo, o que, segundo representantes não apenas do Governo brasileiro, mas do mundo inteiro, remete à possibilidade de chegarmos a um impasse no ano de 2012 e de o Protocolo não ser renovado, o que é muito grave, Sr. Presidente, mas muito grave mesmo.

Acho que o Brasil, como grande potência ambiental que é – nós possuímos a maior floresta tropical do Planeta –, precisa, Sr. Presidente, tomar a frente desses debates e não permitir jamais que essa possibilidade se transforme em realidade, ou seja, a não renovação do Protocolo de Kyoto.

E uma outra questão extremamente negativa diz respeito à ameaça ao Fundo Verde. Durante muitos anos, a Conferência das Partes discutiu a necessidade da criação de um fundo internacional com o aporte de recursos de países desenvolvidos, cuja meta, até 2012, é de US\$30 bilhões, até ano que vem, e, até o ano de 2020, devendo alcançar a casa dos US\$100 bilhões de aportes de recursos de países desenvolvidos. Esses recursos devem ser aplicados na mitigação

de países mais pobres, de países em processo de desenvolvimento, no sentido de mitigar e assim buscar melhor equilíbrio ambiental.

Se V. Ex^a me permitir um minuto somente para concluir, Senador Santiago, eu ficarei enormemente agradecida.

Então, esse fundo, que demorou tantos anos para nascer, mas tantos anos, nasceu efetivamente na COP-16, realizada em Cancún, no México, em dezembro de 2010, portanto, no ano passado, corre o risco, diante da crise econômica internacional, de sequer existir, o que é muito grave. Até o ano que vem, são US\$30 bilhões que deixarão de existir e, até 2020, US\$100 bilhões, o que é extremamente negativo.

Quero concluir dizendo que acredito na capacidade de mobilização e de liderança, de vanguarda do Governo brasileiro, para que possamos liderar um grupo, o G77 mais a China, e não permitir que haja retrocesso em relação ao meio ambiente mundial.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Vanessa, pelo pronunciamento.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna prestar uma justa homenagem a um dos mais importantes políticos brasileiros, principalmente do meu querido PMDB, chamado Ulysses Guimarães.

O Dr. Ulysses Guimarães nasceu em Rio Claro, interior de São Paulo, no dia 6 de outubro de 1916. Casou-se com D. Ida de Almeida Guimarães, conhecida como D. Mora. Político e Líder, era considerado símbolo de democracia e unidade partidária.

Devido a um acidente aéreo, ele nos deixou há 19 anos, no dia 12 de outubro de 1992. Portanto, amanhã, completar-se-ão 19 anos de morte do Dr. Ulysses.

As suas contribuições permaneceram e nos ajudaram a transformar o PMDB no maior Partido do Brasil e a pavimentar a estrada que permitiu ao País ser respeitado internacionalmente pelas oportunidades reais de uma economia estável e de uma democracia consolidada.

A nação peemedebista tem, em sua memória, os inflamados e magníficos discursos pronunciados pelo Dr. Ulysses em defesa do Brasil e do PMDB.

Quando passou a presidência do Partido ao ex-Governador Orestes Quécia, na Convenção Nacional realizada no dia 24 de março de 1991, o Dr. Ulysses destacava que “o PMDB não vive do passado, vive

com o passado. No presente, o nosso compromisso é com o desenvolvimento”. Em outro trecho da Oração do Adeus: “Não são os homens que conduzem a bandeira. É a bandeira que arrasta os homens”. Ou ainda: “A bala que mata a inflação é o desenvolvimento”. Frases atuais.

Filiado há 30 anos e, hoje, como Presidente do PMDB, tenho a satisfação de continuar esse trabalho iniciado pelo Dr. Ulysses. Desde que assumi a presidência do meu Partido, visitei a maioria dos Estados brasileiros com a mensagem de mobilização para as eleições municipais do ano que vem.

O sentimento partidário deixado pelo Dr. Ulysses à Nação peemedebista é grandioso. Nossa unidade confirma que a memória de Ulysses Guimarães está mais do que nunca viva entre nós. Uma história de luta e resistência que o Dr. Ulysses iniciou no então MDB e, hoje, PMDB. Um Partido de manifestações populares em prol da democratização do País e na defesa dos direitos e da liberdade.

A consolidação do PMDB teve em Dr. Ulysses um protagonista exemplar. A história registra que ele enfrentou a ditadura e fez com que o Partido cumprisse os seus ideais de uma sociedade justa, igualitária e, acima de tudo, democrática.

Foi o PMDB que ajudou a escrever a história recente do Brasil, principalmente nos debates para as eleições diretas, e, assim, aprendeu a respeitar divergências, inclusive, dentro do próprio partido.

Graças à força do PMDB, o Brasil teve a primeira eleição direta para a Presidência da República e uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, presidida pelo Dr. Ulysses, que deu ao País uma Constituição Cidadã, por garantir os direitos aos mais pobres e por consolidar os princípios da liberdade e da democracia.

O PMDB, um Partido fiel às suas raízes e protagonista das principais conquistas alcançadas pelo Brasil, ainda contribui para o desenvolvimento do País. Nascido em 1965, há 45 anos, como MDB, resultado da confluência das forças de oposição, transformou-se em uma das forças mais importantes de resistência democrática, à medida que o regime trilhava o caminho do endurecimento.

Com o nosso companheiro e Vice-Presidente da República, Michel Temer, o PMDB faz parte do Governo Dilma e luta para tirar da miséria milhões de brasileiros. Mais de 30 milhões de brasileiros foram tirados da pobreza no Governo Lula, com o apoio do PMDB, e mais 16 milhões serão tirados agora, no Governo Dilma e Temer.

Inspirado em Ulysses, somos um Partido genuinamente nacional, de luta e sintonizado com os anseios

populares. O PMDB tem uma história de compromisso com o Brasil.

Atualmente, o PMDB é uma das forças mais influentes na política nacional. Temos 2,3 milhões de filiados e, na última eleição, tivemos, no total, 66 milhões de votos. Elegemos 5 governadores, 8 vice-governadores, 78 Deputados Federais, 172 Deputados Estaduais e somamos a esses números mais 20 Senadores da República. Temos 1,175 mil Prefeitos, 906 Vice-Prefeitos e 8,5 mil Vereadores. Portanto, é o Partido mais forte nos Municípios e elegeu ainda 4 Prefeitos em capitais. No Governo Federal, são 5 Ministros que contribuem para o desenvolvimento do País.

Esse é o PMDB que o Dr. Ulysses ajudou a construir e que, por sua história e tamanho, tem um papel importante a desempenhar na governabilidade do Brasil.

Foi com os ensinamentos de Ulysses que o PMDB respaldou outros líderes. Avançamos nos aspectos econômicos e sociais e buscaremos, nas eleições de 2012, aumentar mais o número de prefeitos e vereadores.

Ressalto aqui o papel desempenhado pela Fundação Ulysses Guimarães, que oferece cursos em todo o País, com a finalidade de qualificar nossos filiados para a gestão pública e para a cidadania. Mais de 200 mil alunos já foram formados em todo o Brasil.

Essa é a nossa maior homenagem ao legado desse grande brasileiro e homem público, fraternalmente chamado Dr. Ulysses.

Termino este discurso, Sr. Presidente, com a seguinte frase do Dr. Ulysses, proferida em seu discurso na promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988:

Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades. Uma delas, benfazeja, me colocou no topo desta montanha de sonho e de glória. Tive mais do que pedi, cheguei mais longe do que mereço. Que o bem que os Constituintes me fizeram frutifique em paz, êxito e alegria para cada um deles e para todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Parabéns, Senador Raupp. V. Ex^a, como Presidente Nacional do PMDB, ao registrar o aniversário de morte do ex-Presidente e saudoso Ulysses Guimarães, fala também em nome de todos os integrantes do PMDB, que se solidarizam com V. Ex^a e se incorporam a seu pensamento em favor dessa significativa história para o País e para todos nós, peemedebistas. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com certeza, Sr. Presidente, falo aqui em nome de Michel Temer, Vice-Presidente da República, do Presidente Sarney, de Renan Calheiros e de toda a Bancada no Senado; em nome de Henrique Alves, em nome da Bancada na Câmara Federal, e dos mais de 2,3 milhões de filiados do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Paulo Paim, que permuta seu tempo com o Senador Geovani Borges.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Wilson Santiago, eu queria, em primeiro lugar, destacar a homenagem que a Câmara fez hoje pela manhã à Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas). Lá estavam, Sr. Presidente, cerca de mil dirigentes daquela entidade e outros convidados. Ficou muito clara a importância da luta para acabarmos com o fator previdenciário e também buscarmos uma política de reajuste dos aposentados.

Hoje, o Senador Vital do Rêgo, na tribuna, dizia a nós todos, e perguntei a ele e ele confirmou, que na previsão da peça orçamentária a expectativa é de mais de R\$25 bilhões além do previsto. Ora, acredito plenamente no nosso querido Presidente da Comissão de Orçamento. Espero eu que, a partir dessa previsão, não haja mais desculpa alguma para não se conceder o reajuste aos aposentados – aqueles que chamo de “primo pobre” do Regime Geral da Previdência, cuja maioria fica entre dois ou três salários mínimos; 70%, como diziam lá no ato, pela manhã, ficam na faixa de dois salários mínimos. Espero agora que a gente construa, então, esse grande acordo e, na mesma linha, a gente termine com o fator previdenciário.

Meus cumprimentos à Comissão de Orçamento; meus cumprimentos ao Warley e a todos aqueles que organizaram essa atividade de hoje pela manhã.

Sr. Presidente, quero ainda aproveitar o momento para lembrar a todos, como já havia comentado num outro momento aqui na tribuna, que o Município de Igrejinha, em Maratá no Rio Grande, estará realizando a chamada Oktoberfest, neste mês de outubro. Igrejinha realiza a sua no período de 14 a 23 de outubro. É a 24ª Oktoberfest. E a Oktoberfest em Maratá acontece no período de 12 a 16 de outubro. Estão todos convidados. Já tinha falado desse tema num outro momento.

Quero ainda, Sr. Presidente, registrar que, no dia 15 de outubro de 1827, dia consagrado à educadora Santa Tereza D’vila, o Imperador Dom Pedro I baixou um decreto criando o Ensino Elementar no Brasil. Dizia o decreto: “Todas as cidades, vilas e lugarejos teriam

suas escolas de primeiras letras”. Esse decreto falava da descentralização do ensino, salário dos professores, matérias básicas e até como os professores deveriam ser contratados.

Cento e vinte anos depois, ou seja, em 15 de outubro de 1947, ocorreu a primeira comemoração de um dia dedicado ao professor. Isso aconteceu em São Paulo, em uma pequena escola da rua Augusta, onde existia o Ginásio Caetano de Campos. A data só foi oficializada pelo Decreto Federal nº 52.682, de 14 de outubro de 1963. Portanto, Sr. Presidente, no próximo sábado, dia 15 de outubro, vamos celebrar o Dia do Professor.

Quando discorria, escrevia esse tema, naturalmente lembrava que todo mundo elogia os professores e todos falam da importância na formação das nossas crianças e também da juventude, mas, por outro lado, também temos de perceber que o Brasil não valoriza como deveria os professores. Vem aos poucos valorizando, é verdade, mas está muito distante daquilo que gostaríamos pela importância do professor no desenvolvimento social, cultural, diria político e econômico do nosso País. Sem os professores, o ensino técnico não avança. Por exemplo, não teremos engenheiros, arquitetos, enfim, não teremos médicos.

Quero, mais uma vez aqui, render as mais justas homenagens aos professores. Creio que todos vocês vão concordar comigo neste aspecto: nosso País não reconheceu como devia os professores. Estamos até avançando, repito, mas estamos longe e falta acendermos a luz para enxergarmos corretamente e compreendermos a importância dos professores. Não podemos mais crescer com pés de barro. Ou se valoriza a educação e os nossos mestres ou estaremos sempre remando contra a correnteza.

Há muitas formas de valorizar esses profissionais. Por exemplo: salários decentes, melhores condições de trabalho, aprimorar os conhecimentos técnicos dos próprios professores com formação adequada. Exemplo, a Lei de Combate ao Racismo na sala de aula até hoje não é implantada, eu diria, em 80% dos Municípios brasileiros e a alegação é que não existem professores capacitados. Outra questão gravíssima, a Lei Nacional do Piso dos Professores, sancionada em 2008, pelo Presidente Lula, até hoje, infelizmente, a maioria ou grande parte dos Estados não cumpre. Poderia citar alguns Estados, e vou citar, infelizmente até o meu Estado, que não cumprem o piso: Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Goiás, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

Eu sei que muitos dirão: “Mas é dos governos anteriores”, mas os governos atuais, inclusive o meu, vão ter que avançar, porque vamos ter que cumprir o

piso, sim. E o que é o piso do professor? Eu diria que é, em torno, de dois salários mínimos. Quando chegar agora janeiro, que o salário mínimo vai para R\$620,00, praticamente o piso vai ficar em um salário mínimo e meio. É um absurdo! Ou seja, não cumprir a lei que manda pagar o piso básico da carreira de professor é um desrespeito à legislação e aos nossos mestres.

Quero dizer também que sou totalmente favorável à proposta da UNE que o MEC está discutindo, que o Governo está discutindo, para que, pelo menos, 10% do PIB seja encaminhado à educação.

Sr. Presidente, eu recebi um trecho de Liduina Felipe de Mendonça Fernandes, de Mossoró, Rio Grande do Norte, que diz assim:

E agora, professor?

Estás disposto a seguir em busca dos teus sonhos?

Para ver uma nova escola surgir? Vamos, professor. Continua a tua luta.

Usa a criatividade que já demonstrastes ter.

Usa a competência que já provastes ter. És educador.

Escolhestes esse caminho e ainda nele estás.

E, se és educador, é porque acreditas que o tijolo colocado por ti,

É indispensável na construção do saber viver.

Estás cansado de promessas? [Claro que estás] Estás cansado de esperar? [Claro que estás]

Não desanimes. É preciso acreditar. [É preciso pressionar, somente assim vamos chegar lá. Senão, não vamos a lugar nenhum.]

Diz mais:

Não vês que agindo assim não chegarás a lugar nenhum?

Não vês que agindo assim estarás reforçando [essa caminhada] (..),

Que não quer [homens e mulheres apenas e não apenas] imploradores de pão,

[Gente formada] Que sustentem a vida [e não aqueles que ficam só a mamar no poder]

Sem respeitar o direito que tens de ser.

E agora, professor? Não basta apenas dizer.

É preciso fazer. É preciso crer. E, se tu quiseres, muito podes fazer”.

Na verdade, a carta visa à mobilização e à pressão para que o piso dos professores seja cumprido.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu havia pedido a V. Ex^a para que me colocasse após a Ordem do Dia e, como percebo que o plenário está vazio, nós não vamos ter Ordem do Dia nem que a gente queira, eu pediria um pouquinho de tolerância de V. Ex^a para que eu pudesse falar do dia de amanhã.

O dia de amanhã, Sr. Presidente, é o Dia da Criança, e o Dia da Criança é um dia que embala, com certeza, todos nós. Por isso, ao chegar próximo ao dia 12 de outubro, eu posso imaginar a expectativa das crianças, não só do Brasil, mas do mundo. Alguns dados me assustam, Sr. Presidente, são aqueles que dizem que, infelizmente, de cada ...

Das expectativas, existe aquela que aos cinco anos muitas crianças estão trabalhando; existem aquelas cuja realidade é...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... reciclável, vender balas, fazer malabarismo nos faróis, pedir esmolas, acordar de madrugada para ajudar na colheita e muitos no trabalho escravo ou no trabalho doméstico.

O Ipea, em recente pesquisa, aponta que, a cada 100 crianças, seis trabalham. Entre os menores que trabalham, 20 mil não estudam e na faixa etária de cinco aos 15 anos, encontram-se 63 mil que não estudam nem trabalham.

O Bolsa Família tem tido um impacto sobre a frequência escolar positivo, mas ainda está distante de assegurar que todas as crianças estejam na escola. Talvez isso se deva, em parte, à falta de penalidades para quem não cumpre o programa.

Ainda, segundo a pesquisa, as crianças são responsáveis por importante parcela da renda das famílias. Os menores de 15 anos, que não frequentam a escola, cumprem uma jornada de 40 horas semanais e são responsáveis por algo entre um terço e 100% da renda familiar.

Sr. Presidente, eu deixo aqui, entendendo a pressão democrática que V. Ex^a está fazendo com a campanha – é o seu papel, porque nós não entramos na Ordem do Dia –, essas minhas rápidas considerações e também as pesquisas, em que eu reafirmo a importância de uma frase que é conhecida por todos: lugar de criança é na escola. Nós devemos, mais do nunca, combater o trabalho escravo, garantir à criança o direito ao lazer, o direito a ter uma família, se não a sua, uma família das chamadas casas-lares. Os dados da OIT, do Ipec, da Unesco demonstram, Sr. Presidente, que a situação das crianças no Brasil e no mundo é da maior gravidade.

Vamos torcer, Sr. Presidente, para que amanhã a gente possa olhar para as nossas crianças e quem

sabe elas possam ter assegurado, a partir de agora, o direito de estudar e de brincar.

Leio só a última parte, Sr. Presidente.

Nossas crianças têm que ter o direito de serem crianças. Ter o direito de brincar e de estudar. Não é dever delas trabalhar ou promover o sustento de quem quer que seja. Elas têm que ter o direito a uma boa escola, a bons educadores e a um ambiente escolar e familiar livre, tranquilo e sem violência.

Aqui eu repito e termino, agradecendo a V. Ex^a.

Criança precisa brincar e estudar. Esse é o mundo que nós devemos ajudar a construir para elas. Esse mundo não vai ser apenas mágico, ele vai ser o alicerce para a construção da sociedade que todos nós queremos.

Eu agradeço a V. Ex^a pela tolerância. Deu para comentar os meus três pronunciamentos e me sinto contemplado. Dou um sorriso aqui como eu gostaria que as crianças dessem amanhã.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Paim, pelos pronunciamentos que V. Ex^a registra no dia de hoje, especialmente sobre o Dia da Criança, que é significativo para todos nós, para o nosso País e para o nosso futuro.

Concedo a palavra, pela Liderança do PCdoB, ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo meu pronunciamento, fazendo um apelo a todas as tevês públicas e rádios do nosso País, às Assembleias Legislativas, às Câmaras de Vereadores, aos Governos estaduais, para que integrem uma campanha que vai fazer milhares de crianças sorrirem, realizando, de forma precoce, um diagnóstico de surdez nas crianças. É uma lei que foi sancionada pelo Presidente Lula e que está completando um ano.

A TV Senado já produziu todas as peças e está fazendo uma campanha. E essa campanha pode ser transportada para as tevês e rádios públicas gratuitamente. Não é preciso um centavo de nenhuma tevê. As peças já estão produzidas pelos nossos excelentes profissionais do Senado Federal, sob o comando do dirigente máximo da área, o Sr. Fernando César Mesquita, que autorizou que todas as peças fossem produzidas, para que a campanha estivesse nas ruas. Então, faço esse apelo.

O segundo apelo é dirigido a V. Ex^a. Eu estava esperando que V. Ex^a ficasse aí nesse canto. Por quê? A greve dos bancários é uma das mais longas já registradas no Brasil. E há também uma greve nos institutos federais de educação, de ciência e de tecnologia,

que, entre todos na área de educação – estamos às vésperas do Dia dos Professores –, são os que têm a responsabilidade de preparar as pessoas para o trabalho, de dar-lhes uma profissão. Já tramita na Comissão de V. Ex^a um requerimento, que já foi sobejamente aprovado. Qual é meu apelo? Que V. Ex^a, *ex officio*, pudesse incluir os bancários brasileiros e, se não houver solução, Senador Walter Pinheiro – V. Ex^a está à frente desse processo de negociação –, também os nossos companheiros dos Correios.

São greves da área federal. Isso é de nossa responsabilidade. Nos Estados, há as Assembleias; nos Municípios, as Câmaras de Vereadores. Aqui, temos de ajudar a intermediar, a resolver, a dialogar e a buscar uma saída que não seja apenas a judicialização ou a pressão do Executivo. O Executivo faz sua pressão, que, digamos, pode ser justa, mas há um apelo do lado de cá, dos bancários, dos trabalhadores dos Correios e dos professores dos institutos federais, que não conseguiram chegar a um acordo. Deve estar por um triz o acordo.

Então, é preciso nossa intermediação. Apelo a V. Ex^a. Na hora em que V. Ex^a determinar, esse povo vai estar aqui, para dialogar. Será travado um franco diálogo entre o Legislativo, o Executivo e as categorias profissionais, que merecem nosso completo apoio.

Faço uma breve correção: o Ceará paga o piso aos professores, no plano estadual, ou seja, o Governo do Estado paga esse piso. Deverá haver ainda problemas em alguns Municípios, mas o Estado já o paga. E isso é muito importante, porque foi essa decisão que permitiu que os professores sentassem à mesa, numa negociação, depois de uma greve que patrocinaram no Estado do Ceará.

Então, eu queria sentar com V. Ex^a e com nossos colegas Senadores, para tratar da questão dos bancários. Conversei com nossos colegas dirigentes, tanto com o Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra, quanto com o Ailson Duarte, da CTB. Um deles é da CUT, e o outro é da CTB, mas os dois, no mesmo sindicato, patrocinam o apoio à luta firme e aquelas negociações. Eles mostraram que os ganhos dos bancos foram estratosféricos. Então, não existe razão para resistência tão tenaz dos bancos em melhorar um pouquinho o salário dos bancários, em atender ao pedido feito pelos bancários. Eles estão com um acumulado de 18%. Eles deram bem abaixo da metade. Então, é preciso sensibilidade, para que possamos fazer com que essa categoria tão importante para o Brasil também seja atendida, meu caro Paim. Faço também um apelo a V. Ex^a.

Peço permissão à Mesa, para que eu possa ouvir a palavra de V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Só quero responder a V. Ex^a, que me fez uma pergunta e um questionamento. Estamos inteiramente à disposição, a Comissão de Direitos Humanos e a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência, para que possamos fazer uma reunião, recebendo as três categorias e acionando o Governo, no sentido de facilitar a negociação. Pode contar com nosso apoio total.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a. Tenho a certeza de que contaremos com a participação ativa de muitos Senadores que querem ver esses problemas solucionados.

Sr. Presidente, falo aqui especialmente sobre a greve dos bancários, porque é uma categoria que atua num setor estratégico do País. Os bancos têm uma presença muito significativa na cena econômica brasileira. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Banco do Nordeste, o Basa agem indiretamente na economia brasileira, porque eles são os agentes financeiros de muitos empreendimentos do Governo. Há uma paralisia em muitos Estados, porque boa parte dos empreendimentos públicos depende de uma ação da Caixa Econômica. E, desde o dia 27 de setembro, eles estão parados. Já estamos no dia 11 de outubro, e a greve vem desde o dia 27 de setembro. Então, é um espaço longo. Já é uma das greves dos bancários mais longas, que tem impactos na vida dos Municípios, dos Estados e da União, porque obras do PAC, obras do Município, obras da Copa, tudo isso depende, muitas vezes, de visto da Caixa Econômica e dos agentes financeiros públicos.

Estamos diante de uma dificuldade. E há uma dificuldade não só no setor privado, não só entre as agências e entre os bancos privados; há uma dificuldade de negociação também no setor público. E é sobre esse espaço que queremos dialogar no Legislativo, no Senado Federal. Acho que há, sim, um terreno muito fértil, para que possamos dialogar e chegar a bom termo.

Então, agradeço a V. Ex^a. Agradeço ao Sr. Presidente.

E desejo um bom Dia das Crianças para todos! Há muitas coisas boas, mas ainda enfrentamos dificuldades, que devem ser tratadas também por nós aqui, no Legislativo.

Um abraço, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Inácio Arruda, pelo registro da necessidade de entendimento em relação aos bancários!

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há alguns dias aqui,

ocupamos esta tribuna para até enaltecer a decisão da equipe do Governo, que tomou a decisão de aumentar o IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados, dos veículos importados e os que passaram a ingressar, inclusive é bom frisar isso aqui, de forma muito forte em nosso mercado, nesse período próximo passado.

Só para se ter uma ideia, estima-se que este ano serão comercializados no Brasil cerca de 3 milhões de veículos novos. Desse total, cerca de 1 milhão, ou 1/3, será proveniente, efetivamente, do exterior. Portanto, sem dúvida nenhuma, é preciso colocar um freio nessas importações, sobretudo porque, a partir de uma taxa cambial altamente favorável e de inúmeros subsídios de seus países, principalmente – e essa é a questão mais relevante –, começam a comprometer a produção local e a ameaçar especificamente, meu caro Senador Wilson Santiago, os nossos empregos. Portanto, se tivermos um olhar mais crítico em relação ao mês de setembro, vamos ver que a produção brasileira de veículos recuou 19,7% em relação a agosto, exatamente por conta das férias coletivas das montadoras, que buscaram reduzir seus estoques e, principalmente, das revendas. Essas férias alcançavam, efetivamente, 36 dias nesse período.

Graças ao aumento da renda do trabalhador brasileiro, da mobilidade social, poderíamos chamar assim, levada a efeito pelo Governo do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos últimos 4 anos, o mercado de automóveis cresceu algo em torno de 44%. É bom salientar que só São Paulo cresceu 15%. Salvador cresceu 65%. É exatamente a taxa de crescimento. As vendas de Salvador e Recife hoje superam as da Colômbia. Estou referindo-me a Salvador e Recife. Não estou falando da Bahia e de Pernambuco. É natural que as montadoras de todo o mundo acorram ao nosso mercado, principalmente em um momento de crise mundial como o que estamos vivenciando. Com as mudanças adotadas no mês passado pelo nosso Governo, além do acréscimo de 30% no valor do imposto, o Governo passou a exigir um índice de nacionalização de 65% das montadoras interessadas em se instalar no Brasil. Mas, passado mais de um mês das medidas adotadas pelo Governo, o cenário econômico sofreu profundas mudanças, especialmente porque houve uma inversão da taxa cambial, Quero chamar a atenção para isso. Uma inversão cambial fortíssima passou a beneficiar as nossas importações e isso impôs uma conseqüente necessidade de freio às importações.

Quando as medidas foram baixadas, no período em que era exatamente para ajudar a nossa indústria, o dólar estava cotado a R\$1,50, R\$1,54. Hoje o dólar está a R\$1,80 e nada indica que ele volte ao patamar de meses atrás.

Essa dinâmica no processo econômico nos traz hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, para recomendar ao Governo a necessidade de flexibilização dessa regra, não a mudança da regra, mas o entendimento de que o período agora aponta para irmos ao encontro da necessidade inclusive dessa política de atração de consolidação de empresas, ainda que montadoras, no solo nacional.

A situação – eu diria – diversa merece um tratamento também diferente. Não podemos tratar da mesma forma aquela empresa que vem apenas em busca do nosso mercado, dos seus produtos manufaturados em outros países, e aquela que vem produzir aqui, gerando impostos, emprego e renda em solo nacional.

Por entendermos ser possível rever a alíquota do IPI e adotar uma tabela progressiva para o índice nacionalização, até que se alcancem os 65% que são praticados pelas montadoras já instaladas no País, é que essa flexibilização das novas regras, no nosso entendimento, servirá de estímulo e de comprometimento maior dessas montadoras com suas unidades aqui, no Brasil.

Enquanto Renault e Nissan, por exemplo, uma única empresa anunciou a ampliação de suas unidades no Brasil, com investimento de R\$2,6 bilhões para produzir 200 mil veículos por ano a partir de 2014 no Rio de Janeiro, as chinesas Cherry e JAC Motors confirmaram a instalação também de fábricas no Brasil. A Cherry vai instalar-se em Jacareí, São Paulo, com investimentos na ordem de R\$400 milhões; a JAC Motors vai, segundo seu dirigente – já inclusive tendo sido protocolizado no Ministério da Indústria e Comércio o seu desejo dessa parceria –, deverá instalar-se na Bahia, na cidade de Camaçari, onde fará um investimento na ordem de R\$900 milhões para uma produção inicial de 100 mil automóveis a partir de 2014.

Elas merecem, Sr. Presidente – e é isso que quero chamar a atenção, meu caro Paulo Paim –, esse período de transição que nós estamos propondo ao Governo. Estou propondo mudar a regra; não estou propondo quebrar a lógica que – volto a dizer – é correta, no sentido de aumentar o IPI. Mas estabelecer a transição, colocar carga sobre os ombros desses que se comprometem a vir, com prazo para apresentação de projeto, cronograma para início de obra, fixação para parâmetros, inclusive para investimento em P&D, em pesquisa e desenvolvimento, porque, majoritariamente, as montadoras que se instalaram no Brasil não investiram em desenvolvimento científico e tecnológico. Portanto, é fundamental que façamos isso agora. Então, isso pode ser feito exatamente nesse período – e é isso o que estamos conclamando –; essas empresas merecem esse período de transição, porque estão di-

zendo que, mesmo diante da crise e mesmo diante da elevação do IPI, se colocam à disposição para fazer investimentos: instalar unidades montadoras em três cidades brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, o Governo nos respondeu, inclusive no dia de ontem, quando estive com o Ministro Fernando Pimentel, da Indústria e Comércio, que poderia adotar essa medida, tanto é que, a seguir, o Ministro Fernando Pimentel deu entrevista, hoje, a um dos jornais de grande circulação neste País, falando da possibilidade de se discutir uma mudança na forma de aplicação ou estabelecendo uma transição, assim poderíamos dizer.

Esse período de transição poderia se estender até que as montadoras passassem a produzir e aí, no caso, a alíquota do IPI, em determinado prazo, após o início de sua atividade, no que diz respeito a esse processo de nacionalização, nós adotaríamos a postura normal. E não deveríamos ficar somente na exigência de um percentual de produção local dos componentes desses veículos. Será preciso ir além e exigir também transferência de tecnologia ou estaremos condenados a permanecer onde apenas nos localizamos hoje, com esse tipo de postura. Aí, refiro-me às regiões de Zonas de Processamento de Produtos Importados.

Portanto, essa política de transferência tecnológica deve ser adotada em todo o País. Nós precisamos proteger, meu caro Paim, a produção interna porque ela garante nossos empregos, nossa renda, ela garante impostos necessários para prestação de serviços públicos a nossa gente.

Da mesma forma, Paulo Paim, precisamos ampliar essa produção para que se multipliquem os empregos necessários a essa demanda crescente de aumento, principalmente de nossa população. E aí, a melhor e mais rápida forma como isso se apresenta é exatamente a gente atrair investimentos instalando essas montadoras, permitindo esses vultosos investimentos, trabalhando com um grau de maturidade a partir dessa própria confiança na economia, mas estabelecendo normas e critérios e regras.

Portanto, precisamos encontrar esse ponto de equilíbrio. Acredito que o Ministro Pimentel e o Ministro Guido Mantega estão envolvidos, imbuídos e dispostos nessa tarefa para que, por meio desse ponto de equilíbrio as exigências do Governo, com a proteção da indústria para que as que aqui estão instaladas e o interesse nacional de atrair novos investimentos, essa combinação seja perfeita para extrairmos cada vez mais benefícios para nossa gente. Reafirmamos que o melhor caminho pode estar no estabelecimento dessas regras de transição que permitirão, sem dúvida nenhuma, a convivência das atuais com as novas

montadoras e elas, com certeza, nos levarão a um porto seguro do desenvolvimento que, para não ser sustentado, deve ser considerada não apenas a produção local, mas, principalmente, a absorção de mão de obra e de tecnologia.

Então, Paulo Paim, quero deixar aqui este nosso chamamento, este nosso apelo para que verdadeiramente a gente consiga fechar esse acordo com o Governo até a próxima semana e, assim, atender a essa demanda do crescimento econômico, do desenvolvimento local e da continuidade de uma política de oferta de postos de trabalho, de geração de renda e, principalmente, de acúmulo do conhecimento por parte do nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer, meu caro Paim.

V. Ex^a já se colocou à disposição e nós também estamos à disposição para a busca desse entendimento na intermediação das diversas manifestações justas dos trabalhadores deste País. Neste momento, teremos, inclusive, o início do julgamento no TST por parte da questão da greve que envolve trabalhadores dos Correios e a direção dos Correios.

Nossa expectativa ontem era de que pudessemos chegar a um acordo. Fizemos um esforço hoje de manhã, não foi possível. Mas creio que, no dissídio, o nosso Judiciário possa – atendendo às reivindicações dos trabalhadores – proceder a um julgamento extremamente justo e correto para o atendimento dos anseios desses briosos e brilhantes trabalhadores dos Correios do Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Walter Pinheiro.

V. Ex^a pode ter certeza de que, se não houver conciliação, aceitando a sugestão de V. Ex^a e a do Senador Inácio Arruda, nós vamos convocar o comando de greve dos Correios, dos técnicos, dos bancários para uma reunião na Comissão de Direitos Humanos e na Subcomissão do Trabalho e Previdência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra a V. Ex^a.

Antes, anuncio que, para uma comunicação inadiável, vai usar a palavra o Senador Wilson Santiago. V. Ex^a será o próximo, como orador inscrito, mas ouviremos agora a solicitação de pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como são 16 horas e não há quórum para deliberação, peço a V. Ex^a que encerre a Ordem do Dia. Esse é o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Atendendo à recomendação de V. Ex^a, como não há quórum para deliberação, abro e, ao mesmo tempo, encerro a Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467,
DE 2008-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

2

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1,
DE 2010-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011, do Senador Wellington Dias, que dispõe sobre royalties e participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob

o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração, produção, royalties e comercialização do petróleo).

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2007, do Senador João Vicente Claudino, que altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 629, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2007, do Senador Magno Malta, que altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para alterar a distribuição de receitas de compensações financeiras e para direcioná-las às aplicações que especifica.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 630, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 630, de 2007, do Senador Magno Malta, que altera dispositivos das Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº

9.648, de 27 de maio de 1998, para estabelecer que os royalties serão aplicados, prioritariamente, em segurança pública.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que altera os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 – Lei do Petróleo, e insere o art. 49-A na mesma lei para destinar parcela dos royalties à conservação da floresta amazônica.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2008, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infra-estrutura.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, que

altera o inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e o parágrafo 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, para prever distribuição de parcela dos royalties referentes à lavra de petróleo ou gás natural ocorrida em plataforma continental para o custeio da Previdência Social.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.

13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2008, do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a alínea e do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a destinar recursos do Fundo Especial exclusivamente para a saúde.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2008, do Senador Augusto Botelho, que disciplina os dispêndios financiados com recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2008, do Senador João Pedro, que altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”, para introduzir mudanças nas regras de distribuição dos royalties provenientes da exploração de petróleo e de gás natural na região conhecida como Pré-sal no mar territorial brasileiro.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2008, do Senador Tasso Jereissati e outros Senado-

res, que cria o Fundo Nacional do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para determinar nova distribuição dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo e gás natural entre os entes federativos.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, que estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2008, do Senador Francisco Dornelles, que altera os arts. 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União a título de royalties e participação especial pela exploração de petróleo serão destinados ao FUNDEB.

19**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2008**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2008, do Senador Paulo Paim, que altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo na camada de pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, à previdência social e ao FUNDEB.

20**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2008**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2008, da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o inciso II do artigo 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, dando nova distribuição de parcela dos royalties referentes à lavra de petróleo ou gás natural ocorrida em plataforma continental.

21**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2009**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2009, do Senador Lobão Filho, que altera os arts. 6º

e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo e gás natural na camada pré-sal, sejam destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

22**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, do Senador Inácio Arruda, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação.

23**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 574, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2011, do Senador Francisco Dornelles e outros Senadores, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre os royalties e a receita da comercialização relativos ao regime de partilha de produção.

24**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 598, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 598, de 2011, do Senador Francisco Dornelles e outros Sena-

dores, que inclui §§ 1º-A e 5º no art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para alterar os valores definidos no art. 22 do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, para verificação da faixa de isenção e das faixas de alíquotas de 10%, 20%, 30% e 40%, relativas ao cálculo e ao pagamento de participações especiais, bem como alterar a destinação da receita federal adicional para o Fundo Especial, a ser distribuída entre todos os Estados e Municípios.

25**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010;

e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189,

201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008;

256, de 2009; 138, 448, 574, 598 e 625 de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2011, dos Senadores Francisco Dornelles, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Ricardo Ferreira, que dispõe sobre royalties devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e sobre receita da União de comercialização dos mesmos bens, instituídos pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e sobre participação especial devida sob o regime de concessão, instituído pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

26**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no

Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 912, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

32

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

33

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

34

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduard Suplicy.

35

REQUERIMENTO Nº 1186, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.186, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (prioridade a portadores de deficiência na restituição de impostos).

36

REQUERIMENTO Nº 1203, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.203, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (extinção da arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão).

37

REQUERIMENTO Nº 1218, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.218, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim, o Senador Wilson Santiago vai ter um espaço maior.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador, se V. Ex^a me permite.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Rapidamente, eu gostaria de encaminhar à Mesa...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, por ser mulher; segundo...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senador Wilson.

Amanhã, dia 12, feriado nacional pelo dia dedicado à Padroeira do Brasil, é também, Sr. Presidente, Dia das Crianças e Dia do Engenheiro Agrônomo. Então, quero fazer aqui uma singela homenagem, encaminhando à Mesa pronunciamento que faço, homenageando não apenas brasileiros e brasileiras, através da nossa Padroeira, Nossa Senhora Aparecida, mas também todas as engenheiras e engenheiros agrônomos e crianças, que representam o futuro do nosso País.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, 12 de outubro, é um dia recheado de comemorações. Ao mesmo tempo que a data é dedicada a Nossa Senhora Aparecida, celebramos o Dia das Crianças e o Dia do Engenheiro Agrônomo. E em especial esta data, amanhã, será marcada por manifestações contra a corrupção em várias cidades brasileiras, a estilo das que aconteceram no dia 7 de setembro. São todos motivos de extrema importância e dignos de nosso registro nesse plenário.

A dedicação a Nossa Senhora Aparecida, com certeza, levará milhares de fiéis e devotos às ruas para compartilhar testemunhos de fé e de gratidão, características marcantes de nós brasileiros, que a escolhemos padroeira do Brasil.

Segundo o dicionário, a palavra "padroeira" tem como significado: defensora, protetora, patrona. À Nossa Senhora Aparecida são dados títulos como "defensora dos pobres", "protetora dos que sofrem", "patrona dos oprimidos". São títulos que revelam a fé do povo brasileiro, que vê na Santa uma mensagem de libertação e esperança.

Aparecida é mais uma das muitas faces que Nossa Senhora mostra à humanidade. Ela é assim

chamada porque apareceu das águas do Rio Paraíba do Sul. Retirada do rio pelas mãos de gente do povo, logo se transformou nesse símbolo de esperança que é hoje. E a ela são feitos pedidos como dias melhores, saúde, família, paz, entre outros.

Essa esperança também está simbolizada nas nossas Crianças, e dias melhores é tudo que queremos e desejamos a elas. Elas serão as herdeiras do Brasil que construiremos com as políticas que definimos hoje para a educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia, segurança, meio ambiente, enfim as áreas que vão revelar aos jovens de amanhã qual foi o nível da nossa responsabilidade, do nosso compromisso para com as nossas crianças dos dias de hoje.

Com certeza, esse sentimento de esperança e de um Brasil melhor também é o que mobilizará os brasileiros que irão às ruas se manifestar contra a corrupção. E ainda é que move os engenheiros agrônomos, profissionais, responsáveis, entre outras coisas, pelos muitos avanços econômicos que o Brasil tem conquistado nas últimas décadas.

É importante registrar que a alma agrícola, que sempre foi a marca registrada do Brasil desde os tempos da colônia, jamais foi negada – e muito menos abandonada! – no decurso desse processo de desenvolvimento. Muito ao contrário, os reflexos que a assim chamada Revolução Verde mundial teve, entre nós, verdadeiramente ajudaram a formar alguns dos mais importantes pilares da arrancada desenvolvimentista do nosso País.

Mas voltando a falar do sentimento de esperança, a que estava me referindo. Tenho certeza que ele é também o que move o Governo Brasileiro quando define o combate à corrupção não como algo momentâneo, mas como uma ação permanente intrínseca a todas as iniciativas de gestão.

Todas as celebrações de amanhã têm, em comum, o sentimento de esperança daqueles que lutam por um mundo de paz e igualdade. É nesse ponto que a fé ganha maiores dimensões e dá às mãos para a cidadania.

A busca pelo plano espiritual não pode estar dissociada do compromisso que todos temos pela construção de uma sociedade que garanta vida digna para todos.

Refiro-me aos milhões de brasileiros e cidadãos no planeta que ainda vivem na miséria extrema, muito embora por aqui as políticas sociais tenham retirado milhares dessa condição. Igualmente, outros sofrem pela descabida violência, desemprego, falta de acesso ao transporte, saúde e educação.

No campo prático, isso significa que a paz, ética, solidariedade e irmandade só serão conquistadas na sua plenitude a partir do momento em que todos

esses valores fizerem parte do modo de perseverar de cada um.

Portanto, além da devoção, muitos obviamente aproveitarão as comemorações de Nossa Senhora Aparecida, do Dia das Crianças, do Dia do Engenheiro Agrônomo e de manifestações por um Brasil sem corrupção, para celebrar a vida e a paz. É o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Vanessa Grazziotin.

V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Está com a palavra o Senador Wilson Santiago.

Como passou a Ordem do Dia, embora eu já o tenha chamado, com a tolerância desta Presidência, como V. Ex^a sempre tem agido comigo, está com V. Ex^a a palavra.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, demais Senadores, demais Senadoras, profissionais da imprensa, hoje a Paraíba está em festa, comemorando os 147 anos de aniversário da cidade de Campina Grande.

Campina Grande, Sr. Presidente, é uma das mais importantes cidades interioranas do Brasil. Todos nós que a conhecemos sabemos não só da sua importância para a economia da Paraíba como também a contribuição que Campina Grande tem dado ao desenvolvimento do nosso Estado, do Nordeste e do Brasil.

A pujante Campina Grande, como todos nós temos conhecimento, foi transformada em cidade em 1864. Hoje, repito, completa 147 anos de intensa atividade econômica, social e cultural a pontuar grande parte da história da Paraíba.

O povo de Campina Grande destaca-se no meu querido Estado da Paraíba como um povo de grande iniciativa. Com efeito, há anos, a cidade representa parcela altamente considerável da criatividade do povo paraibano, até os dias de hoje, no campo da ciência e da tecnologia, como V. Ex^a tem conhecimento, bem como todo o Brasil e o mundo, o que nos remete a inovações tecnológicas de ponta, reconhecidas, como bem disse antes, mundialmente.

No campo cultural, Campina Grande se destaca, é berço de artistas que se notabilizaram em todos os campos da cultura, sensíveis a tudo aquilo que, de fato, engrandece aquela cidade: na música, na literatura em prosa e verso, nas artes plásticas. Campina Grande tem sido, em todo o Nordeste, um dos exemplos e, digo até, uma tradição que engrandece o Brasil, especialmente o nosso Estado, a Paraíba.

Tradicionalmente, digo até que Campina Grande não só comanda a literatura de cordel, que herda as mais fortes tradições da Europa medieval, tão conhe-

cida é a história por V. Ex^a, Senador Paim, e, por essa razão, é elogiável e também reconhecida por todos nós.

A força de Campina Grande também pode ser sentida no campo da política, através de muitos de seus filhos, que pontificaram na história política paraibana, o que, na verdade, todos nós conhecemos. A contribuição de Campina Grande à Paraíba, por conta dessa participação política de sua gente, sempre foi significativa e, portanto, marcante na construção da Paraíba.

Por isso, hoje, Sr. Presidente, parabeno Campina Grande, como fizeram o Senador Cícero Lucena e o Senador Vital do Rêgo, e agradecemos à Campina Grande pela sua contribuição à economia, à política e às decisões que merecem, sim, o destaque e o reconhecimento de todos nós, paraibanos.

Além de Campina Grande, Sr. Presidente, este mês aniversariou também o Município de Brejo do Cruz, lá no nosso interior paraibano, onde o Prefeito Francisco Dutra Sobrinho, ao lado de sua população, festejou o aniversário da cidade e comemorou muitas realizações concretizadas na sua administração para o bem do Município e para o bem de todo sertão paraibano.

O Município de Catingueira também aniversariou neste mês, bem como o Município de Taperoá, através do Prefeito Deoclécio Moura Filho, tem feito uma administração realizadora e exemplar naquele Município. Também parabenizamos o Município de São João do Rio do Peixe que aniversariou neste mês de outubro, como o Município de Conceição, que fez uma grandiosa festa comemorando o seu aniversário.

Parabenizo todos, dizendo que esses Municípios paraibanos têm contribuído com a política, com a economia e com o desenvolvimento do Estado, além também de serem reconhecidos por todos nós pela contribuição que têm dado ao desenvolvimento e ao bem-estar de todos os paraibanos.

Sr. Presidente, para encerrar o meu registro no dia de hoje, gostaria de solicitar e até de fazer uma reclamação ao Ministério da Integração Nacional. Temos a informação, Sr. Presidente, de que, infelizmente, o Nordeste e, em especial a Paraíba, estão com a operação de carros-pipas suspensa, e isso tem causado danos e preocupação à própria população, especialmente da zona rural, que como vários Municípios da Paraíba e também muitos outros do Nordeste sofrem com a falta de chuva. E essa falta de chuva tem prejudicado não só a periferia das pequenas cidades, como também a zona rural. É necessária, sim, a operação carro-pipa para que, de fato, se mantenha pelo menos a água para o consumo humano e para o consumo animal. E o pagamento desses carros-pipas foram suspensos e nós temos que apelar ao Ministro da Integração Nacional para que tenha pena e socorra urgentemente a

população desses Municípios carentes do interior da Paraíba que estão sofrendo por falta de água e por falta de pagamento dos carros-pipas, prejudicando, portanto, grande parte da população, especificamente da população rural daquele nosso Estado.

Faço este registro, nesta Casa, em forma de apelo. E solicito, Sr. Presidente, de V. Ex^a o registro e a envio de pedido de urgência ao Ministério da Integração Nacional, para que, o mais urgente possível, solucione o problema dos carros-pipas no Estado da Paraíba, o que tem prejudicado muito a população – repito – da zona rural pela falta d'água e também pela falta de condições da população de encontrar outro meio para solucionar esse grandioso problema.

No mais, quero solicitar a V. Ex^a o registro, nos Anais da Casa, de todos esses documentos, que passo às mãos de V. Ex^a para a devida publicação no jornal oficial do Senado Federal, na Rádio Senado, enfim, em todos os meios de comunicação, porque é necessário tornar público e levar isso ao conhecimento não só da Paraíba, como também do Brasil.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância e pelo tempo que me concedeu até antes do nosso Líder Alvaro Dias. Mas, mesmo assim, com a permissão de V. Ex^a, inclusive do Líder Alvaro, registro assuntos de extrema importância para a Paraíba e para o Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR WILSON SANTIAGO.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal nesta terça-feira, 11 de outubro, para registrar o aniversário de uma das mais importantes cidades interioranas do Brasil: a pujante Campina Grande. Transformada em cidade, nesta mesma data, no ano de 1864, Campina festeja, hoje, 147 anos de intensa atividade econômica, social e cultural a pontuar grande parte da história da Paraíba.

O povo de Campina Grande destaca-se no meu querido estado da Paraíba como um povo de grande iniciativa. Com efeito, há anos, a cidade representa parcela altamente considerável da criatividade do paraibano, até os dias de hoje, no campo da ciência e da tecnologia, o que nos remete a inovações tecnológicas de ponta, reconhecidas mundialmente.

No campo cultural, Campina Grande é berço de artistas que se notabilizaram em todos os campos da cultura sensível, da música, da literatura em prosa e verso, das artes plásticas. E, ainda, com grande influência em todo o Nordeste, da tradicional literatura de

cordel, que herda as mais fortes tradições da Europa medieval.

Mas, a força de Campina Grande também pode ser sentida no campo da política, através de muitos de seus filhos, que pontificaram na história política paraibana. A contribuição de Campina Grande à Paraíba, por conta dessa participação política de sua gente, sempre foi significativa, e, portanto, marcante na construção da Paraíba.

Um pouco da história da cidade, faz-se necessário. Campina Grande foi fundada mesmo em 19 de dezembro de 1697, com a denominação de Vila Nova da Rainha. Porém, apenas em 11 de outubro de 1864 foi elevada à categoria de cidade. De acordo com estimativas de 2011, sua população é de aproximadamente 400 mil habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba, além de ser o 569 maior município brasileiro e o 12º maior município interiorano do Brasil.

A região metropolitana, formada por 23 municípios, possui uma população estimada em 687.545 habitantes, sendo a maior região metropolitana do interior nordestino, quarta maior do interior brasileiro, 24ª maior do Brasil e 7879 maior do mundo. São números que fazem com que a cidade se sobressaia em todo o Nordeste.

A cidade possui uma agenda cultural variada, destacando-se os festejos de São João, que acontecem durante todo o mês de junho, a Micarande, um dos mais tradicionais carnavais fora de época do país, o Encontro da Nova Consciência, um encontro ecumênico realizado durante o carnaval, além do Festival de Inverno e outros 20 eventos.

Campina Grande também é conhecida como cidade universitária, pois conta com 16 universidades, sendo três delas públicas. É comum estudantes do Nordeste e de todo o Brasil virem morar no município para estudar nas universidades locais. Além de ensino superior, o município oferece capacitação para o nível médio e técnico.

A cidade tem o segundo maior PIB entre os municípios paraibanos, representando 13,63% do total das riquezas produzidas na Paraíba, e o 1289 maior PIB entre os municípios do Brasil. Uma evidência do desenvolvimento da cidade nos últimos tempos é o ranking da revista *Você S/A*, no qual Campina Grande aparece como uma das 10 melhores cidades para se trabalhar e fazer carreira do Brasil. É considerada um dos principais pólos industriais da Região Nordeste e o maior pólo tecnológico da América Latina, segundo a revista norte americana *Newsweek*. Campina Grande foi indicada pelo jornal *a Gazeta Mercantil*, como a cidade mais dinâmica do Nordeste e 6ª cidade mais dinâmica do Brasil.

Por tudo isto, temos um imenso orgulho em pertencer a um Estado que tem em sua geografia humana Campina Grande e o seu povo. E, ao registrar a data do aniversário da cidade, queremos homenagear, com grande particularidade, todos os campinenses, por nascimento ou por adoção, que constróem, dia a dia, a bela realidade que é Campina Grande.

Prefeito **Francisco Dutra Sobrinho (PR)**
Vice-Prefeito **Hermes Fernandes De Arruda (PR)**

01/10/1881
Data de Emancipação

Muito obrigado

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR WILSON SANTIAGO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Nossa Senhora dos Milagres
Padroeiro(a)



HISTÓRIA DA CIDADE

O município de Brejos do Cruz é considerado um dos mais antigos da Paraíba, em 1600 o português Antônio Barroso Pereira resolveu cultivar um pequeno sítio que se chamava Olho D'Água do Meio, coube, entretanto, a Manoel da Cruz Oliveira Lêdo, famoso desbravador do sertão paraibano, a fundação do povoado, por volta de 1700, instalando-se no sítio Olho D'Água dos Boqueirões que seria mais tarde a cidade de Brejo do Cruz.

Em 1752 Manoel da Cruz Oliveira, construiu uma capela em homenagem a Nossa Senhora dos Milagres.

A fertilidade do solo atraiu muita gente para aquela região onde construíram seus sítios e fazendas. Sua Emancipação Política se deu em 1º de Outubro de 1938.

Gentílico

Brejocruzense

Distâncias

302 km da Capital.



TURISMO

A maior riqueza da cidade de Brejo do Cruz é sua água, extraída de poços no pé da serra, a água de Brejo do Cruz segundo estudos feito é praticamente igual a água mineral que é consumida pelos habitantes e segundo um dito popular da cidade quem dela prova não consegue ficar sem vir a Brejo para matar as saudades.

Principais Pontos Turísticos

Cacimbão

O mais tradicional poço é o conhecido Cacimbão.

O Cacimbão de Brejo do Cruz fica próximo a uma antiga usina onde o cantor Zé Ramahó menciona na música Avohai, e o local é ótimo para descansar e ficar mais próximo da natureza.

04/10/1959
Data de Emancipação

São Sebastião
Padroeiro(a)

O vocábulo Catingueira, utilizado para denominar o atual município, é originário de uma grande árvore, de mesmo nome, que havia as margens da estrada, a qual servia de abrigo para os viajantes.

Segundo alguns historiadores, a povoação teve sua origem em meados do Século XVIII, na fazenda estruturada por Pedro Velho Barreto, que até hoje é tido como fundador do município. Contudo, as primeiras casas teriam sido construídas a partir de 1745.

Significado do Nome

O vocábulo Catingueira, denomina-se por conseqüência de uma grande árvore do mesmo nome que havia a margem da estrada.



CARACTERÍSTICAS

A base da economia é relacionada à agricultura de feijão, milho, batata e algodão, apenas nos períodos de inverno. A produção animal é de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves. Também são fatores de menor escala, o comércio, extrativismo e o serviço público. O seu relevo é composto de planícies e planaltos, com baixios e morros, destacando-se a Serra da Catingueira com a cidade necravada em sua base.

Distâncias

302 km da Capital

06/10/1886
Data de Emancipação

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
Padroeiro(a)

Batalhão era seu nome, originado dos ferozes combates que se travaram entre as forças governistas e os rebeldes da Confederação do Equador em 1824. O povoado teve início nas fazendas de gado que foram implantadas por Francisco Tavares de Melo, pelo capitão Gonçalo Pais, pelo ajudante Gomes Pinto e por Manuel de Farias Castro, por volta de 1865 que surgiram as primeiras casas, marco do povoado. Uma outra família teve grande importância no desenvolvimento do povoado foi a dos Costa Vilar. A Lei Provincial nº 829 de 6 de outubro de 1886, criou o distrito e o município de Batalhão, com território desmembrado de São João do Cariri. A comarca de Taperoá foi criada em 1890. Sua Emancipação Política se deu em 06 de outubro de 1886.

Distâncias

216 km da Capital

Principais Pontos Turísticos

Parque de Vaquejada Catão

Está quase tudo pronto para o tão esperado momento de inauguração do Parque de Vaquejada Catão em Taperoá. A pista está pronta, a área do Parque em condições de receber os Visitantes. A iluminação também já foi concluída.

08/10/1881

Data de Emancipação



HISTÓRIA DA CIDADE

No começo do século XVII, Luís Quaresma Dourado da Paraíba e a casa da Torre da Bahia adquiriram várias sesmarias na ribeira do rio do Peixe.

Em 1961, o capitão Mor Antônio José da Cunha, da Capitania de Pernambuco, conseguindo a amizade dos índios Incos pequenos, estabeleceu-se às margens do Rio do Peixe, com uma fazenda de criação a qual, segundo documento da época, reunia mais de 1,5 mil cabeças de gado.

Porém, até 1765 o local onde se ergue a cidade era uma fazenda de criação, pertencente ao capitão João Dantas Rothea, morador do distrito de Piancó.

Distâncias

397 km da Capital

Principais Pontos Turísticos

Parque dos Dinossauros

O Parque dos Dinossauros, localizado na Bacia do Rio do Peixe e abrangendo terras dos municípios de Sousa, São João do Rio do Peixe e Uiraúna, foi descoberto há cerca de 80 anos, no início da década de 1920, quando Luciano Jacques de Moraes, um engenheiro de minas brasileiro, desempenhava trabalho de pesquisa de solo, no Sertão paraibano, para o Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS.



HISTÓRIA DA CIDADE

A colonização de Conceição teve início por volta do século XVII quando seu território pertencia a Piancó. Em meados do Século XIX, João Rodrigues dos Santos, acompanhado de seus irmãos chegou ao local onde hoje se encontra a sede municipal e ali fundou o povoado, logo batizado com o nome de Conceição. As terras de boa qualidade chamavam a atenção de agricultores de todo o estado que chegavam e iam construindo suas casas e cultivando fazendas.

A Lei que criou o Termo Judiciário de Conceição foi a mesma de sua emancipação política nº 727 de 08 de outubro de 1881 e seu primeiro magistrado foi o Dr. Venâncio Neiva que mais tarde viria ser o Governador do Estado. A Comarca de Conceição foi criada em 1890 suprimida posteriormente e restaurada em 1940.

Aniversário da Cidade

08 de Outubro

Distâncias

482 km da Capital



TURISMO

10 motivos para que você conheça a cidade de Conceição Paraíba.

- 1º Pela hospitalidade do seu povo.
- 2º Seu acervo cultural e patrimonial.
- 3º A culinária que lhe é peculiar.
- 4ª O rico artesanato em sua mais expressiva originalidade.
- 5º O berço da cantora conhecida mundialmente (Elba Ramalho) e Pinto do Acordeom com seu forró de primeira qualidade.
- 6º Sua Igreja Matriz pela sua imponência.
- 7ª Estradas asfaltadas que são de fácil acesso.
- 8ª Engenhos de cana-de-açúcar que mantêm sua forma original e em pleno funcionamento.
- 9º Meio ambiente urbano preservado e monitorado pela prefeitura e pela população local.
- 10º Você que fará enriquecer todos os itens acima elencados!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wilson Santiago! Fui tão tolerante como V. Ex^a tem sido com meus pronunciamentos. V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Passamos a palavra ao Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O Senador Simon também está inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, volto hoje a um tema que venho abordando há um bom tempo e que me proporcionou a apresentação de inúmeros expedientes e também a feitura de vários discursos desde o ano de 2004.

Foi exatamente no dia 8 de outubro de 2004 que apresentei um requerimento dirigido ao Ministro da Fazenda, solicitando a remessa do relatório da investigação levada a efeito pelo Coaf, órgão daquele Ministério, sobre os casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de manipulação de resultados, envolvendo as loterias da Caixa Econômica Federal.

Portanto, Sr. Presidente, o tema do meu pronunciamento hoje é este: manipulação de resultados e lavagem de dinheiro através das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Depois desse primeiro requerimento, apresentei, no dia 11 de abril de 2005, requerimento ao Ministro da Justiça, pedindo providências da Polícia Federal. No dia 26 de fevereiro de 2007, fiz pronunciamento da tribuna do Senado, apresentando denúncias sobre lavagem de dinheiro e o envolvimento de pessoas iluminadas, que conseguiram ganhar na loteria inúmeras vezes, como um cidadão que ganhou 525 vezes. Pasmem os senhores, um cidadão ganhou 525 vezes! Um outro, 327 vezes! Um outro, 206 vezes! Um deles recebeu 107 prêmios em um mesmo dia, em sete modalidades de loterias, em vários Estados da Federação!

E nós temos de ficar calados, em silêncio, passivamente assistindo a pessoas iluminadas, que ganham na loteria reiteradamente, fazendo inveja ao João Alves. Todos devem lembrar-se ou quase todos se lembram da justificativa que deu João Alves, quando, apanhado em irregularidades na Comissão de Orçamento, diante da sua conta bancária que apresentou valores excepcionais, afirmou que havia ganhado 26 vezes na loteria.

Os alunos superam o mestre, porque João Alves ficou pequeno diante da grandeza desses ganhadores.

Sr. Presidente, fiz a denúncia, apresentei projetos e pedi que o inquérito policial fosse instaurado. Houve o compromisso de que o inquérito policial seria instaurado.

E o que ocorreu? Ocorreu que eu passei a responder a um processo. Alguém me denunciou ao Ministério Público alegando ter eu vazado informações sigilosas. O Ministério Público recorreu ao Supremo Tribunal Federal, que, através do Ministro Eros Grau, autorizou a instauração do inquérito.

Inquérito iniciado, fui intimado a depor. Compareci à Polícia Federal, não esperei, não usei da prerrogativa que temos, como Parlamentares, de receber em nosso gabinete o policial encarregado do inquérito. Fui à Polícia Federal e afirmei: “Não percam tempo, não gastem papel. Fui eu. Vim aqui assumir a responsabilidade de ter denunciado criminosos. Não poderia eu, evidentemente, ficar calado, ficar em silêncio, ser cúmplice de crimes que chegavam ao meu conhecimento. Portanto, não percam tempo, encerrem as investigações, porque estou assumindo que fui o responsável pelas informações veiculadas pela imprensa”.

Como decorrência dessa afirmação, a Procuradora do Ministério Público Federal denunciou-me e sugeriu dois anos de prisão. Este é o Brasil: quem denuncia o crime pode ser preso, o criminoso, não. Aliás, ontem já afirmei que foi exatamente quando dessa denúncia que, pela primeira vez, afirmei desta tribuna que, no Brasil, o crime existe, o criminoso, não. E, muitas vezes, quem denuncia o crime corre o risco da penalização. E, muitas vezes, os criminosos permanecem impunes, transformando o Brasil no paraíso da impunidade.

É evidente que não me cabia colocar num baú as informações que recebia de que criminosos estariam lavando dinheiro na Caixa Econômica Federal com os recursos das loterias.

Registro aqui a opinião de um eminente jurista que acabo de indicar para compor a Comissão de Juristas, que vai apresentar uma proposta de reforma do Código Penal, Dr. René Dotti. Ele disse: “Parece, sim, inquisição em holocausto à liberdade de consciência e à autonomia do Parlamento. Evoca um princípio da democracia representativa e assim consagrado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem está estabelecida a separação dos poderes não tem constituição”.

Exercitei prerrogativa que me assegura a Constituição, desobrigando inclusive de citar fontes das informações que utilizo na atividade parlamentar. No entanto, tentaram me punir, tentaram me condenar. E volto à tribuna agora porque houve prescrição. E durante todos esses anos fiquei calado em respeito à Justiça, já que o processo transitava em segredo de justiça. Agora, estou de volta para dizer que a denúncia dava conta de que, no período de 2002 a 2006, o valor da

lavagem de dinheiro supera 32 milhões, num processo em que estão envolvidas 75 pessoas.

Portanto, 32 milhões é o valor avaliado naquele período da lavagem de dinheiro. E, como disse há pouco, casos realmente inadmissíveis, extremamente suspeitos, de que agentes da Caixa participassem da operação, como o caso aqui referido de que determinada pessoa descontou 107 prêmios no mesmo dia, sendo que os prêmios apresentavam datas com diferenças de até um mês, em sete modalidades de loteria.

Sr. Presidente, à Polícia Federal esclareci que entendi ser meu dever, como Senador da República, relatar alguns dados e principalmente números, até para justificar algumas providências que tomei para a investigação de fatos gravíssimos, conforme mostrei da tribuna do Senado naquela oportunidade, em fevereiro de 2007.

Todas as tentativas anteriores para esclarecer a responsabilidade da manipulação dos resultados das loterias foram frustradas.

O relatório que recebi do Coaf trazia dados que tornavam essa manipulação evidente, indubitável. Nesse caso, não houve quebra de sigilo, a meu ver, mas respeito ao interesse público. Se não prevalecer o interesse público aqui no Parlamento, os interesses do País serão gravemente prejudicados.

Obtive, portanto, informações de indícios de crimes praticados, orientando-me a avaliar que uma quadrilha sofisticada dava golpes milionários e reiterados em detrimento de todos os brasileiros que compram bilhetes da loteria. Por isso apresentei o requerimento e obtive as informações do Coaf.

O requerimento pedia ao Coaf investigar crimes de lavagem de dinheiro. E no final de 2006, em dezembro, recebi esse relatório, o Congresso entrou em recesso, e somente em fevereiro foi possível voltar à tribuna para apresentar a denúncia.

De posse dessas informações, como Senador, fiz uso da prerrogativa do art. 49, X, da Constituição Federal, para fiscalizar adequadamente os atos da administração direta.

Tenho ainda esperança de que essas investigações não sejam frustradas.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando novo requerimento, desta feita fazendo referência às providências anteriores e solicitando que sejam encaminhadas informações sobre inquéritos e possíveis ações judiciais apresentadas em função dos casos de fraudes nas loterias da Caixa Econômica Federal.

E justifico exatamente com as denúncias aqui apresentadas de que um movimento superior a R\$32 milhões nos levavam a imaginar a existência de uma

quadrilha lavando dinheiro sujo através de prêmios das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, além dessas providências que adotamos à época, apresentamos projeto de lei instituindo normas que possam dificultar a ação dos criminosos, mas o que não podemos admitir em hipótese alguma é que denúncias dessa seriedade com indícios dessa gravidades possam ser ignorados pelas autoridades do País, especialmente quando envolvem o sonho de milhões de brasileiros que apostam nas loterias e estão sendo ludibriados e, sobretudo, devem ficar indignados diante da suposição de existir manipulação de resultados e da certeza de que houve – não sei se há repetição do fato – lavagem de dinheiro sujo através das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, espero que este requerimento seja aprovado urgentemente, para que as autoridades responsáveis, neste caso o Ministério da Justiça e a Caixa Econômica Federal, possam nos informar sobre as providências adotadas, se investigações foram procedidas e quais os resultados delas, se ações judiciais foram impetradas e qual o estágio de tramitação delas.

O Brasil não pode ficar, repito, assistindo ao espetáculo da corrupção, a esse festival de impunidades que acaba provocando indignação na sociedade brasileira.

Enfim, Sr. Presidente, não podemos permitir que se consagre – vou repetir – que no Brasil existe crime, porque aqui, uma instituição governamental da respeitabilidade do Coaf, da competência do Coaf, é sim uma instituição de comprovada competência e de serviços extraordinários prestados ao País. Nós, que participamos de diversas comissões parlamentares de inquérito, reconhecemos a importância e a qualificação técnica, profissional e ética do Coaf.

Portanto, há a constatação de crime, mas não se apresenta o criminoso. Onde estão os criminosos? E a responsabilização civil e criminal? E as penalidades? O julgamento? Nada ocorreu!

Nós não podemos consagrar a tese também de que no Brasil os artífices principais dos grandes crimes são sempre protegidos e preservados. Na melhor das hipóteses, o que se admite neste País é que sejam punidos os coadjuvantes dos grandes criminosos.

Enfim, Sr. Presidente, nosso objetivo ao voltar a esta tribuna é prestar contas do nosso trabalho, porque iniciamos esse processo de exigência de providências já em 2004. Interrompemos durante um período, e justifiquei aqui as razões dessa interrupção. Mas agora, Sr. Presidente, é hora de voltarmos a esse assunto.

Voltamos e esperamos desdobramentos. Que as providências que estamos solicitando agora possam ser adotadas urgentemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, tenho aqui uma mensagem e tenho de responder. Ele pergunta se é verdade ou se ele entendeu mal. Naturalmente, V. Ex^a está falando a verdade: 107 prêmios na loteria em um dia?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente, 127 prêmios...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São 127 prêmios?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Deixe-me verificar o número correto, se 107 ou 127.

São 107 prêmios, em um dia só, em sete modalidades de loterias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas não a mesma pessoa...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A mesma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mesma pessoa?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Foram 107 prêmios, em um mesmo dia, sendo que os prêmios apresentavam datas com diferença de até um mês, em sete modalidades de loteria, em vários Estados da Federação.

Os sorteios não ocorreram no mesmo dia, mas apresentavam datas com diferença de até um mês apenas. Sete modalidades de loterias administradas pela Caixa em vários Estados da Federação.

E o campeão obteve 527 prêmios. Com 527 prêmios, obviamente, deixou com vergonha o João Alves, que declarou ter ganhado 26 porque era iluminado por Deus. Imagino que Deus, na sua generosidade, não iluminaria marginais para que ganhassem 525 prêmios um, 327 o outro, e mais 206 o outro.

Vários ganhadores, várias vezes, em várias loterias, em vários Estados. E as agências lotéricas, coincidentemente, eram sempre as mesmas. O que nós queremos saber é se houve investigação, se houve o inquérito da Polícia Federal e qual o resultado desse inquérito: se houve punição ou se as ações ainda não foram julgadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É da maior gravidade a denúncia que faz o Senador Alvaro Dias. Vamos esperar, pelas provocações que V. Ex^a fez, ou seja, pelos requerimentos encaminhados, quais serão as respostas.

Passemos, de imediato, a palavra ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que volto a esta tribuna, desta feita para trazer boa notícia ao povo do meu Estado, o meu querido Ceará.

A semana passada, o Governador Ciro Gomes anunciou – e estávamos presente e conseguimos – uma grande vitória em prol da melhoria das condições de vida da tão sofrida gente do meu Estado, o Ceará.

Recebemos, com alegria, a visita do Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra para a assinatura do termo de compromisso para o projeto de execução do chamado Cinturão da Águas do Ceará, conhecido como CAC.

Sr. Presidente, a partir da formalização desse termo será possível a realização da licitação do primeiro trecho da obra que terá a extensão de 150 km e vai do Município de Jati até o Rio Caiús, na Região Sul do meu Estado.

A partir dessa formalização a previsão é de que o primeiro trecho que custará cerca de R\$1,5 bilhão, sendo que R\$400 milhões oriundos dos cofres do Estado e R\$1,1 bilhão oriundos do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

Sr. Presidente, esse projeto tem uma importância muito grande para o meu Estado, pois, uma vez implementado, garantirá segurança hídrica a um Estado que tanto tem sofrido com a questão das secas, será um Estado com segurança hídrica assegurada.

Seguramente o Governador Cid Gomes caminha para estancar de vez a miséria decorrente da falta de água e avançará, cada vez mais, na melhoria da qualidade de vida da nossa gente tão sofrida.

Como parlamentar, desde quando era Deputado Federal, tenho contribuído na questão orçamentária para que a segurança hídrica do meu Estado possa acontecer.

Tive o privilégio de – como o Relator de Integração Nacional – relatar essa importante matéria do chamado Cinturão das Águas.

Com a nossa ajuda e o nosso esforço, conseguimos que esse investimento de R\$ 1,5 bilhão possa ser assegurado para que o Governo do Estado realize essa importante obra para todos os cearenses.

Essa ação integrada entre o Legislativo e os Executivos estadual e federal expressa o quanto queremos resolver de vez o problema da falta de abastecimento de água, principalmente para o interior do Estado do Ceará.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o cearense do interior vive em situação de extrema penúria, muitas vezes por falta de água até para beber. Essa carência o impede de produzir seu sustento, a partir de uma agricultura mínima de subsistência, tornando-o um nômade, inseguro e, muitas vezes, infeliz.

Mas, com o Cinturão das Águas, esse problema será resolvido, pois não terá mais que buscar água tão distante. Muitas vezes, encontramos mães de família

andando cinco, seis, até dez quilômetros para buscar uma lata d'água na sua própria cabeça.

Nosso desejo é que não haja mais miseráveis no Ceará em poucos anos. A expectativa do Governo Federal, registrada em pesquisas do IBGE e do IPEA, é que é possível erradicar a miséria absoluta no Brasil até 2016.

Nós, através desse importante empreendimento, queremos antecipar esta data no nosso querido Estado do Ceará.

Não mediremos esforços para que o povo do Ceará possa se beneficiar das ações do governo do Estado, comandado por nosso companheiro e aliado Cid Ferreira Gomes e pelo Governo Federal, no qual a Presidenta Dilma, desde seu primeiro pronunciamento, após a vitória nas eleições, afirmou que se empenhará em construir um Brasil sem miséria.

Nós, cearenses, queremos um Ceará próspero, onde todo cearense tenha condições dignas de vida e de trabalho. E sabemos que o Cinturão das Águas será um verdadeiro marco na transformação da realidade do Estado, principalmente no interior tão sofrido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obras como a do Cinturão e o Eixão das Águas, além da integração do Rio São Francisco, são a certeza de que o futuro hídrico do Ceará está garantido. Criar condições para a universalização do acesso a água de qualidade para o homem do campo é uma das principais prioridades do meu mandato de Senador.

É preciso que todo cearense saiba que o Cinturão das Águas irá transpor águas para todo o Estado, levando-as do leste ao oeste do Ceará, indo também em direção ao norte, perenizando todas as grandes bacias.

A integração do rio São Francisco irá disponibilizar ao Ceará cerca de 45 mil metros cúbicos de água por segundo.

Como disse essa semana o Governador Cid Gomes: "As obras são complementares, o que vai assegurar o abastecimento de água para a totalidade da população cearense".

Somos gratos, Sr. Presidente, à Presidente Dilma, ao ex-Presidente Lula, que deu início a esta grande obra da transposição do São Francisco. Somos gratos por terem atendido a nossa reivindicação.

Esta semana, o Ministro Fernando Bezerra, ao discursar no meu Estado disse textualmente:

Estou aqui, vim ao Ceará para materializar uma reivindicação do Governo do Estado e do povo cearense, criando uma segurança hídrica que nenhum outro Estado do Nordeste tem nesse momento. O Ceará é pioneiro tanto nos investimentos em recursos hídricos, quanto na gestão desses importantes projetos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto do Cinturão das Águas envolverá todo o Estado, através de um conjunto de canais e adutoras, com extensão de três mil quilômetros, e vai dar segurança hídrica a 92% da população cearense. O investimento dessa primeira etapa é de R\$1,5 bilhão, mas o investimento total previsto é de R\$7 bilhões.

O Cinturão será formado por um canal principal que margeará a Chapada do Cariri, aproximadamente no sentido leste-oeste, para depois, com diretriz sul-norte, atravessar as bacias do Alto Jaguaribe e Poti-Parnaíba, atingindo a bacia do Acaraú, totalizando cerca de 550 quilômetros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse Cinturão de Águas do Ceará tem dois grandes objetivos. São eles: aumentar a oferta hídrica, para atender mais amplamente e da melhor forma possível a população e as atividades socioeconômicas dos diferentes setores e, prioritariamente, contribuir significativamente para o incremento da garantia do suprimento d'água no Estado do Ceará.

Devido ao seu traçado e às altitudes com que atravessará praticamente todas as cabeceiras das bacias hidrográficas do Ceará, o CAC será capaz de alimentar, com as águas transpostas do rio São Francisco, a quase totalidade dos grandes açudes existentes.

Com o CAC, 80% do território do meu Estado será diretamente beneficiado pelo Projeto da Transposição e não somente a bacia do rio Jaguaribe e a Região Metropolitana de Fortaleza, como previsto inicialmente.

A capacidade de acumulação será aumentada a partir da inclusão de mais de vinte dos grandes açudes do Estado, entre os quais o Orós, o Trussu, o Banabuiú, o Pedras Brancas, o Araras (norte), o Edson Queiroz, o Pentecostes e o General Sampaio.

O Cinturão de Águas do Ceará será um sistema adutor extenso, com cerca de 1,3 mil quilômetros comprimento, transportando a água quase integralmente por gravidade através de trechos em canal, providos de sifões, aquedutos e túneis; somente no seu trecho final, próximo do litoral, haverá um pequeno bombeamento, tendo este, inclusive, opção de ser substituído por outro traçado em canal.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e encerro minhas palavras estimando que os investimentos que serão feitos no Cinturão de Águas transformarão geograficamente o nosso Estado, potencializando-o bastante, a ponto de permitir que o Ceará, como um todo, possa se beneficiar dessas transformações e favorecer o bem-estar de nossa gente, que tanto anseia em contribuir para construção de um Brasil mais fraterno e igualitário, sem miséria, participando produtivamente, gerando riqueza e bem estar para todos.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a tolerância.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Eunício Oliveira, pelo seu pronunciamento.

Passamos a palavra, por permuta com o Senador Randolfe Rodrigues, ao Senador Rodrigo Rollemberg. O Senador Randolfe Rodrigues passa a ser o vigésimo sexto.

Na sequência, Senadores Waldemir Moka, Pedro Simon, Randolfe Rodrigues e Aníbal Diniz.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, para encaminhar à Mesa um requerimento de pesar pelo falecimento do humorista José Thomaz da Cunha Vasconcellos. Se puder fazer o registro em seguida, para leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, para que faça a leitura do seu requerimento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é com muito pesar que venho a esta tribuna para comentar a capa de hoje do jornal *Correio Braziliense*, que destaca, na sua primeira página, “Selvageria volta ao trânsito do DF”. Diz, na suíte: “Uma pessoa morre em acidente a cada 18 horas nas vias da capital, que já foi exemplo de civilidade pelo respeito ao pedestre. Situação é a pior em oito anos”.

Essa matéria dessa manchete se reveste de uma gravidade maior porque Brasília, até há bem pouco tempo, sob a liderança do então Governador Cristovam Buarque, se transformou numa referência nacional em civilidade no trânsito, onde a sociedade civil, o Governo do Distrito Federal e os meios de comunicação de massa, especialmente o *Correio Braziliense*, que destaca essa manchete, fizeram uma grande campanha denominada “Paz no Trânsito”, que mudou os hábitos e a cultura da população do Distrito Federal, que passou a respeitar as faixas de pedestre, reduzindo consideravelmente as mortes por acidente de trânsito no Distrito Federal.

Mas eu quero, aqui, trazer alguns dados para a reflexão da população do Distrito Federal e da população brasileira acerca da violência no trânsito no Distrito Federal.

Entre 2003 e outubro de 2010, morreram 3.063 pessoas por acidentes de trânsito no Distrito Federal, uma média anual de 340 mortes. Em 2011, porém, a situação se agravou ainda mais. Foram 360 mortes em apenas nove meses, uma vítima fatal a cada 18 horas, o que nos leva a concluir que, a continuar nesse ritmo, correremos o risco de fechar o ano com quase 500 víti-

mas fatais de violência no trânsito no Distrito Federal. Vejam que número terrível, trágico!

Os motivos de tanta violência são alta velocidade, estradas em péssimo estado de conservação, alcoolismo, estresse e cansaço de motoristas, engarrafamentos gigantescos e crescentes. Há, ainda, falta de fiscalização, veículos em estado precário de conservação e de manutenção e a impunidade dos que cometem delitos nas vias de trânsito.

Para que V. Ex^{as} tenham uma ideia, somente na Estrada Parque Taguatinga, via que liga Brasília a Taguatinga, morreram 14 pessoas em 2010. Em 2011, foram dez vítimas fatais nos primeiros nove meses deste ano. Na EPTG, a demarcação das faixas para circulação dos veículos não foram feitas em toda a via. Nos locais sinalizados, as faixas apagaram-se rapidamente devido à péssima qualidade do material usado. Ainda na EPTG – Estrada Parque Taguatinga –, por exemplo, os pontos de alagamentos permanecem e devem se agravar com o retorno das chuvas. O corredor de ônibus não funciona, e parte da faixa exclusiva para isso já foi refeita pela má qualidade dos serviços ali executados.

Há falta de sinalização adequada. Os *guardrails* que precisam ser instalados em vários pontos da via ainda não chegaram, e as passarelas, várias delas posicionadas em pontos inadequados e sem cobertura contra a chuva, forçam os pedestres a cruzarem a via a pé.

Para agravar ainda mais esse quadro de abandono, há gigantesca precariedade do serviço de transporte público no País, seguramente um dos piores do Brasil.

Outro dia o Senador Blairo Maggi, Ex-Governador de Estado que foi, comentava comigo que está impressionado com o péssimo estado dos ônibus do Distrito Federal. São ônibus velhos que descumprem a lei e continuam transitando, caros, lotados, uma frota envelhecida, insuficiente, não adaptada aos idosos e às pessoas com deficiência.

O metrô também é insuficiente e tem sofrido seguidos problemas de manutenção, provocando quebras e atrasos em horários de pico. E uma reclamação permanente da população que o utiliza é que os vagões andam lotados, numa velocidade muito baixa e com uma frequência muito grande de paralisações em função de quebra.

A faixa de passagem dos pedestres virou área de risco, o que faz com que muitos, em vez de utilizarem essas áreas, atravessem, por exemplo, o Eixão, via com sete faixas, de alta velocidade, portanto, de alto risco para os pedestres. Os motoristas não param e, às vezes, nem reduzem mais a velocidade. Crianças

e idosos acabam sendo as principais vítimas desse desrespeito e dessa imprudência.

Essa situação é trágica, é terrível, é inadmissível, preocupante, destrói vidas, dilacera famílias e deixa uma legião de pessoas com graves problemas físicos, mutilados e inválidos em função da guerra em que se transformou o trânsito em Brasília, no entorno e nas grandes cidades brasileiras, isso sem falar no impacto terrível que tem sobre a já combalida rede de hospitais públicos do Distrito Federal.

Os hospitais além de terem que resolver o conjunto de problemas de pessoas não apenas do Distrito Federal, mas de toda a região do entorno, que, por falta de opção de hospitais em suas cidades acaba ocorrendo para os hospitais do Distrito Federal, também recebem gente de toda a região geoeconômica e acabam atendendo um enorme número de politraumatizados em função de acidentes no trânsito, impactando a nossa rede pública de saúde. E essa situação tende a se agravar, já que todos os meses mais de dez mil novos veículos entram em circulação no Distrito Federal, abarrotando as vias, provocando mais tensão, levando motoristas a compensar, com a velocidade, os atrasos provocados pelos enormes congestionamentos, característica que não era conhecida em nossa cidade até alguns anos atrás.

O debate sobre os problemas da violência no trânsito tem sido feito. As autoridades têm sido alertadas ao longo dos anos, mas as soluções são lentas ou inexistentes e a execução dessas medidas muitas vezes emperra na burocracia.

É preciso realizar, urgentemente, uma campanha educativa, mas também é preciso punir os infratores, realizar rigorosa fiscalização. O GDF deve fazer a sua parte, no que se refere à fiscalização, e a sociedade precisa tomar consciência da sua responsabilidade e fazer a sua parte. Só a punição e a multa não resolvem.

Quero fazer uma sugestão ao Governo do Distrito Federal. É uma pena que o Senador Cristovam Buarque, em função de outros compromissos, não esteja nesta sessão, porque seria importante ouvir a opinião dele que, como Governador, resolveu fazer uma intervenção diferenciada, qualificada e muito bem-sucedida, que é o que devemos fazer agora: campanhas educativas, esclarecedoras, de mobilização da população, que modifiquem a cultura da relação das pessoas com o carro, das pessoas com o trânsito, das pessoas com a cidade; que deem prioridade e preferência ao pedestre, respeitem o pedestre; que haja humanidade no trânsito. Porque, sem dúvida, será pela mudança de cultura, pela mudança de hábito que poderemos produzir resultados mais qualitativos e mais significa-

tivos em relação à redução da violência no trânsito do Distrito Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero solidarizar-me com V. Ex^a nessa preocupação e, de fato, recordar aqui o exemplo que o Distrito Federal deu às principais metrópoles brasileiras, inclusive naquela onde moro, com respeito à educação no trânsito. Todos nós de São Paulo que chegávamos a Brasília, há alguns anos, ficávamos impressionados com os pedestres de Brasília que, ao darem um sinal na faixa de pedestre, faziam com que os carros, de pronto, parassem. Campanha nesse sentido está se realizando, nos últimos meses, no Município de São Paulo, levando-se em conta aquilo que foi tão positivo para o Distrito Federal. Espero que as recomendações de V. Ex^a, inclusive lembrando o esforço do então Governador Cristovam Buarque, venham a dar frutos no sentido de que possa novamente o Distrito Federal se tornar um exemplo para evitar os desastres que estão acontecendo agora nessa capital do Brasil.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Suplicy, acolho o aparte de V. Ex^a como parte do meu pronunciamento. Sou testemunha do seu interesse por Brasília, não apenas no que se refere à campanha desenvolvida pelo então Governo do Distrito Federal, pela cidade, pelo Distrito Federal como um todo, a campanha Paz no Trânsito, que, como disse, teve no veículo *Correio Braziliense* um grande parceiro, um grande mobilizador da população, mas também tive a oportunidade de ser Secretário do Turismo, à época do então Governador Cristovam e sempre pude acompanhar e testemunhar o interesse de V. Ex^a pelos avanços produzidos no Distrito Federal naquela ocasião.

É preciso haver cidadania, respeito e tomada de consciência de que a segurança e a qualidade do trânsito no Distrito Federal, além de salvar vidas, melhora a existência de cada um dos habitantes de Brasília. Brasília, como já disse, foi símbolo de um trânsito humanizado; não pode permitir que caia na escala de segurança e respeito pelos usuários e pedestres da nossa cidade e de pessoas que com muita honra e muito prazer nos visitam.

A verdade é que o transporte no Distrito Federal precisa de um tratamento de choque. Ainda agora os jornais estão noticiando um grande esquema de corrupção acontecido na área de transportes na gestão passada. Alguns desses gestores inclusive tiveram

mandado de prisão, nesta semana, em função de corrupção existente nessa área.

Até agora, ninguém teve a coragem de enfrentar o cartel do transporte coletivo que produz para o conjunto da população do Distrito Federal sofrimento e humilhação diária. A verdade é essa. Não tem outra expressão para descrever o que passa a população do Distrito Federal todos os dias quando precisa pegar um ônibus pela manhã e quando precisa voltar para a sua residência no período noturno. As pessoas passam de uma hora a duas horas esperando um ônibus, para pegar um ônibus lotado, ônibus velhos, sem segurança, muitas vezes ônibus que quebram no trajeto, e os empresários da área de transporte coletivo até agora, até aqui mandaram no transporte coletivo dessa cidade. Não houve até agora uma intervenção significativa de nenhum governo para acabar com esse estado de coisas e oferecer à população do Distrito Federal um transporte coletivo com um mínimo de dignidade que ela merece. E vemos os empresários se sucedendo, enriquecendo, acumulando, mudando de ramo, enquanto a população do Distrito Federal continua convivendo com as péssimas condições do transporte coletivo do Distrito Federal.

Precisamos acelerar as obras das intervenções que melhoram e fortalecem o transporte coletivo da cidade, como veículo leve sobre pneus, veículo leve sobre trilhos, como trem que deve ligar o Distrito Federal, o Plano Piloto à cidade de Luziânia. Já temos o trajeto pronto, o Superintendente da Sudeco, Marcelo Dourado, está trabalhando com afinco nessa questão. É uma solução estrutural para melhorar o transporte coletivo em direção ao entorno sul do Distrito Federal, especialmente a parte do Distrito Federal: o Gama e Santa Maria; e de Goiás: o Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia. Precisamos ampliar, modernizar e construir mais estações de metrô na nossa cidade, além de acelerar a construção de ciclovias. Brasília é uma cidade que, pelo menos seis meses do ano, e agora tivemos essa fase recém encerrada com a chegada das chuvas, mas durante seis meses do ano nós não temos chuva, a cidade tem um traçado plano, a cidade tem uma vocação enorme para abrigar ciclovias e para garantir um transporte que, com infraestrutura adequada, além de seguro, um transporte ambientalmente sustentável e cada vez mais utilizado em vários locais do mundo.

E Brasília precisa também se modernizar e se adaptar com ciclovias modernas, seguras para uso da população. Mas é preciso ter coragem e licitar as linhas e exigir a modernização das frotas de ônibus. Essas concessões que estão aí, estão há muitos anos, muitas foram renovadas sem licitação e é preciso fazer

um enfrentamento para que outras empresas, empresas de todo País possam participar de um processo de competição lícito, transparente, acompanhado com controle social, para que possa oferecer à população do Distrito Federal um transporte coletivo à altura da capital do País.

Precisamos implantar os corredores exclusivos para ônibus e integrar o sistema ônibus/metrô, além de implantar o bilhete único.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem uma trajetória de luta em defesa dos direitos humanos, o que se vive no transporte coletivo do Distrito Federal é uma afronta aos direitos humanos. Além de termos aqui uma das passagens mais caras do País temos, certamente, um dos piores serviços de transporte coletivo do Brasil.

Pois hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago com indignação o registro dessa manchete, dessa matéria do *Correio Braziliense*, cumprimentando esse jornal por levantar um tema importante para a população do Distrito Federal, cobrando providências das autoridades públicas, mas deixando muito claro que não é responsabilidade apenas do Governo do Distrito Federal. O Governo Distrito Federal tem uma responsabilidade grande sobre a questão e precisa cumprir a sua parte, mas é também responsabilidade da população do Distrito Federal como um todo, da sociedade do Distrito Federal de mobilizar-se para reverter essa tendência de ampliação de violência, para que possamos voltar ser conhecidos nacionalmente por algo que muito nos orgulhava, de sermos uma capital da civilidade no trânsito.

Era esse o registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer nesta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg. Agora com a palavra o Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senador Simon.

Em seguida, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Aníbal Diniz.

Meus parabéns ao Senador Rollemberg pelo pronunciamento brilhante, como sempre.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite que entre com o requerimento para José Vasconcellos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Simon já deu o sinal positivo para que V. Ex^a leia o requerimento numa questão de ordem e, em seguida, S. Ex^a usará a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para que registremos, Sr. Presidente, em Ata voto de pesar pelo falecimento do humorista José Thomaz da Cunha Vasconcellos, falecido nesta madrugada, aos 85 anos, no Hospital das Clínicas, em São Paulo, por insuficiência respiratória e de problemas nos rins; bem como à sua esposa Irene e aos quatro filhos.

Vasconcellos nasceu em Rio Branco, no Acre, e começou sua carreira no rádio, meio em que se tornou célebre por fazer imitações das vozes de outros locutores e artistas em geral, como a imitação de Ari Barroso apresentando um programa de calouros.

Participou da “Escolinha do Professor Raimundo” como o gago Rui Barbosa Sá-Silva, além de se apresentar em casas de espetáculos por todo o Brasil. Em 2009, foi lançado DVD Documentário “Ele é o Espetáculo”, do cineasta Jean Carlo Szepilovski, numa homenagem ao conjunto de sua obra.

“Ele é o Espetáculo” é uma biografia narrada pelo próprio humorista, com depoimentos de Jô Soares, Chico Anysio e trecho de filmes e programas de rádio e TV em que atuou durante a carreira.

O sobrinho, também humorista, Rick Régis lembrou que José Vasconcellos foi pioneiro na comédia *stand-up*. “Ele foi o primeiro a fazer *stand-up* brasileiro em 1958.” Ele diz que o tio foi uma influência não só para ele como para vários humoristas. “Chico Anysio me ligou, disse que era muito fã dele. Ari Toledo, Juca Chaves, Tom Cavalcante, todos foram influenciados”.

Rick Régis disse ainda que vai continuar com o personagem Sá Silva Júnior na “Escolinha do Gugu”. “Isso foi uma coisa que ele me pediu no hospital, para eu seguir interpretando o personagem no programa. E é isso que vou fazer: seguir com o trabalho e tentar levar humor para o Brasil com a competência que fez meu tio durante toda a sua vida”.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.249, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do humorista José Thomaz da Cunha Vasconcellos, falecido na madrugada desta terça-feira de 85 anos, no Hospital das Clínicas, em São Paulo, por insuficiência respiratória e de problemas nos rins; bem com à sua esposa, Irene e aos quatro filhos.

Justificação

Vasconcellos nasceu em Rio Branco, no Acre, e começou sua carreira no rádio, meio em que se tornou célebre por fazer imitações das vozes de outros locutores e artistas em geral, como a imitação de Ari Barroso, apresentando um programa de calouros.

Participou da “Escolinha do Professor Raimundo” como o gago “Rui Barbosa Sá-Silva”, além de se apresentar em casas de espetáculos por todo o Brasil. Em 2009, foi lançado o DVD Documentário “Ele é o Espetáculo”, do cineasta Jean Carlo Szepilovski, uma homenagem ao conjunto de sua obra.

“Ele é o Espetáculo” é uma biografia narrada pelo próprio humorista, com depoimentos de Jô Soares, Chico Anysio e trecho de filmes e programas de rádio e TV em que atuou durante a carreira.

O sobrinho, também humorista, Rick Régis, lembrou que José Vasconcellos foi pioneiro na comédia *stand-up*. “Ele foi o primeiro a fazer *stand-up* brasileiro em 1958”.

Régis diz que o tio foi uma influência não só para ele como para vários humoristas. “Chico Anysio me ligou, disse que era muito fã dele. Ari Toledo, Juca Chaves, Tom Cavalcante, todos foram influenciados”.

Rick Régis disse ainda que vai continuar com o personagem Sá Silva Júnior na Escolinha do Gugu. “Isso foi uma coisa que ele me pediu no hospital, para eu seguir interpretando o personagem no programa. E é isso que vou fazer. Seguir com o trabalho e tentar levar o humor para o com a competência que fez meu tio durante toda sua vida”

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2011. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Passamos de imediato a palavra, como orador inscrito, ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, se nós olharmos para o retrovisor da nossa história política, a partir da curva do tempo em que derrapamos na escuridão dos anos de chumbo, nós veremos que as grandes mudanças de trajetória deram-se a partir dos movimentos populares, de fora para dentro do nosso veículo institucional. Mesmo aquele apagar das luzes da democracia foi motivado pela multidão nas ruas, terço à mão e santo nome de Deus em vão.

Lá em 64, aliás, perdão, sim, em 64, até o movimento que derrubou a democracia botava o povo na rua. E ingenuamente o povo foi para a rua para derrubar o

mar de lama. E o povo foi para a rua com o rosário na mão. Deus, Pátria, Família. Os grandes momentos da luta social precisam que o povo esteja na rua.

Ultrapassamos, depois, nessa nossa viagem histórica e política, outros movimentos populares, aí como correções de rumos, porque o destino da população brasileira sempre foi, e será, a ética, a liberdade e a democracia.

Veio a luta pela anistia. O retorno de “tanta gente que partiu”. E que voltou para ficar e consolidar, enfim, a democracia, embora tantas e tamanhas bombas que explodiram nas sedes e nas bancas de jornal, nas livrarias, nos sindicatos, nas sedes partidárias e políticas e das instituições que lideraram aquela caminhada, caminhada histórica que levou milhares de pessoas às ruas e às praças públicas.

Nada nos desviou daquela caminhada, porque foram passos dados com a força do povo, transpondo todas as barreiras que se ergueram contra a retomada da democracia.

Veio a luta pelas Diretas Já, o movimento mais concreto para mudar o regime e estancar a escolha em atos de caserna, em atos de caserna para escolher o presidente militar de plantão. Uma das manifestações populares mais importantes da história do Brasil. Começou singela, pouco mais de 5 mil pessoas em Goiânia, e terminou com mais de um milhão e quinhentas mil pessoas em São Paulo.

A emenda que instituiu as eleições diretas não passou, porque cercaram esta casa com tropas do Exército e impediram a sua aprovação, mas o grito das ruas continuou, fazendo eco nos poderes e nesta Casa.

Tancredo Neves, ao lado de Ulysses Guimarães, os grandes timoneiros daquele movimento, foi, então, eleito Presidente, na última vez pelo Colégio Eleitoral, como dizia Tancredo para destruir o Colégio Eleitoral.

Veio a Assembléia Nacional Constituinte e as votações seguiram o ritmo regimental, mas nunca se viu tamanha participação do povo nos corredores do Congresso Nacional.

Não foi por acaso que Ulysses Guimarães chamou a Constituição de Constituição Cidadã. Além de ter imensa abrangência nos temas direta ou indiretamente ligados à construção da cidadania, ela foi construída sobre os alicerces fundados pela participação de todos os segmentos representativos da sociedade brasileira.

Veio a luta pela ética na política, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, que se moveu à luz dos fatos e desvendou descaminhos no gasto sagrado do dinheiro público. E a população saiu às ruas, já agora vestida de negro, os estudantes pintaram os rostos com a bandeira da Pátria, mas de preto. O resultado: o

primeiro *impeachment* de um Presidente da República da nossa história, por via constitucional.

Não fosse aquele movimento popular certamente nada teria acontecido e os trabalhos da CPI, como tantos outros, dormiriam nas prateleiras do Congresso ou do Judiciário, submissos às pressões e às barganhas por cargos e emendas orçamentárias.

É bem verdade que muito tempo se passou desde aquele último grande movimento da nossa sociedade popular. A nossa viagem pelos caminhos democráticos já se vai longe – graças a Deus, sem solavancos. A nossa democracia está consolidada e os terços hoje, felizmente, são mais de louvores.

Não há como negar avanços significativos na conquista da cidadania. A fome, por exemplo, já não assombra corações, mentes e estômagos de milhões de brasileiros e ganha um assento na nossa mesa de refeição.

Sabemos, entretanto, que ainda há muito a percorrer. Não há como continuar inerte à situação dos outros; ainda há milhões de brasileiros não alcançados pelo programa de governo que sobrevivem à “morte severina”, que é aquela em que se morre de fome um pouco por dia.

Não há como conviver com tanta dor nas filas dos hospitais, com doenças que se imaginavam idas, mas ainda se mostram vindas. Não há como imaginar, nesses tempos em que a tecnologia avança na velocidade da luz, haver milhões de seres ainda na escuridão do analfabetismo. Não há como continuar na guerra civil não declarada da violência nas ruas, nas praças, muitas vezes motivada pela falta de perspectiva de jovens de um país que continua contraditoriamente chamado de “país do futuro”.

Qual é a distância entre o país que temos e o país que queremos ter? Conhecemos suficientemente o país que temos? E o país que queremos, já é uma questão suficientemente debatida?

O uso dizer que a distância entre as duas realidades, a do país que temos e a do país que queremos, tem como medida a corrupção não só na quantidade de recursos desviados, mas em uma mudança de padrões de comportamento que se sustentam exatamente na continuidade do patrimonialismo e na consequente apropriação privada dos recursos públicos, em uma mudança no modo, na maneira como vamos fazer política e até mesmo no comportamento de parcela significativa da população, que, por alegado instinto de sobrevivência, vale-se do chamado jeitinho brasileiro.

Não se sabe exatamente a quantidade de recursos financeiros que se esvai pelos ralos da corrupção. Qualquer número terá sido mera especulação, até porque a corrupção não deixa rastros e a ética nor-

malmente morre torturada nos bastidores. Sabe-se, entretanto, que nos valores da corrupção, que fere de morte a ética, os dígitos da esquerda são acompanhados por nove zeros à direita.

São bilhões anuais que poderiam financiar a saúde dos brasileiros, a educação, a segurança, a erradicação definitiva da fome, a cidadania, enfim – com outro e decorrente enfim – o Brasil que queremos.

É por isso, Srs. Senadores, que eu considero como corrupção a fome, o analfabetismo, a dor não curada por falta de atendimento público, a insegurança, a falta da infraestrutura econômica e social e tantos outros ainda persistentes maldades e males. É que a corrupção não só alimenta, mas também se nutre desses mesmos males; deles, é corpo.

Mas onde está a alma da corrupção? Eu não tenho dúvida de que a essência da corrupção é a impunidade. Quem corrompe ou é corrompido sabe que poderá continuar na sua viagem ilegal e imoral, porque não haverá blitz que o interrompa, não haverá blitz que lhe exija requisitos legais. E o pior dos mundos é que, quando há essa blitz, ela também tem se corrompido. Daí, senhores, o perigo do esgarçamento do nosso tecido social. A população pode deixar de acreditar em seu aparato legal e recorrer às regras próprias, corporificadas, ainda travestidas no jeitinho, em práticas de corrupção. E ela oferece a certeza da impunidade, a sua alma, a sua essência.

De repente, a população voltou a manifestar-se novamente em duas frentes. A primeira, no firme propósito de promover uma limpeza na política brasileira, por meio do que se convencionou chamar a Lei da Ficha Limpa. Foram mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas, fora os 2 milhões de assinaturas de solidariedade via Internet, exigindo que, para se habilitar à representação popular, o candidato esteja em paz com a ética e com os melhores costumes. Ainda assim, embora tamanha participação, a Câmara dos Deputados procrastinou a colocação do projeto em votação. Foi preciso que se fizesse nova pressão, os jovens na rua novamente, cercado o Congresso, para que, enfim, a proposta fosse votada e fosse aprovada. Uma procrastinação que não se imaginava poder alongar-se adiante. Contudo, mesmo depois de sancionada a lei, ela ainda titubeia nas longas discussões no Judiciário sobre subterfúgios de redação e sobre o entendimento de alguns de que ainda não vale o “cumpra-se”. Quem sabe à espera de outra manifestação popular para que se cumpra o “cumpra-se”. A outra frente volta a ser a ocupação das ruas. Novamente, os jovens de cara pintada – nesse caso, com narizes de palhaço – estão nas ruas. No último 7 de setembro, de um lado do tapume, o desfile dos tanques, que agora comemoram os ventos da liberda-

de; do outro lado, milhares de jovens de preto e cara pintada pedindo a ética na política. Pelo que se viu, talvez não fosse preciso o tal tapume. Nada aconteceu fora da ordem, até porque todos os que compareceram tinham propósitos comuns. Talvez a diferença tenha sido que, nesses novos tempos, a população olhasse para a pista com olhos de louvor à liberdade e para os palanques, de cobrança pela ética.

Também de novo, as mesmas instituições que lutaram contra a ditadura militar e que, em muitos casos, foram vítimas daquele sistema voltaram a se reunir, agora com mais firmeza, pela ética na política. Já haviam se juntado com os mesmos propósitos, quando dos outros movimentos populares: OAB, CNBB, ABI, entre tantas outras organizações, e o próprio Congresso Nacional. Lançaram-se novamente contra os desvios de gastos públicos, contra a corrupção, contra a impunidade.

Um moderno elemento de mobilização surge agora com as chamadas redes sociais. A um toque, um número inimaginável de pessoas é convidado a participar de determinado evento. É evidente que esse risco de propaganda e de propagação envolve problemas e questões, tendo em vista que diluem também as responsabilidades por todos os atos ali praticados. Há, portanto, que definir papéis a serem desempenhados nas manifestações que reúnem participantes unidos por idênticos propósitos, mas não necessariamente por modos iguais de manifestação.

Daí também a importância dos eventos do último 7 de setembro; daí a importância, amanhã, 12 de outubro, do que acontecerá em Brasília e por todo o Brasil, às 10 horas da manhã, em frente ao Museu da República, em Brasília, e por todos os recantos do Brasil.

As manifestações contra a corrupção e a impunidade ocorreram ali, em 7 de setembro, em decorrência de convites pelas redes sociais, e o sucesso se deveu, sobretudo, pela organização que se empreendeu durante as respectivas realizações, em especial a do Distrito Federal. É isso o que se espera, também, amanhã, quando, novamente, o Brasil vai às ruas contra a corrupção, pelo direito legítimo de conquistar, enfim, o país que verdadeiramente queremos.

O debate contra a corrupção e a impunidade, portanto, voltou a dar partida. E ele está sendo realizado não apenas nos recintos fechados ou nas acomodações intramuros de interesses. A mobilização das ruas não permite o discurso falso no sentido de que se mude desde que tudo permaneça como está, como na obra de Lampedusa, escritor italiano: mude-se, desde que fique tudo igual.

Tampouco há como negar que esses movimentos populares que voltam às ruas estão sendo impulsiona-

dos por outros dois fatos, que mantêm forte correlação. O primeiro é que, tendo como combustível principal a imprensa, os casos de corrupção são, hoje, colocados a público com maior transparência. Já não é possível, com a regularidade de antes, utilizar-se dos espaços amplos, dos tapetes do poder, para esconder a falcatrua com o dinheiro público. Não se pode afirmar que, hoje, a corrupção é mais frequente. Agora, com certeza, ela é mais transparente. O segundo fato – e isto também não se pode negar – é que o atual Governo da Presidente Dilma alterou condutas em relação ao que se observava nas gestões anteriores, quando em sinais evidentes de atitudes lesivas aos recursos públicos. A Presidenta Dilma Rousseff, a exemplo do que aconteceu lá atrás, no Governo Itamar Franco, tomou rumos diferentes dos seus dois antecessores: trocou equipes inteiras, dos ministros aos seus satélites, e incluiu no seu discurso e agora na sua prática recomendação no sentido de que o combate à corrupção tem que ser cláusula pétrea nos códigos de conduta dos gestores públicos.

Mas é evidente que esse rumo tomado pelas instituições representativas da sociedade e pela Presidente do País é um caminho de mão dupla. No caso da corrupção, existem viajantes de mão contrária, com discursos de Lampedusa, os que lançam ao vento mensagens de mudança, mas que preferem os redemoinhos da corrupção e da impunidade.

Foi esse perigo de trânsito de mão dupla, em caminho cada vez mais movimentado, que inspirou a minha exortação à Presidente Dilma Rousseff de que resistir é preciso, para que ela continue a não ceder às pressões de coxia. Essa mesma exortação tem que se estender a todos aqueles que participam deste movimento de combate à corrupção e à impunidade: resistam, insistam, tomem as rédeas da história, sejam sujeitos e não objetos dessa mesma história!

Quisera eu não ser tão repetitivo nos meus discursos e na minha prática. Sou impelido, entretanto, pela reiteração dos fatos, os da corrupção e os da impunidade, como corpo e como essência de todas as nossas mazelas.

O Brasil, Presidente Paim, é signatário da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003. Aliás, o Brasil não é só signatário; o País é um dos principais mentores da ideia e do conteúdo do texto. Ouso dizer que, se fossem cumpridos os ditames da convenção, nós estaríamos bem próximos do Brasil que nós queremos.

Embora a aridez do caminho, eu ainda me movo pelos melhores sonhos. Busco, mais uma vez, agora com esperança redobrada, o exemplo de Martin Luther

King, que inspirou uma geração inteira pelos princípios da dignidade, da liberdade, da humanidade, da solidariedade e da cidadania. Martin Luther King orientou uma geração inteira nessa luta. Diante de uma multidão, ele bradou: “Eu tenho um sonho”. E completou: “Eu tenho um sonho de que, um dia, esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado da sua crença. Nós celebraremos estas verdades – e elas serão claras para todos – de que os homens são criados iguais”.

A exemplo de Luther King, eu também tenho um sonho. Eu tenho fé em um país onde os políticos sejam realmente representantes das aspirações do seu povo e não seus usurpadores e que a vontade coletiva ocupe o lugar dos interesses individuais. Eu tenho fé em um país sem impunidade, onde a lei seja cumprida para todos os segmentos da população. Eu tenho fé em um país onde a contribuição de cada um, não importa o valor, seja, de fato, partilhada entre todos, de acordo com as suas necessidades, e não apropriadas por poucos que se locupletam no poder. Para que meu sonho se transforme em realidade e que alcancemos, enfim, o país que queremos, eu tenho fé no fim da impunidade e no fim da corrupção.

Por isso, meus irmãos, amanhã, às 10 horas, aqui, em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, na frente do Museu da República, nas várias capitais e cidades do Brasil – os senhores se informarão de hoje até amanhã -, saia de casa! Meu irmão, não pense: “Eu não tenho nada com isso, essa luta não é minha. Eu estudo, eu trabalho, eu pago meu imposto, eu transito dentro da verdade, eu estou fazendo a minha parte”. Desculpe-me, irmão, mas não é suficiente fazer a sua parte. Fazer a sua parte é fazer o que lhe compete. É preciso fazer um pouco mais, para ajudar o conjunto da sociedade. Você, que tem a mente sadia, você, que é um cumpridor da sua parte, você, que faz com que, se dependesse de você, o Brasil seria outro, deve lutar para que isso aconteça. E é só você saindo da sua comodidade, é só você, num dia como amanhã, saindo de casa. Pegue sua esposa, sua namorada, seu filho, seu amigo! Eu não vou, porque eles não gostam de ver político lá, e acho que eles estão certos, mas meu filho vai. Eu vou acordá-lo e tenho certeza de que ele irá.

Faça isso! Que isso cresça! Cresça! Essas maravilhas da tecnologia moderna! Quantas coisas que temos hoje e não tínhamos ontem! O telefone, a tecnologia... Hoje, o mundo é praticamente um só. Nós estamos em casa, no fim do mundo, ligamos a Internet e o mundo chega à nossa casa. Hoje, pode ser o exército mais forte e mais bem armado, mas você, com seu vizinho, com seu amigo, saindo para a rua, não há força que lhes possa resistir!

Essa caminhada vale à pena, meu irmão! Pacífica, ordeira...

Você que roda no Congresso, para que nós façamos a nossa parte! Você, ali, no Supremo, para que a Lei da Ficha Limpa seja uma realidade! Você, na rua, para terminar com a impunidade neste País.

Seremos um grande País, primeiro, para você, meu jovem, para a sua geração, para os seus filhos, para a sua família. Vamos voltar a restituir os grandes valores da ética, da moral, da dignidade, da família, da escola, da fé. Isso tem que começar.

Os grandes meios de comunicação, as novelas, praticamente substituem família, igreja e, hoje, levam de roldão a sociedade. E, às vezes, a gente se pergunta: como vou resistir? O que eu posso fazer? Nós – eu e você –, isoladamente, nada, mas essas redes sociais que lá no Oriente Médio derrubaram ditaduras de dezenas de anos, que até nos Estados Unidos estão fazendo balançar em Wall Street... Nós podemos fazer isso.

Castro Alves tinha menos idade que você quando os seus versos fantásticos a favor da liberdade ajudaram a combater a escravidão dolorosa que existia naquela época. Muitos jovens... Joana d'Arc morreu queimada na luta pelo seu povo.

Vamos iniciar esse movimento, jovem. Vamos iniciar! Que sentimento mais emocionante este de estarmos juntos, de mãos dadas, rico, pobre, negro, branco, homem, mulher, velho, jovem, do norte, do sul, querendo apenas que este País, abençoado pela própria natureza, que este grande País, que tem encontrado o seu rumo, que tem um povo cuja índole nós sabemos ser uma grande índole de paz, de amor, não se deixe ser conduzido por alguns poucos, mas radicais, que podem terminar influenciando todo o Brasil.

Nós temos um grande fator a nosso favor: a Presidente e os seus interesses, a sua vontade. Ela quer. Ela está deixando claro, sofrendo os desgastes que pode sofrer, que ela deseja isso no seu Governo.

Aproveitemos esse momento, que era impossível nos dois governos anteriores. Não que fossem governos de má-fé ou coisa parecida, mas, como diz o Eclesiastes, há momento para tudo e, naquela época, a coisa ainda não tinha chegado a um determinado ponto.

Com o governo do Fernando Henrique, com as privatizações e com o êxito do Plano Real, a gente se deixou deslumbrar, achando que aquilo era uma maravilha. O Brasil estava crescendo, debelou a inflação, e não se deu seriedade a essa questão.

No governo do Lula, um homem sério, responsável, que fez um grande governo com avanços no social e com a empolgação do seu nome, essa questão da ética e da seriedade não se levou a sério. Na hora de

tirar o Waldomiro da Casa Civil, da subchefia, não se tirou, e a coisa se multiplicou.

Agora é o momento. A nova Presidente assumiu e, de saída, de cara, teve que tomar uma decisão: ou eu mudo ou sou levada de roldão. E decidiu mudar. E tomou essa posição. Agora, nós sabemos que não é fácil, nós sabemos que a chamada governabilidade impõe um preço muito caro aos governantes. Ou ela dá as emendas individuais, faz as nomeações, ou então começa o movimento de um crescendo de oposição a ela. Para que ela possa continuar e para que as pessoas, como várias aqui, e não estou falando de governo e oposição... Acho que os problemas para a Presidente são mais no Governo do que na oposição, implicam ela tomar as atitudes. As questões que estão sendo empurradas a ela são mais dentro do Governo do que na oposição, mas, para que ela tenha autoridade para avançar, ela precisa ter força, precisa ter cobertura e precisa mostrar a esta Casa e à outra, e o próprio Supremo Tribunal deve ver. O povo quer esse caminho.

Amanhã será um grande dia, o mais importante, porque 7 de setembro, foi o início. Em 7 de setembro, lançou-se a semente, espalhou-se a semente pelo Brasil. Amanhã, vamos ver como elas frutificaram.

Saia de casa, meu irmão! Saia de casa, vá até a próxima esquina, onde estarão reunidos. Só a sua presença, seu olhar sério, duro, já é um sinal de que estamos começando. E a melhor maneira de começar é estar presente, dizendo: "Aqui estou. Se tu me chamas, minha Pátria, aqui estou para começar".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Simon, pelo seu pronunciamento como Líder.

Entre a palavra concedida a um Líder e a um inscrito, a palavra é do Senador Agripino Maia.

Enquanto o Senador vai à tribuna, farei a leitura de três requerimentos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de me inscrever pela liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está garantida a inscrição de V. Ex^a. Quando a vi chegando, já inscrevi V. Ex^a como Líder, também chegou o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em votação o Requerimento nº 1.240, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, que solicita licença, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de participar nos Seminários Regionais, aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para discussão das Propostas do Orçamento da União para 2012 e do Plano Pluria-

nual para o período 2012-2015, conforme disposto no § 2º do art. 29º da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, ambas do Congresso Nacional.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em votação o Requerimento nº 1.246, de 2011, do Senador Paulo Davim, solicitando que seja concedida licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, a fim de participar de audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, aprovada por aquele colegiado, na cidade de São Paulo, no dia 17 de outubro do corrente ano.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em votação o Requerimento nº 1.248, de 2011, da Senadora Marinor Brito, solicitando seja concedida licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, a fim de participar de audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, aprovada por aquele colegiado, na cidade de São Paulo, no dia 17 de outubro do corrente ano.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Agripino Maia, como Líder, para o uso da palavra pelo tempo que entender necessário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Pedro Simon pelo discurso que aqui proferiu fazendo a convocação a que movimentos espontâneos da sociedade se encorpem e apareçam e se apresentem à Nação, em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo, onde quer que seja, dando uma contribuição à luta contra a corrupção. Eu acrescentaria uma sugestão pragmática para que esses movimentos pudessem ter consequência prática: que esses movimentos da sociedade que protestam contra a impunidade e contra a corrupção se movessem no sentido de pressionar os parlamentares dos Estados onde esses movimentos vão acontecer para que esses parlamentares assinassem a CPI da Corrupção,

que está em aberto, com as assinaturas incompletas, na Câmara e no Senado.

Na medida em que esses movimentos, que são apolíticos – e é bom que sejam apolíticos, que sejam manifestações puras da sociedade –, eles se movessem no sentido do pragmatismo para que a investigação da corrupção acontecessem por instrumentos que quebrassem sigilo fiscal, bancário, telefônico, que impusessem a convocação de pessoas; que esses movimentos impusessem que os parlamentares em quem essas pessoas votaram assinassem as CPIs na Câmara e no Senado, eu tenho certeza de que das 22 chegaríamos rapidamente às 27 assinaturas no Senado e chegaríamos às necessárias assinaturas na Câmara para que, aí sim, o processo efetivo de investigação, com elaboração de um relatório onde os culpados fossem apontados, pudesse ser endereçado ao Ministério Público e à Justiça para que processos fossem instalados e culpados fossem punidos, para que a corrupção denunciada tivesse investigação e da investigação resultasse punição efetiva.

Eu acrescentaria, portanto, essa sugestão ao primoroso discurso que o Senador Pedro Simon acabou de proferir, apenas endossando o seu apoio a essas manifestações individuais de pessoas pelo Brasil afora, que são importantes, mas que precisam ter consequência prática, e a consequência prática, repito, reside na instalação de instrumentos de efetiva investigação e punição de culpados. E esse elemento de investigação é a Comissão Parlamentar de Inquérito, que, bem conduzida, tem prestado grandes serviços à causa da ética pública na Nação brasileira.

Mas, Sr. Presidente Paulo Paim, venho à tribuna hoje recordando lutas que, de forma solidária, levamos a efeito juntos, por exemplo, a reforma da Previdência; reajuste dos aposentados do regime geral da Previdência, os que ganham acima de um salário mínimo; o fim do fator previdenciário; a Emenda 29. Todas, lutas que V. Ex^a – de forma solitária, quase que solitária no seu partido – trava e tem o apoio de partidos políticos como o meu. V. Ex^a é tido no Brasil como uma espécie de ícone na representação dos interesses dos aposentados, entre outras causas.

Senador Paulo Paim, eu falo sobre isso para falar da importância de partido político, porque V. Ex^a é do Partido dos Trabalhadores e eu sou Presidente Nacional do Democratas. Mas quando em causa está o interesse de brasileiros, nós nos juntamos, sendo que o meu partido traz mais votos do que a sua ação individual. É importante que nós nos juntemos porque, quando um partido político adere a uma causa, o partido traz todos os votos de que ele dispõe – quando as causas são boas. Nós votamos juntos o reajuste dos

aposentados, o fim do fator previdenciário – fatos que estão parados na Câmara, lamentavelmente, apesar do nosso esforço e do esforço de V. Ex^a. Votamos juntos a Emenda 29, proposta do Senador Tião Viana, seu colega de partido, que encontra-se votada na Câmara e atualmente volta para o Senado.

Eu falo sobre isso, para mostrar, nesta tarde solenente de terça-feira, véspera de feriado, a importância de um partido político na movimentação de causas que interessem à sociedade. Vejam: há pouca gente na galeria, mas, quando eu falei sobre a sua ação, a nossa ação solidária em favor dos aposentados, três ali se manifestaram e aplaudiram, de forma solitária, voluntária. Talvez eles manifestem o aplauso de milhões de brasileiros que estejam nos vendo e ouvindo pela TV Senado neste momento. Eles expressam, de forma muito sensível, muito sincera, uma manifestação de agrado por um segmento da classe política que abraça boas causas.

Agora, importante mesmo é a ação de partido político. Vejam bem: a Emenda 29 foi votada na Câmara dos Deputados há mais ou menos quinze dias. Foi votada na Câmara por pressão do meu partido. Deixem-me aqui fazer a constatação de uma verdade insofismável: encontravam-se, caminhando juntas, duas matérias, ambas de interesse nacional, sendo uma delas de enorme interesse da atual Presidenta da República Dilma Rousseff, que é a instalação da Comissão da Verdade. É um assunto importante, porque é a instalação de uma comissão composta por sete membros, sete eméritos brasileiros, que vão, com isenção, que precisarão, com isenção, trabalhar, durante dois anos, em regime de tempo integral, para examinar casos de excessos praticados, em termos políticos, por regimes políticos de uma data para cá, para que aqueles que forem culpados venham a ser punidos, e os que não forem culpados sejam inocentados de vez, e se passe essa página negra do regime de exceção do Brasil, finalmente se passe essa página.

O meu partido deu uma contribuição no aperfeiçoamento do texto e concordou em votar na medida em que essa matéria é do interesse do País, mas de enorme interesse da Presidente. E nós colaboramos para que essa matéria fosse votada após a votação da Emenda 29, porque o Governo não queria votar a Emenda 29, porque ao Governo não interessa votar aquilo que nós votamos há mais ou menos três, quatro anos, permitindo a garantia de 10% das receitas da União para serviço de saúde pública.

Eu faço uma conjectura, Senador Paulo Paim, Senadora Lúcia Vânia: por que os municípios podem vincular 15% de suas receitas para a saúde? Por que os Estados podem vincular, e vinculam, 12% de suas

receitas para objetos de saúde, e a União, que é a emissora do papel moeda, que é a grande arrecadadora de tributos, que nem sujeita está à Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode vincular 10%, quando já tem uma vinculação para a educação, que vem melhorando ao longo dos anos – pouco, mas vem? Por que razão não se vota a vinculação de 10% dos recursos do Brasil para a saúde pública?

O Governo concordou em votar finalmente, mas vinculou à instalação de um novo imposto que substituisse a CPMF, o imposto chamado CSS.

O meu partido tem uma formulação programática, Senador Paulo Paim: o meu partido é contra o aumento de carga tributária. A carga tributária no Brasil já chega à casa dos 35%. É uma das maiores cargas tributárias do mundo – nos países emergentes, então, nem se fala –, com uma qualidade de serviço público muito aquém daquela que poderia ser prestada se comparada com países que cobram impostos em regime ou em percentual semelhante ao nosso, como é o caso da Suécia, da Inglaterra. Cobram muito, mas respondem à altura ao cidadão, com o serviço público de qualidade, que não é o caso do Brasil.

O Governo concordou em votar a Emenda 29, mas introduziu a cobrança da CSS (Contribuição Social para Saúde), como se a CPMF tivesse sido extinta – e o foi, para cumprir a determinação da Constituição brasileira de que, em 31 de dezembro de 2007, aquela contribuição deveria se encerrar; apenas cumprimos a Constituição –, como se o fim da CPMF tivesse zerado os recursos da saúde.

V. Ex^a, como eu, sabemos que, se em dezembro a CPMF caiu, em janeiro o Governo aumentou a arrecadação do IOF, porque majorou a alíquota, e aumentou a arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas (CSLL), porque majorou a alíquota em – hoje, até agora neste ano – R\$50 bilhões, quando a CPMF era de R\$40 bilhões. Até agora, só em aumento de IOF, este ano – não é três anos atrás, é até agora –, já se vão R\$50 bilhões, só no aumento da CSLL e no aumento do IOF, e mais a Contribuição do Lucro das Estatais. Ou seja, dinheiro existe! A CPMF deixou de existir para que a Constituição fosse obedecida, mas imediatamente o Governo, de forma ardilosa, esperta, repôs a receita. O que não repôs foi a qualidade do serviço público de saúde!

Veja V. Ex^a: a Emenda nº 29 propõe vincular 10% da receita da União para saúde. Na hora em que você vinculou dinheiro da União para a educação, a educação criou programas baseados em recursos vinculados, e a educação do Brasil, com as escolas técnicas, com o Enem, com algumas novidades que foram introduzidas no Governo de Fernando Henrique e no Governo Lula,

entrou numa escalada de melhora. Melhora violenta? Melhora visível? Ainda não, mas está melhorando e vai melhorar, porque há garantia de recursos subsidiando ações de educação, pela vinculação. Até o Fundeb foi possível estabelecer garantindo piso salarial aos professores por conta da arrecadação vinculada à educação federal.

À medida que você vincule recursos para a saúde, você pode auxiliar a gestão na montagem de programas ou no estabelecimento de novos modelos de gestão, subsidiados por recursos que existem e estejam garantidos, e que, seguramente, vão melhorar o desempenho da saúde.

A Emenda 29 está na Casa. Não veio para a pauta ainda. A partir da próxima semana, o meu partido vai iniciar uma guerra para que coletemos assinaturas para que a matéria venha com urgência a este plenário, porque, se deixarmos, é muito provável que essa matéria fique esquecida e cheguemos ao recesso sem a votação da esperada Emenda 29.

Com um detalhe. O meu partido, que é contra o aumento de impostos, conseguiu, através de uma emenda, Senadora Lúcia Vânia, maravilhosamente votada e derrubada, 355 votos pela não existência de alíquota para essa CSS que o Governo quis criar. Criou, estabeleceu uma alíquota, e uma emenda do nosso partido estabeleceu alíquota zero para acabar a base de cálculo sobre essa cobrança. Já que não poderíamos eliminar o imposto, reduzimos o imposto à alíquota zero, imposto sobre nada, para que não houvesse aumento de carga tributária.

O recurso para a saúde da CPMF já havia sido substituído pelo aumento da alíquota da CSLL e do IOF, já estava reposto. Para que criar um imposto novo? Para aumentar a carga tributária do Brasil e tornar o Brasil "incompetitivo" mais ainda?

Muito bem, já foi derrubada essa emenda, na Câmara, já veio a alíquota zero, mas ainda sobrevive uma coisa que temos que derrubar aqui. Vamos trabalhar, Senadora Lúcia Vânia, nós, o Democratas, o PSDB, o Senador Paulo Paim e tantos homens e mulheres de boa vontade, para que retiremos desses 10% a cavilação que o Governo está querendo impor: colocar nos 10% todo o recurso do Fundeb. O Fundeb é para a educação. O que tem que ver com a saúde? Para diminuir o volume de recursos da saúde? Negativo.

Nós temos é que fazer, aqui no Senado, o seguinte encaminhamento: além do que foi conseguido na Câmara – alíquota zero para a CSS –, precisamos retirar do texto da Emenda 29 a obrigatoriedade da inclusão do Fundeb nos recursos para a saúde no âmbito dos 10% totais. É tarefa do Senado, que nós precisamos levar a efeito.

Senador Paulo Paim, preocupo-me muito, como brasileiro, com o futuro do nosso País. Estamos assistindo a uma crise monumental, os Estados Unidos com a sua economia fragilizada, exibindo dificuldades a toda hora, dificuldades que transcendem a economia e chegam ao campo congressual político, e, junto com a fragilização da economia americana, um contágio na economia chinesa, que vive muito da pujança da economia americana. E, com a americana e a chinesa em processo de não digo estagnação, mas em processo de expectativa, a economia brasileira, com as suas *commodities* exportáveis, em processo de expectativa negativa, e o Brasil entrando na crise junto com a monumental crise da Europa, motivada pela falência da Grécia, pela pré-falência de Portugal, Espanha, Irlanda, pela perspectiva nefasta de problemas sérios na Itália e etc., etc., etc.

O mundo será, Senadora Lúcia Vânia, dos competitivos. Vai ter oportunidade no pós-crise quem for competitivo, quem tiver boa infraestrutura, quem tiver boa qualidade de educação e quem tiver boa carga de impostos – impostos civilizados e que onerem pouco a produção –, de modo a viabilizar que a produção encontre comprador pela qualidade.

E quero colocar a importância também de um partido político, porque o nosso partido vai pressionar para que a Emenda 29 volte a esta Casa, para que V. Ex^a e eu tornemos a votar a matéria. Vai pressionar por assinaturas, mas já fez outra coisa: na nossa guerra permanente contra o aumento de impostos e pela preservação do emprego – preservação real, e não da boca para fora –, nós entramos com uma arguição direta de inconstitucionalidade sobre uma flagrante inconstitucionalidade cometida pelo Governo ao decretar, de uma hora para outra, sem aviso prévio, uma sobretaxa da ordem de 30% sobre veículos importados de alguns países. Não do Mercosul, não do México, por acordo bilateral, mas, fundamentalmente, dos chineses e dos coreanos, sob o argumento de que era preciso preservar o emprego no Brasil.

Acho que Governo existe para preservar emprego, mas para trabalhar pela sociedade como um todo, pelo contribuinte, pelo brasileiro. O que aconteceu e que está visto? Na medida em que o carro coreano ou chinês, de boa qualidade, de bom padrão tecnológico, de grau de modernidade elevado e de baixo preço entrou no Brasil, o parque fabril brasileiro – que é grande, musculoso e precisa ser competitivo para vender no Brasil e fora do Brasil – chiou. Chiou e conseguiu a sobretaxa de 30% de imposto.

O que vai acontecer? O carro chinês ou o carro coreano, que entrava e que era vendido barato ao brasileiro, a nós brasileiros, e estabelecia um grau de

competição aqui com o carro brasileiro, vai deixar de entrar, porque vai entrar muito mais caro. O que vai acontecer? A indústria brasileira estava sendo levada, pela necessidade de competir, a abaixar o preço, a melhorar o grau de tecnologia embarcada no seu veículo para competir e poder vender; estava sendo obrigada a garantir melhor qualidade para o seu produto, para poder competir e vender. E quem estava ganhando com isso tudo, pelo abaixamento do preço, pela contenção do preço do carro brasileiro com o carro importado, era o consumidor, era a grande massa consumidora, principalmente o classe média emergente, aquele que está começando a ter a oportunidade de comprar o carrinho barato.

Na medida em que você impede a importação desse veículo pela sobretaxa de impostos, quem paga o pato? Em primeiro lugar, o consumidor. E em segundo lugar? Na medida em que as empresas brasileiras deixam de ter esse parâmetro de referência, Senadora Lúcia Vânia, eles se sentem descomprometidos com a concorrência e liberam o preço. Liberou o preço, perde a competitividade, porque, vendendo caro, a massa de compradores é menor. Claro! No Brasil, até dentro da crise, a massa de compradores é menor. E, no mundo, aí é que é menor mesmo. Um tiro no pé! Impede-se a competitividade, que é a palavra de ordem para a manutenção sustentada do emprego.

Você sustenta emprego, você mantém emprego de forma sustentada sendo eficiente, sendo competitivo! A importação em 5% da massa dos veículos que circulam no Brasil era o elemento referência para baixar o preço, para conter o preço, para forçar a montadora pseudobrasileira a ser mais eficiente, a vender mais barato, a ter mais tecnologia embarcada, a melhorar o padrão para vender dentro do Brasil e vender fora do Brasil. Retire-se o elemento referência de competição, nivela-se por baixo! Com isso, as fábricas no Brasil tendem à estagnação, e o emprego fica inseguro.

Entramos com uma Adin, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque, nisso tudo, uma inconstitucionalidade flagrante foi praticada, qual seja, a de que não se pode, por decreto, aumentar imposto e cobrar no dia seguinte; existe a noventena, são 90 dias de prazo! E essa noventena não está sendo seguida. Além do mais, você está praticando uma coisa perigosa chamada "insegurança jurídica"! Aqueles que estavam pretendendo investir no Brasil, acreditando nas leis brasileiras, na Constituição brasileira, colocam um ponto de interrogação em seus investimentos e vão decidir se investem ou não, porque pode ser que o Brasil, como de Gaulle disse lá atrás, não seja um país sério, que não cumpra as suas leis, muito menos a sua Constituição.

Queda e coice! E para evitar a queda e o coice é que entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, para pelo menos fazer, a par de preservar a competitividade, a manutenção do emprego dentro do Brasil, garantindo aquilo que a Constituição brasileira diz.

A matéria está distribuída a um dos ministros do Supremo Tribunal Federal, e o meu partido pretende, nos próximos dias, pedir uma audiência a S. Ex^a para solicitar, reivindicar celeridade na apreciação para que, pelo menos por 90 dias, esse assunto possa ser discutido em clima de legalidade, para que a Constituição não seja afrontada, para que aqueles que têm importações a fazer, para beneficiar de forma consequente o emprego sustentado no Brasil, possam continuar a sua tarefa.

O meu partido, que defende a livre iniciativa, que combate a carga excessiva de impostos, que combate a burocratização, que pugna pelo nível de investimento nos padrões do que se precisa, pelo menos 20% do PIB, manifesta-se nesta tarde de terça-feira, véspera de feriado, garantindo a este Plenário que vai exigir a tramitação, a curto prazo, da Emenda 29, para que possamos aqui, Senadora Lúcia Vânia, derrubar a inclusão perversa, cavilosa do Fundeb dentro dos 10% dos recursos destinados à saúde. E vamos lutar para que a Adin que impetramos para impedir que a noventena seja desrespeitada venha a ser julgada, garantindo a segurança jurídica em nosso País.

Era o que tinha a dizer, com o nosso agradecimento ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador José Agripino, que fala em defesa da Emenda nº 29. S. Ex^a fortaleceu a luta dos aposentados e também do fim do fator e faz uma reflexão, para todo o Brasil, sobre a questão dos carros importados, mostrando o encaminhamento feito pelo seu Partido.

Passamos a palavra como Senador inscrito ao Senador Aníbal Diniz. Enquanto S. Ex^a vem à tribuna, a Presidência esclarece que lemos e aprovamos aqui no Plenário os Requerimentos nº 1.240, 1.246 e 1.248, de 2011. Foram deliberados, uma vez que encontra-se registrado no painel a presença de 45 Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras. Consequentemente, havia número regimental para a aprovação dos requerimentos aqui lidos por mim.

Senador Aníbal Diniz com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paim, incansável Senador da República que está sempre presente aqui, desde o início das sessões até o final. S. Ex^a tem tido uma atuação

digna de reconhecimento por todos os pares e da sociedade inteira na Comissão de Direitos Humanos, que tem feito audiências em todas as segundas-feiras ou nas sextas-feiras.

Para o Senador Paim não há dia. O importante é sempre acontecer o debate e ele poder contribuir com avanços significativos para a política brasileira e para o atendimento aos segmentos que procuram, nas representações políticas, sempre o apoio para os seus pleitos.

Mas, Senador Paulo Paim, Senadora Lúcia Vânia, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o que me traz hoje à tribuna é uma citação a respeito da avaliação, um seminário de avaliação que aconteceu quinta-feira e sexta-feira em Rio Branco, um seminário de avaliação dos 240 dias de governo do Governador Tião Viana, algo que me parece muito significativo, porque é comum, nos governos de Estado, nas prefeituras e mesmo na gestão de alguns Ministérios, alguns segmentos tentarem conduzir as suas ações de maneira isolada, com foco, principalmente, na visibilidade pessoal. A ação é sempre no sentido de dar mais prestígio, mais visibilidade para a ação isolada. E no governo do Acre há uma prática que é: planejam todos juntos e, ao mesmo tempo, avaliam todos juntos. Então, todos os Secretários, todos os gestores estiveram reunidos, na quinta e na sexta-feira, para uma avaliação dos 240 dias de governo, com o objetivo de identificar todos os objetivos traçados, aqueles que foram atingidos, fazer uma correção de rota e estabelecer novos objetivos para os próximos três anos e dois meses que restam ao governo.

Dessa maneira, a avaliação é altamente positiva, e eu gostaria de fazer esse registro aqui da tribuna do Senado porque sei que o Brasil é um País que precisa muito de escola de governo. Escola de governo é uma ciência pouco praticada e estudada, e é muito interessante que partilhemos essas experiências, ainda que sejam de um Estado pequeno, porque acaba contribuindo, de uma forma ou de outra, para que outros Estados, outros gestores, outras administrações, tanto na esfera municipal, quanto estadual ou federal, possam levar em conta o ensinamento que vem de uma experiência como essa que está acontecendo no Governo do Estado do Acre.

Então, Senador Paim, eu gostaria de destacar desta tribuna, com orgulho, o respeito ao princípio da transparência e o compromisso com a boa administração pública demonstrados pelo Governador Tião Viana na divulgação recente do balanço dos 240 dias de sua administração à frente do Governo do Estado do Acre. A determinação do Governador Tião Viana em trabalhar com metas claras e resultados transparentes

reflete uma política pública proativa, arrojada e eficiente, que procura manter as conquistas que alcançamos no Estado nos últimos 12 anos, 8 dos quais sob o governo do Governador Jorge Viana, hoje Senador da República aqui conosco, e 4 deles com o Governador Binho Marques.

Ao mesmo tempo, é importante estruturar uma gestão por resultados, utilizando ferramentas simples e efetivas para o planejamento estratégico e o monitoramento de informações relevantes. Esses são fatores essenciais para uma boa gestão. Para alcançar esse objetivo a Secretaria de Articulação Institucional, do Estado do Acre desenvolve um trabalho coletivo que envolve todos os órgãos que integram a administração.

Deste modo, no final de setembro, foi realizada a 2ª reunião da Câmara de resultados do Governo, finalizando com o Seminário de Monitoramento dos 240 dias, o que envolveu todos os gestores do Estado na última quinta e sexta-feira, da semana passada.

A Câmara de Resultados é formada por um conjunto de atores de gestão, secretários, secretários adjuntos, diretores, assessores de planejamento, gestores de planejamento e dirigentes da administração indireta. Eles se reúnem a cada 120 dias, para verificar, analisar resultados e se necessários corrigir ações dos programas de projetos.

Destacamos aqui alguns dos principais resultados.

Em relação à infraestrutura rodoviária, uma das demandas mais intensas do Estado do Acre, tivemos 44 milhões investidos em insumo neste ano de 2011 e mais de R\$200 milhões investidos em obras, principalmente no avanço da BR-364, rumo a Cruzeiro do Sul, que passa por uma verdadeira saga que vai desde todo o preparo para o pavimento ao transporte dos insumos de longa distância que é algo muito difícil, mas que o Governador Tião Viana está encarando com toda a seriedade e procurando levar adiante o objetivo de concluir a pavimentação da BR-364 até 2012.

Ao todo, nos últimos quatro anos, o investimento na BR-364 chegou próximo a um bilhão de reais. E destacamos aqui que a conclusão de todas as pontes de vão de Rio Branco até Cruzeiro do Sul está acontecendo exatamente nesta reta final do ano.

No último sábado, por exemplo, o Governador Tião Viana fez a entrega da ponte sobre o Rio Tarauacá, que é uma das mais importantes da estrada, porque não se chega ao Vale do Juruá se não passar pelo Rio Tarauacá. Até sábado último passado essa travessia era feita por bolsa. Mas, agora, já está sendo feita por sobre a ponte que foi entregue, uma obra de 300 metros, com valor próximo a R\$60 milhões, que teve o seu início no governo Lula, no plano nacional, e no governo Binho, no plano estadual, e agora foi con-

cluída e entregue pelo Governador Tião Viana, com a parceria sempre firme com a Presidenta Dilma, com o Ministério dos Transportes.

Destacamos aqui também, Senador Paim, que na área de pavimentação de ruas, por meio do Programa Ruas do Povo, foi estabelecido uma meta de pavimentar 685 ruas até 2014. Aliás, o objetivo nessa área é pavimentar todas as ruas dos perímetros urbanos dos Municípios do Acre.

O desafio assumido pelo Governador Tião Viana foi extremamente ousado: pavimentar todas as ruas dos perímetros urbanos dos Municípios do Acre. Vale a pena ressaltar que esses são investimentos muito elevados para um Estado pobre como o Acre, mas esse Programa de pavimentação de ruas, por meio do Programa Ruas do Povo, que tem essa meta ousada, representa um investimento de aproximadamente R\$553 milhões e a geração de 7.800 novos empregos diretos e outros 19 mil empregos indiretos. Isso significa melhoria das cidades e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Por que esse programa é tão ousado? Porque se propõe a trabalhar com pavimentação em tijolo em todos os Municípios. É muito comum, hoje, em Municípios do Acre, as olarias não darem conta de produzir tijolos suficientes para atender ao Programa Ruas do Povo. Dessa maneira, tem-se gerado muitos empregos nos Municípios, o que tem aquecido fortemente a economia também. De tal maneira que é um programa extremamente impactante para os Municípios e a população acreanos.

Também em infraestrutura, podemos ressaltar o Programa Luz para Todos, pelo qual já foram implantados onze mil quilômetros de rede de energia elétrica convencional, com o atendimento de mais de 30 mil famílias. Até 2014, a meta é implantar mais 1.570 quilômetros de rede elétrica convencional e atender mais de cinco mil famílias.

Vale ressaltar que o Programa Luz para Todos foi criado pelo Presidente Lula e é um programa de impacto social incalculável. Imaginem só que grande parte da população rural do Brasil vivia na escuridão até o início do governo do Presidente Lula; e todas as ações desenvolvidas anteriores ao Governo Lula foram muito tímidas. Com o Luz para Todos, o objetivo foi universalizar o acesso a luz elétrica no interior. Isso está se dando com muita força no Governo do Acre. Teve início com o Governador Jorge Viana, prosseguiu fortemente com o Governador Binho Marques e agora está tendo sua ação fortemente tocada pelo Governador Tião Viana.

Vale ressaltar, em relação aquele programa anterior Ruas do Povo, que o Governador Tião Viana já

entregou 150 ruas pavimentadas; de todo o compromisso que ele assumiu, de pavimentar todas as ruas em todos os perímetros urbanos dos Municípios do Acre, 150 ruas já foram entregues, e ainda neste mês de outubro há previsão de entrega de outras 50 ruas, perfazendo até outubro de 2011, ou seja, 10 meses de governo, a entrega de 200 ruas pavimentadas.

Esse modelo de administração moderno e focado nos problemas e nas demandas sociais reflete a atuação dinâmica que o Governador Tião Viana vem imprimindo em sua gestão, na esteira do processo positivo de transformação que o Estado do Acre está conhecendo desde 1999, a partir do início da administração da Frente Popular naquele Estado.

Especificamente na área de habitação social, por exemplo, podemos e devemos aqui divulgar decisões do governo acreano com alto impacto para a melhoria da condição de vida da população do Estado. Desse modo, 1.358 unidades habitacionais já foram entregues à população de baixa e de baixíssima renda, número que deverá subir para quatro mil até o final do ano. Ou seja, neste primeiro ano do Governo Tião Viana, ele vai concluí-lo com a entrega de quatro mil unidades habitacionais. Essa é outra linha de ação altamente impactante do Governador Tião Viana. Vale ressaltar que no governo Binho Marques foi firmado o compromisso de construção de 10 mil unidades habitacionais; o governo Binho concluiu com a entrega de aproximadamente tres mil, mas prossegue este objetivo de construção de 10 mil unidades, sendo entregues neste ano mais quatro mil. E o Governador Tião Viana já tem firmado o compromisso de ampliar o programa Minha Casa Minha Vida no Acre, elevando para 13 mil unidades habitacionais de tal maneira que vai ter forte resposta ao déficit habitacional do Estado.

Na área da educação, outro foco permanente de atenção do governo do Estado, tivemos o Programa de Inclusão Digital, com a distribuição de *netbooks*, que beneficiou 8.725 alunos e professores e 108 escolas nos 22 Municípios acrianos.

Já no fortalecimento do sistema produtivo, citamos aqui os investimentos em piscicultura com a construção de 529 tanques e açudes e benefício direto de 482 famílias de produtores. Até 2014, a previsão é a de que haja construção de, pelo menos, quatro mil tanques para fortalecer a política do Governo na área da piscicultura.

Vale ressaltar que no Governo Tião Viana se trabalha com a estruturação da cadeia por completo, na construção da indústria de beneficiamento de ração e também no laboratório de alevinagem e, finalmente, no resfriamento para a filetagem de peixe para exportação.

Vale ainda ressaltar que o Estado do Acre tem hoje uma produção aproximada de quatro mil toneladas de peixe por ano e que o objetivo do governo do Estado, nesses próximos quatro anos é chegar a uma produção de pelo menos vinte mil toneladas de peixe para atender não só o mercado amazônico, mas também para buscarmos a exportação para outros mercados, que é um desafio tanto no sentido de gerar renda e possibilidade de emprego quanto contribuir com aquele desafio que a Presidenta Dilma lançou de combatermos a miséria e a fome a partir da produção de alimentos. O Governador Tião Viana está dando uma importantíssima contribuição nesse sentido.

Ouçó, com muita atenção, o Senador Jorge Viana, em aparte.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a e dizer à colega Senadora e aos Senadores que todo esse apanhado de iniciativas que V. Ex^a traz para conhecimento do Senado e do Brasil, que o nosso Estado vive hoje, é parte de uma realidade que estamos construindo a duras penas, a partir da oportunidade política que o povo do Acre nos deu. É um projeto político feito com dedicação, honestidade e muito trabalho. As mudanças no Acre são visíveis e podem ser traduzidas em números como V. Ex^a tão bem faz hoje na tribuna do Senado Federal. Eu queria só destacar esse último tópico da fala de V. Ex^a, que diz respeito à revolução que está ocorrendo no Acre na produção de pescado, de proteína animal, na busca de atender, inclusive, a um clamor da FAO, que é de crescermos a oferta de alimentos para buscar segurança alimentar no mundo. Somos sete bilhões de pessoas no mundo hoje e devemos chegar a 2050 com nove bilhões de pessoas. E a ONU, através da FAO, tem estabelecido que o mundo, se não quiser seguir com a chaga da fome, precisa aumentar a oferta de alimentos em 40% nesse período. O Acre tem procurado ajudar a nossa própria região e o nosso Brasil com a oferta de alimentos. Sair de quatro mil toneladas para vinte mil toneladas de pescado é um desafio, mas é possível. Devo lembrar o envolvimento do próprio Presidente Lula, que sempre nos aconselhou e nos pôs em contato com o Dr. Jaime, que dirige o Projeto Pacu, que o Governador Tião Viana foi visitar antes mesmo da eleição, para buscar inspiração, buscar conhecimento. Assim, com a ajuda do Secretário Edvaldo Magalhães e de toda a equipe de governo, o Governador está implementando o mais importante e, talvez, o mais completo programa de consolidação da piscicultura no Brasil. Devo dizer que, com esse trabalho do Governador e do Governo, o Acre, sem dúvida, será o endereço da boa pesca no Brasil. Esse trabalho é feito em parceria com o BNDES, com o Ministério da

Pesca, ou seja, com o Governo Federal, e, essencialmente – eu queria encerrar este aparte dizendo isto –, com o envolvimento, com a fé, com a confiança dos criadores no Acre. Durante muitos anos, a piscicultura foi se consolidando no Acre, mas mais como iniciativa própria de produtores. Eu, quando Governador, e o Governador Binho iniciamos um programa de suporte e agora todo o trabalho que nós fizemos amadureceu e ganha dimensão nessa prioridade dada pelo Governador Tião Viana, que põe todo um conhecimento acumulado no Acre em escala. E, certamente, se o Brasil quiser ser uma referência da piscicultura no mundo, como pode ser, o Acre é uma boa fonte de inspiração. Parabéns a V. Ex^a e que aqui do Senado possamos seguir ajudando o Acre a se tornar cada vez mais uma referência positiva nos indicadores ambientais, sociais e econômicos. Obrigado, Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu é que agradeço, Senador Jorge Viana. O aparte de V. Ex^a traz muita qualidade para este pronunciamento, principalmente porque V. Ex^a tem a prerrogativa de ter sido o iniciador de todo esse processo revolucionário da gestão pública do Acre, que começou em 1999, quando de sua gestão como Governador.

E toda essa preocupação posta vale a pena ser ressaltada, quando se trata, por exemplo, desse investimento na piscicultura, que justamente compatibiliza e consorcia o aumento da produção, a elevação da renda e, ao mesmo tempo, a proteção ambiental, algo também muito preconizado que está no centro das preocupações do Governo do Estado do Acre.

Podemos dizer, também, que o Acre avança em consonância com as demandas e os avanços nacionais. A exemplo do Governo Federal, que conseguiu neste mês de outubro, no último dia 05, aqui no Senado, ampliar a abrangência do Super Simples e garantir que um número maior de micro e pequenas empresas possa pagar menos impostos, a Secretaria de Pequenos Negócios do Acre também mostra resultados positivos.

Tivemos, por exemplo, nesses dez meses de Governo, 751 solicitações de microcrédito em parceria com o Banco do Brasil. Dessas solicitações, 158 já foram aprovadas, e, em 2011, cinco mil famílias foram beneficiadas com ações que fortalecem e incentivam a criação de pequenos negócios.

Por isso, é com segurança que afirmamos aqui que são muitas as iniciativas de sucesso no Acre. São muitos os resultados e reformas em vários setores que nos dão a certeza de que o nosso modelo de desenvolvimento, o nosso modelo de trabalho, que está sendo encaminhado pelo Governador Tião Viana, está sendo aceito e respeitado pela população acriana, tanto que nós temos um projeto consolidado. Nós tivemos doze

anos de Governo, e esses doze anos foram renovados por mais quatro, com o Governador Tião Viana, uma prova inequívoca, mostrada pela população nas urnas, de que o trabalho executado com competência pelo Governo do Estado está alinhado e de acordo com aquilo que a população defende para o futuro do nosso Estado, que tem uma visão de desenvolvimento consistente, sustentável e de longo prazo. E está, principalmente, sendo realizado com foco nas demandas e nos potenciais dos acrianos para permitir uma maior inclusão social e econômica e melhorar, cada vez mais, a vida do nosso povo do Acre.

Então, Sr. Presidente, trazendo à tribuna do Senado este pronunciamento, eu externo aqui, certamente com o aval do Senador Jorge Viana, que me aparteu, todo o esforço no sentido de mostrar ao Brasil que, no Acre, há uma experiência administrativa que está dando certo, uma experiência administrativa que está fazendo muito bem ao povo do Acre, seja na área da educação, seja na área da saúde, seja na área da produção, na área de infraestrutura para o desenvolvimento. Agora estamos iniciando o processo de industrialização e o Governador Tião Viana tem dado uma demonstração exemplar de homem público preocupado com a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, uma pessoa que trabalha todos os dias da semana, não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, porque está completamente empenhado em fazer o melhor pelo povo do Acre, em fazer o melhor pelo Brasil.

O recado que a gente tem trazido sempre à Presidenta Dilma é que os objetivos estratégicos estabelecidos por seu Governo serão, no que diz respeito ao espaço territorial do Estado do Acre, integralmente cumpridos. E nós estamos muito esperançosos de que vamos dar um salto de qualidade na vida do nosso povo do Acre nos próximos quatro anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo tempo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, gostaria de destacar nesta tribuna hoje, com orgulho, o respeito ao princípio da transparência e o compromisso com a boa administração pública demonstrados pelo governador Tião Viana na divulgação recente do balanço dos 240 dias de sua administração à frente do governo do Acre.

A determinação do governador Tião Viana em trabalhar com metas claras e resultados transparentes reflete uma política pública pró-ativa, arrojada e eficiente,

que procura manter as conquistas que alcançamos no Estado nesses últimos doze anos e, ao mesmo tempo, estruturar uma gestão por resultados utilizando ferramentas simples e efetivas para o planejamento estratégico e o monitoramento de informações relevantes. Esses são fatores essenciais para uma boa gestão.

Para alcançar esse objetivo, a Secretaria de Articulação Institucional do Estado desenvolve um trabalho coletivo que envolve todos os órgãos que integram o governo acreano. Desse modo, no final de setembro, foi realizada a segunda reunião da Câmara de Resultados do Governo, finalizando com o Seminário de Monitoramento dos 240 dias do Governo, que envolveu todos os Gestores do Estado, na quinta e sexta-feiras da semana passada em Rio Branco.

A Câmara de Resultados é formada por um conjunto de atores de gestão: secretários, secretários-adjuntos, diretores, assessores de planejamento e dirigentes da administração indireta. Eles se reúnem a cada 120 dias para verificar, analisar resultados e, se necessário, corrigir ações dos programas e projetos. Destacamos aqui alguns dos principais resultados.

Em relação à infraestrutura rodoviária, uma das demandas mais intensas no Estado, tivemos R\$ 44 milhões investidos em insumos 2011 e mais de R\$ 200 milhões de investimentos em obras. Ao todo, nos últimos quatro anos, o investimento foi de R\$ 1 bilhão de reais. Destacamos aqui a conclusão de todas as pontes estratégicas para o Estado: Purus, Envira, Tarauacá e Juruá.

Na área de pavimentação de ruas, por meio do Programa Ruas do Povo, a meta é realizar 658 quilômetros de rua até 2014, o que representa R\$ 553 milhões em investimentos e a geração de 7.800 mil empregos diretos e outros 19 mil empregos indiretos. Isso é qualidade de vida direta para o cidadão.

Também em infraestrutura podemos ressaltar o Programa Luz para Todos, pelo qual já foram implantados 11 mil km de rede em energia elétrica convencional, com atendimento a mais de 30 mil famílias. Até 2014, a meta é implantar mais 1.570 quilômetros de rede elétrica convencional e atender mais 5 mil famílias.

Luz para Todos, que benefício fantástico às famílias das áreas rurais de todas as regiões do Brasil.

Esse modelo de administração moderno e focado nos problemas e nas demandas sociais reflete a atuação dinâmica que o governador Tião Viana vem imprimindo em sua gestão, na esteira do processo positivo de transformação que o Estado do Acre está conhecendo desde 1999, a partir do início da administração da Frente Popular.

Especificamente na área de habitação social, por exemplo, podemos e devemos aqui divulgar decisões

do governo acreano com alto impacto para a melhoria da condição de vida da população do Estado. Desse modo, 1.348 unidades habitacionais foram entregues, número que deverá subir para 4 mil até o final do ano.

Na área de Educação, outro foco permanente de atenção do governo do Estado, tivemos o programa de inclusão digital com a distribuição de Notebooks que beneficiou 8.725 alunos e professores e 108 escolas nos 22 municípios acreanos.

Já no fortalecimento do sistema produtivo, citamos aqui os investimentos em piscicultura, com a construção de 529 tanques e benefícios diretos a 482 produtores. Até 2014, a previsão é de construção de mais 4 mil tanques.

Podemos dizer, também, que o Acre avança em consonância com as demandas e avanços nacionais. A exemplo do governo federal, que conseguiu neste mês de outubro ampliar a abrangência do Supersimples e garantir que um número maior de micro e pequenas empresas possa pagar menos impostos, a Secretaria de Pequenos Negócios do Estado também mostra resultados positivos.

Tivemos, por exemplo, 754 solicitações de microcrédito em parceria com o Banco do Brasil, aprovadas e, em 2011, 5 mil famílias foram beneficiadas com ações que fortalecem e incentivam a criação de Pequenos Negócios.

Por isso, é com segurança que afirmamos aqui que são muitas as iniciativas de sucesso no Acre. São muitos os resultados e reformas em vários setores que nos dão a certeza de que o nosso modelo de trabalho, escolhido pela população acreana nas urnas e executado com competência pelo governo do Estado, está alinhado com uma visão de desenvolvimento consistente, sustentável e de longo prazo. E está, principalmente, sendo realizado com foco nas demandas e nos potenciais acreanos para permitir uma maior inclusão econômica e social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Anibal Diniz. Competente, fez um belo pronunciamento como sempre, falando do nosso amigo, ex-Senador e hoje Governador Tião Viana, parceiro nosso aqui de longas jornadas. Estávamos sempre juntos aqui.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Gostaria de pedir ao Presidente que determinasse a publicação na íntegra do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, com certeza absoluta.

Pelo princípio do revezamento entre um orador inscrito e um líder, falará como Líder a Senadora Lúcia Vânia pelo tempo de vinte minutos. Depois falará

o Senador Jorge Viana, e então eu inscrevi aqui o Senador Waldemir Moka.

Prorrogamos a sessão por mais uma hora.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o art. 1º da Constituição de 1988 declara que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e que se constitui em um Estado democrático de direito.

É comum a tensão entre centralização e descentralização, na busca de equilíbrio político, justiça fiscal e partição equânime dos recursos.

A Constituição de 1988 é uma carta avançada em muitos aspectos, sobretudo sociais. No que se refere à organização do Estado, ela incorpora diversas inovações e, sem dúvida, confere uma enorme e bem intencionada transferência de responsabilidades para os entes subnacionais.

Infelizmente, no entanto, o conjunto de novas atribuições não se fez acompanhar do aporte de recursos necessários. Governadores e prefeitos se viram, então, diante do desafio de governar em tempos de profunda escassez, desafiando os limites da criatividade, das novas estratégias de gestão e do uso de processos inovadores.

A descentralização ocorrida na Constituição de 1988 fez com que fossem reservadas aos Estados e Municípios atribuições relevantes em áreas como educação e saúde, sem que houvesse uma estrutura tributária condizente.

O bolo tributário está mal distribuído, com forte predominância da União. Competências tributárias exíguas geram dependência de Estados e Municípios para com as transferências intergovernamentais, obrigatórias e voluntárias, estabelecidas mediante convênios.

Na estrutura vigente, a União recebe 64% dos tributos arrecadados, os Estados alcançam 23%, restando aos Municípios apenas 13%.

Ainda impõe-se aos Municípios uma absoluta rigidez orçamentária, derivada de duas importantes vinculações: as que se destinam às áreas de saúde e educação.

No caso dos Estados, a arrecadação tributária, na média, não é de pequena monta; mas se alguns Estados têm arrecadação própria que é significativa, muitos outros, principalmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, dependem fortemente das transferências.

Apesar da extremada carga tributária existente, tem-se usado a estratégia de criar ou majorar contribuições sociais, livrando-se, com esse artifício, da

responsabilidade de repartir os recursos com Estados e Municípios.

Em paralelo, como bem lembrou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, tem-se intensificado a dependência dos entes subnacionais em relação ao poder central. A relação entre prefeituras e a União saltou os governos estaduais e passou a se dar mais diretamente com a Presidência da República.

Temos necessidade urgente de reequilibrar a dinâmica entre os entes federados, recompondo a autonomia de Estados e Municípios.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos de Infraestrutura, tenho procurado, juntamente com os integrantes do colegiado, promover reflexões sobre as alternativas disponíveis para sanar, ou ao menos dirimir, as graves distorções de nosso federalismo.

A questão da Emenda Constitucional nº 29 é irrecorrível. A carência de recursos é um fato e como tal precisa ser enfrentado. É preciso empreender esforços para encontrar os recursos e destiná-los, de forma efetiva, à área vital da saúde.

Defendo alterações no FPE e no FPM. O primeiro precisa ser reformado, ou será extinto, pois o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o artigo que define as regras para a repartição de seus recursos, embora tenha mantido sua vigência até o fim de 2012.

Cabe ao Congresso Nacional produzir novos critérios de rateio que respondam às necessidades proporcionais de cada Estado, respeitando ainda os ditames constitucionais de diminuição das desigualdades regionais.

Quanto ao Fundo de Participação dos Municípios, a elevação da alíquota seria bem-vinda. Lembro que a bolsa de tributos que o compõe depende muito do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, cuja alteração tem servido ao Governo Federal como estratégia de combate a crises. Penso que é preciso torná-lo menos vulnerável, pois tem forte caráter distributivo e, portanto, deve ter flexibilidade para a absorção de choques.

A discussão sobre os *royalties* também tem merecido a atenção do Senado Federal. Os recursos provenientes da exploração petrolífera devem cumprir a destinação de remediar os males causados pelas respectivas atividades extrativistas, além de convergir para a superação das diferenças intrarregionais e para o desenvolvimento socioeconômico do conjunto.

Quanto aos *royalties* provindos da extração petrolífera, devemos trabalhar intensamente para equalizar as diferenças e propor uma medida de consenso capaz de aglutinar os defensores dos Estados produtores e dos demais entes federados, sempre carentes de re-

ursos. Tenho dito que o impasse e a solução judicial não interessam a ninguém.

Tais medidas, Sr. Presidente, orientam-se pelo princípio da diminuição das desigualdades regionais, objetivam o bem-estar coletivo e o desenvolvimento social e econômico e são capazes de estender as oportunidades de emprego e renda para um largo segmento da população, com boa oferta de serviços de saúde e educação para todos. Portanto, cabe ao Congresso Nacional, antes de terminar o ano, uma agenda extremamente importante e que, sem dúvida nenhuma, deverá minorar essa situação aflitiva que vivem hoje os Estados e Municípios, dependentes que são de recursos da União.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lúcia Vânia, pelo seu pronunciamento. E passamos a palavra de imediato ao Senador Jorge Viana. A seguir, o Senador Waldemir Moka.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, colegas, antes de começar um pronunciamento que tinha programado para hoje, eu queria registrar para todos que me assistem e que me ouvem, pedindo que fique registrada nos Anais do Senado Federal, a morte de José Vasconcellos, aos 85 anos. Refiro-me a um grande brasileiro. Estou certo de que a morte de Zé Vasconcellos, como gostava de ser chamado, não passa em branco no País e muito menos no nosso Estado do Acre.

Na verdade, ele é nosso conterrâneo. Ele nasceu em Rio Branco no ano de 1926 e sempre se orgulhou de sua raiz. Era neto do então Governador do Acre, José Thomaz da Cunha Vasconcellos, de quem herdou o nome. Seu avô era pernambucano e foi o segundo governador do então Território do Acre entre 1923 e 1926. José Thomaz Vasconcellos foi ainda Prefeito dos Departamentos do Alto Tarauacá e do Alto Acre e um político importante durante as três primeiras décadas do Território Federal do Acre.

Zé Vasconcellos saiu do Acre, ainda criança, para ser um pioneiro, tal como seu avô, só que no mundo das artes, meu caro Senador Moka. Ele começou com 16 anos, em 1942, quando venceu um programa de calouros na Rádio Clube do Rio de Janeiro, imitando narradores de cinema. Além de vencer o concurso, foi logo convidado para trabalhar em outras emissoras. Ficou famoso ainda no rádio, imitando vozes de locutores, artistas e apresentadores de programas de auditório. A imitação mais popular era a do famoso e saudoso Ary Barroso, também considerada uma das mais perfeitas de todos os tempos. Produziu, escreveu

e atuou no primeiro programa humorístico da televisão brasileira, A Toca do Zé, em 1952. Em 1960, outro feito pioneiro: transformou em LP seu show de teatro Eu sou o espetáculo, que vendeu 100 mil cópias neste mesmo ano. Muito provavelmente, foi o primeiro humorista a conseguir essa façanha.

Ele foi muito ousado, quando começou a apresentar seus shows, sozinho no palco, na companhia apenas do microfone. Esse foi outro ato de pioneirismo na comédia brasileira, abrindo caminho para outros grandes nomes da comédia brasileira. É o que conhecemos hoje como *stand up*.

Na televisão, fez sucesso na Escolinha do Professor Raimundo, como o gago Raimundo Barbosa, o Sa-Silva. Aliás, interpretar gagos era uma das suas especialidades.

O que pouca gente sabe é que, assim como o conterrâneo Armando Nogueira, Zé Vasconcellos também era apaixonado pela aviação. Ele não ficou só na brincadeira: ele foi piloto profissional da antiga Cruzeiro e Transbrasil, fazendo até voos internacionais.

Seu último trabalho na TV foi na Escolinha do Barulho, na Record, no final dos anos 90.

Diagnosticado com o mal de Alzheimer, afastou-se da TV e passou seus últimos anos no interior de São Paulo.

Neste momento – e sei que posso fazer isto em nome de todos os colegas Senadores –, eu gostaria de dizer para sua esposa, Dona Irene, e seus quatro filhos que um pouco do José Vasconcellos sempre estará onde houver um artista a distribuir risos por este País, porque, para o Zé Vasconcellos – como gostava de ser chamado esse acriano, que levou bem longe o nome do Acre –, mais importante que rir era plantar a felicidade.

Eu gostaria, então, Sr. Presidente, que constasse, nos Anais desta Casa, nossos votos de pesar e de solidariedade à família de José Vasconcellos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Posso adiantar que V. Ex^a será atendido na forma do Regimento e que V. Ex^a falou em nome do Senado da República.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, por fim, aproveitando o meu tempo regimental, fazer outro registro que penso da maior importância.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria registrar, desta tribuna, a aprovação, no último dia 5, da Medida Provisória nº 537, de 24 de junho do corrente ano, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e da Integração no valor global de 500 milhões de reais. Acompanhando o lúcido pare-

cer do nobre e querido amigo Senador Cyro Miranda, esta Casa aprovou a MP, nos termos do projeto de lei de conversão, fato que ocorreu, por feliz e simbólica coincidência, na mesma data em que se comemorava o transcurso dos 23 anos da promulgação da Carta de 1988, a Constituição Cidadã.

Além de externar os meus sinceros cumprimentos aos integrantes do Senado Federal pela sábia decisão de aprovar matéria de tamanha relevância, eu gostaria também de enaltecer a decisão da Presidente Dilma de encaminhar a proposta ao Congresso Nacional. Eis mais uma iniciativa a confirmar o vigoroso conteúdo social de um Governo comprometido com a redução das desigualdades e com a elevação dos padrões de vida dos segmentos da população brasileira historicamente mais excluídos.

Como Presidente da Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado Federal, em que tenho a honra de compartilhar a responsabilidade com o nobre Relator Casildo Maldaner – que, neste momento, não está conosco por convalescer de um problema de saúde, mas que tem sido incansável na busca do aperfeiçoamento da legislação de defesa civil no Brasil e da responsabilidade institucional no trato da defesa civil por nosso País –, vendo que as teses defendidas por mim, pelo Senador Casildo Maldaner e por tantos em tantas audiências que fizemos em todas as regiões do Brasil, no âmbito da comissão, inclusive com contribuição de representantes da sociedade civil, e tendo em vista a devida ressonância, eu queria fazer o registro de que tudo o que temos feito está surtindo efeito agora, quando nós estamos vendo atitudes concretas por parte do Governo. Cada vez mais, cresce a consciência de que a Nação não pode assistir, inerte, à chegada das calamidades para tomar providências, que, no mais das vezes, não passam de meros paliativos. O que se quer, na verdade, Sr. Presidente, é que o poder público tenha a suficiente agilidade e os recursos necessários para agir antes que as tragédias aconteçam.

Nesse sentido, o montante de recursos definidos pela medida provisória que acabamos de aprovar na semana passada é indicativo do compromisso governamental da Presidente Dilma de fazer frente aos estragos já verificados e – daí a maior importância – antecipar medidas que possam minimizar os efeitos de tragédias vindouras.

Está bem nítido em nossa memória o doloroso cenário causado pelas chuvas torrenciais e por enchentes de rios, que, no passado recente, enlutaram diversas regiões do Nordeste, do Sul e do Sudeste do Brasil. V. Ex^a, que preside esta Casa, sabe que, todos os anos, o próprio Rio Grande do Sul, Estado que V.

Ex^a tão bem representa, vive tragédias, com aqueles mais pobres sofrendo mais.

O Brasil não tem temperaturas e climas de modo geral extremados, mas ainda segue despreparado para prevenir, para adotar medidas preventivas, salvando vidas e, ao mesmo tempo, evitando perdas materiais.

Os desastres naturais só mudam de endereço, mês a mês, no nosso País. Queimadas no Distrito Federal, no Centro-Oeste, em Minas Gerais; secas no Nordeste e agora no Norte também e no Sul; cheias do Sul ao Norte, ao Nordeste. Dessa maneira, temos, com pesar, de registrar, por exemplo, no Sudeste, a tragédia, com as perdas de milhares de famílias, que perderam o pouco que tinham, e que também quase mil vidas foram perdidas nos desastres naturais na região serrana, no Rio de Janeiro. Isso sem falar nas outras, de anos anteriores, em Angra dos Reis e Niterói, que transformaram Niterói e Angra dos Reis em locais de dor, pranto e desespero.

O objetivo da medida provisória, que, em boa hora, este Senado aprovou, é, de um lado, no âmbito do Ministério da Defesa, possibilitar sua pronta atuação em ações próprias de defesa civil.

Aliás, o Brasil precisa, através do Ministério de Ciência e Tecnologia – já tem o compromisso –, de instalar, imediatamente, o Centro de Prevenções de Desastres Naturais.

Todos nós carregamos um celular junto conosco, temos acesso à Internet, até nos informamos sobre a temperatura, se vai chover ou se não vai chover; mas essas informações não são transformadas em alertas, e é muito frágil ainda o sistema de alerta brasileiro de defesa civil. Por isso, há um compromisso do Ministro Aloizio Mercadante de que, ainda no final deste ano, ou mais tardar no começo do próximo ano, instalaremos um centro de alerta nacional pelo qual, certamente, vamos salvar vidas e evitar danos materiais, principalmente junto às camadas mais pobres da população.

Em suma, busca-se fazer uso da logística, da estrutura física, dos recursos materiais e humanos das Forças Armadas para socorrer prontamente as vítimas. Vale registrar que o papel das Forças Armadas tem sido exemplar, não importa a região, o dia da semana ou a hora, pois eles estão sempre prontos a socorrer municípios, estados e a população de modo geral.

Aliás, é acertado isso, porque eles têm uma presença em todos os cantos do Brasil, e só com mais apoio às Forças Armadas e ao Ministério da Defesa nós poderemos, de alguma maneira, seguir agradecendo pela ajuda recebida.

Por outro lado, Sr. Presidente, num primeiro momento, os recursos alocados ao Ministério da Integração Nacional viabilizarão, como acontece com o Estado

do Acre, 500 unidades habitacionais, o atendimento às populações vítimas de desastres naturais causados por chuvas torrenciais e inundações em municípios das regiões Norte e Nordeste. Além disso, o crédito também deverá ser utilizado para atender as populações que sofrem os efeitos da prolongada estiagem em municípios das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Feito o registro da aprovação da MP 537, resta-me reiterar os cumprimentos aos nobres colegas, Senadoras e Senadores, e reafirmar a disposição de nossa Comissão Temporária de Defesa Civil, aprovada neste Senado, no começo desta legislatura, de continuar seu trabalho, sempre na perspectiva de que antecipar é sempre melhor que remediar e de que a complexidade do tema requer a participação de todos.

Estou certo de que – e vou concluir este pronunciamento – o Senado Federal, antes do fim deste período legislativo, nós vamos oferecer ao Brasil a legislação mais objetiva no sentido da prevenção aos desastres naturais.

A ONU estabeleceu um escritório para tratar dos riscos de desastres naturais no Panamá e afirma que, para cada real que se gasta na prevenção dos desastres, economizam-se sete na reconstrução.

O Brasil não tem clima extremado, felizmente, como outras regiões do Planeta, mas, mesmo assim, talvez por omissão que tenhamos tido no passado, estamos contando as vítimas e os prejuízos. Podemos evitar as mortes, salvar vidas e, ao mesmo tempo, evitar prejuízo a uma parcela da população, a população mais carente. Basta olhar na televisão ou acompanhar o noticiário, sempre que há uma cheia, sempre que há uma situação mais extremada de clima, de seca, ou mesmo de incêndios florestais, ou mesmo de inundações, é essa população mais carente que paga uma dívida que ela não pode pagar.

Então, cabe ao Poder Legislativo modificar as leis no sentido da prevenção, e estou certo, com esse gesto da Presidente Dilma de liberar R\$500 milhões para prevenção e reconstrução a partir do que vivemos com os desastres naturais, de que o Brasil tratará esse tema com a seriedade e com a celeridade que ele requer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SENADOR JORGE VIANA.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que registro, desta tribuna, a aprovação, no último dia 5 de outubro, da Medida Provisória 537, de 24 de junho do corrente ano, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Mi-

nistérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de quinhentos milhões de reais”.

Acompanhando o lúcido parecer do nobre Senador Cyro Miranda, esta Casa aprovou a MP, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, fato que ocorreu – por feliz e simbólica coincidência! – na mesma data em que se comemorava o transcurso dos vinte e três anos de promulgação da Carta de 1988, a “Constituição cidadã”.

Além de externar meus sinceros cumprimentos aos integrantes desta Casa, pela sábia decisão de aprovar matéria de tamanha relevância, gostaria também de enaltecer a decisão da Presidenta Dilma Rousseff de encaminhar a proposta ao Congresso Nacional.

Uma vez mais, a Chefe de Governo demonstra inequívoca sensibilidade para temas que atingem diretamente a vida das pessoas, especialmente daquelas mais vulneráveis à ação de intempéries e de outros tipos de calamidade. Eis mais uma iniciativa a confirmar o vigoroso conteúdo social de um Governo comprometido com a redução das desigualdades e com a elevação dos padrões de vida dos segmentos da população brasileira historicamente mais excluídos.

Como Presidente da Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado Federal, vejo que as teses defendidas no âmbito da Comissão, inclusive com a contribuição de representantes diversos da sociedade civil, estão tendo a devida ressonância. Cada vez mais cresce a consciência de que a Nação não pode assistir inerte à chegada das calamidades para tomar providências que, no mais das vezes, não passam de meros paliativos.

O que se quer, em verdade, é que o Poder Público tenha a suficiente agilidade e os recursos necessários para agir antes que as tragédias aconteçam. Nesse sentido, o montante de recursos definidos pela MP que acabamos de aprovar é indicativo do compromisso governamental de fazer frente aos estragos já verificados e antecipar medidas que possam minimizar os efeitos de tragédias vindouras.

Está bem nítido em nossa memória o doloroso cenário causado pelas chuvas torrenciais e por enchentes de rios que, no passado recente, enlutaram diversas áreas do Nordeste, na Região Sul/Sudeste na área serrana do Estado do Rio de Janeiro. Isso sem falar na tragédia que, no ano anterior, transformara Angra dos Reis e Niterói em locais de dor, pranto e desespero.

Eis, pois, o objetivo da MP que em boa hora este Senado aprovou: de um lado, no âmbito do Ministério da Defesa, possibilitar sua pronta atuação em ações próprias de defesa civil, naquelas situações de desastres naturais reconhecidas pelo Governo Federal como de emergência ou de calamidade pública. Em suma, busca-se fazer uso da logística, da estrutura física,

dos recursos materiais e humanos das Forças Armadas para socorrer prontamente as vítimas, sem falar de sua extrema capilaridade, já que estão presentes em todo o território nacional

Por outro lado, Sr. Presidente, num primeiro momento, os recursos alocados ao Ministério da Integração Nacional viabilizarão o atendimento às populações vítimas de desastres naturais causados por chuvas torrenciais e inundações em municípios das Regiões Norte e Nordeste. Além disso, o crédito também deverá ser utilizado para atender às populações que sofrem os efeitos da prolongada estiagem em municípios das Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Feito o registro da aprovação da MP 537, resta-me reiterar os cumprimentos aos nobres Colegas e reafirmar a disposição de nossa Comissão Temporária de Defesa Civil de continuar seu trabalho, sempre na perspectiva de que antecipar é sempre melhor que remediar e que a complexidade do tema requer a participação de todos. Somente da conjugação de esforços das três esferas do Poder Público e do conjunto da sociedade é que teremos uma Defesa Civil forte, atuante e em condições de responder plenamente aos desafios que se lhe apresentam.

Muito obrigado!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

JOSÉ VASCONCELOS MORRE AOS 85 ANOS

A morte de Zé Vasconcelos, como gostava de ser chamado, não passa em branco para o Brasil e muito menos para os acreanos.

Na verdade, ele é nosso conterrâneo; nasceu em Rio Branco, no ano de 1926, e sempre se orgulhou de sua raiz era neto do então Governador do Acre, José Thomaz da Cunha Vasconcelos, de quem herdou o nome.

Seu avô era pernambucano e foi o segundo governador do então território do Acre entre 1923 e 1926. José Thomaz Vasconcelos foi ainda prefeito dos departamentos do Alto Tarauaca e Alto Acre, e um político importante durante as três primeiras décadas do território Federal do Acre

Zé Vasconcelos saiu do Acre ainda criança, para ser um pioneiro, tal como seu avô, só que no mundo das artes.

Começou com 16 anos, em 1942, quando venceu um programa de calouros na rádio clube do rio de Janeiro, imitando narradores de cinema.

Além de vencer o concurso, foi logo convidado para trabalhar em outras emissoras.

Ficou famoso ainda no rádio, imitando vozes de locutores, artistas e apresentadores de programas de auditório.

A imitação mais popular era a de Ari Barroso, também considerada uma das mais perfeitas de todos os tempos.

Produziu, escreveu e atuou no primeiro programa humorístico da televisão brasileira, *a toca do zé*, em 1952.

Em 1960, um outro feito pioneiro: transformou em Lp seu show de teatro *“eu sou o espetáculo”*, que vendeu 100 mil cópias neste mesmo ano.

Muito provavelmente, foi o primeiro humorista a conseguir esta façanha.

Foi muito ousado quando começou a apresentar seus shows sozinho no palco, na companhia apenas do microfone.

Esse foi outro ato de pioneirismo na comédia brasileira, abrindo caminho para outros grandes nomes da comédia brasileira. É o que conhecemos hoje como stand up

Na televisão, fez sucesso na Escolinha do Professor Raimundo, como o gago Raimundo Barbosa Sa-Silva. Aliás, interpretar gagos era uma das suas especialidades.

O que pouca gente sabe, é que, assim como o conterrâneo Armando Nogueira, Zé Vasconcelos era apaixonado pela aviação.

E não ficou só na brincadeira foi piloto profissional da Cruzeiro e Transbrasil, fazendo até vôos internacionais.

Seu último trabalho na tevê foi na Escolinha do Barulho, na Record, no final dos anos 90.

Diagnosticado com o mal de Alzheimer, afastou-se da tevê e passou seus últimos anos no interior de São Paulo.

Neste momento, gostaria de dizer para sua esposa, Dona Irene, e seus quatro filhos, que um pouco do José Vasconcelos sempre estará onde houver um artista a distribuir risos por este país, porque para o Zé Vasconcelos mais importante do que rir era plantar a felicidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana, que mostra os caminhos para a prevenção dos desastres naturais.

Se me permitir ainda, eu fui ao Hospital das Clínicas e tive a satisfação de visitar o nosso querido Casildo Maldaner, que estava muito bem – a Dr^a Núbia e a sua equipe lhe atenderam – e, em seguida, foi para casa e está hoje no convívio já da família, como disse muito bem V. Ex^a. É um grande Senador.

Casildo Maldaner, que está assistindo à TV Senado, saiba que o que Senador Jorge Viana falou e o

que eu falei é a visão de todo o Senado da República. Estamos esperando-o de volta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E ele inclusive, teimosamente, querendo descumprir a orientação médica, queria a todo custo seguir com o trabalho na Comissão de Defesa Civil, porque é uma pessoa sensível, vem de uma região que já viveu grandes tragédias e que também é uma referência de solução, que é o Estado de Santa Catarina.

E eu estou certo de que, como bem falou V. Ex^a, já, já, inteiro, trabalhando conosco, pela defesa civil, para salvar vidas e nos ajudando a fazer com que este Senado siga ganhando o respeito da sociedade brasileira, estará conosco o nosso querido Senador Casildo Maldaner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Waldemir Moka para o seu pronunciamento, pelo tempo regimental e com a tolerância da Mesa, se assim for necessário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Meu caro Presidente Paulo Paim, quero, primeiro, cumprimentar o Senador Jorge Viana pelo pronunciamento que fez. Trata-se, sem dúvida nenhuma, de uma medida provisória muito importante para todos os Estados, e para o meu Mato Grosso do Sul não é diferente. Eu acho que essas providências precisam ser tomadas.

Quero parabenizar V. Ex^a e aproveito também para cumprimentar o Senador Casildo Maldaner e torcer para que a sua volta ao Senado seja o mais breve possível.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna porque hoje o meu Mato Grosso do Sul comemora 24 anos da sua criação. Na verdade, há 34 anos, o então Presidente Ernesto Geisel assinava o desmembramento de Mato Grosso e criava-se o Estado de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso seguiu com a sua capital, a grande cidade de Cuiabá, e, para o meu querido Mato Grosso do Sul, foi escolhida como capital a nossa Campo Grande, pela pujança, pelo tamanho e pela importância econômica e social da nossa capital.

Por que o Mato Grosso foi dividido? Eu poderia citar razões históricas. É histórico o desejo. Há toda uma identidade cultural do, então, sul do Mato Grosso. E várias pessoas concorreram para que isso acontecesse.

Mas eu quero, ao comemorar os 34 anos dessa divisão, cumprimentar aqui o Governador André Puccinelli. São 34 anos, e várias pessoas contribuíram para o sucesso, para o progresso, para o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul.

Aproveito para cumprimentar também o ex-Governador, Dr. Wilson Barbosa Martins e, na pessoa do Dr. Wilson, quero cumprimentar todos os ex-governadores do Mato Grosso do Sul. O Dr. Wilson, se não me falha a memória, deve estar hoje com 93 ou 94 anos, e é incrível a lucidez do nosso ex-Governador. Estive com ele recentemente, e sempre seu raciocínio é ágil.

Tenho certeza de que a população do Mato Grosso do Sul que me ouviu hoje, o próprio Governador André Puccinelli... Eu e o Governador André Puccinelli começamos juntos nos idos de 82. Ele, candidato a prefeito da sua cidade, Fátima do Sul, e eu, candidato a vereador na capital, Campo Grande.

Hoje, o Mato Grosso do Sul está sob a batuta do Governador André Puccinelli, que faz uma gestão exemplar, com aumento da arrecadação e austeridade nos gastos. Ou seja, não se gasta mais do que se arrecada.

E esse modelo de administração do nosso Governador, meu companheiro de partido, do PMDB, permitiu ao Governo lançar investimentos ambiciosos. O Governador, no último dia 03 de outubro, fez uma prestação de contas do início do seu segundo mandato. Foram lançados R\$542 milhões, meio bilhão de reais, no chamado MS Forte.

É, sem dúvida, um investimento ambicioso para o nosso Estado. Muitas obras já foram entregues. É uma rede de hospitais que vem garantindo a regionalização do atendimento de saúde a dezenas e dezenas de escolas reformadas. O Governador investe muito! Nós temos, acho eu, 300 e poucas escolas, das quais mais de 200 seguramente já foram totalmente reformadas, além da construção de novas salas de aulas.

A ideia do Governador André Puccinelli é acelerar as obras previstas na segunda etapa do programa MS Forte, algumas com previsão de entrega ainda para 2013.

A presença do governo do PMDB está em todos os Municípios do Estado. Quem passa, por exemplo, por Três Lagoas, Dourados, Campo Grande, Ponta Porã e Corumbá, citando as maiores cidades do nosso Estado, já está acostumado a ver máquinas e homens trabalhando na construção de uma nova paisagem que vai trazer mais desenvolvimento e mais qualidade de vida para a população do meu querido Estado do Mato Grosso do Sul.

Nos 34 anos de Mato Grosso do Sul, o Governo do Estado começa a realizar um grande sonho dos douradenses, entregando a primeira etapa do chamado anel viário norte, mais conhecida como Perimetral Norte. Essa rodovia desvia o transporte pesado de Dourados e moderniza a logística de transporte do

entorno daquela que é uma grande cidade, a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul.

O Governo do Estado entrega o primeiro trecho do anel viário, que liga a BR-463, no entroncamento de Laguna Caarapã, até a MS-156, entre Dourados e Itaporã. As obras prosseguem em ritmo acelerado na direção da BR-163, no acesso a Fátima do Sul, cidade do nosso Governador. No total, são 25 quilômetros de rodovia e investimento de R\$29 milhões de recursos próprios do Estado.

Em Ponta Porã, capital da fronteira do Mato Grosso do Sul, o Governo do Estado está construindo um sonho dos pontaporanenses: o Parque Estadual dos Ervais, um grande complexo de esporte, lazer e cultura, com teatro de arena, lagos, praças e quadras poliesportivas. O parque vai ocupar uma área de sete hectares e ficará pronto em 2012. A obra vai elevar, significativamente, a qualidade de vida da população e conta com investimento inicial de R\$11,2 milhões.

Já Três Lagoas, o Governo presenteia com uma das obras de infraestrutura mais importantes para a cidade, que é a construção do contorno ferroviário. Na verdade, é uma obra que retira a ferrovia de dentro da cidade de Três Lagoas e faz um contorno ferroviário. Com a obra, será possível a retirada dos trilhos da região central, gerando mais segurança para motoristas e pedestres. O contorno deve ser entregue em julho de 2012.

Na capital, já começaram as obras do Aquário do Pantanal, o maior aquário de água doce do mundo, Sr. Presidente. Na verdade, ele está sendo construído no Parque das Nações Indígenas, no centro da nossa capital. Os trabalhos já se iniciaram há três meses e estão em ritmo acelerado. A previsão é de que o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Ictiofauna Pantaneira seja concluído no segundo semestre de 2013.

A obra está gerando cerca de 300 empregos. O local será uma das instituições culturais mais visitadas do Brasil e será economicamente sustentável, transformando-se no principal centro impulsionador do turismo sul-mato-grossense.

O aquário terá uma área de 18,6 mil metros quadrados, equivalente a duas vezes o tamanho da nossa praça central, Praça Belmar Fidalgo. No total, serão 24 tanques de aquários, somando um volume de água de aproximadamente 6,6 milhões de litros de água.

Evidentemente, esse também será um centro de estudo e pesquisa. Não tenho a menor dúvida de que, quando inaugurado, será um atrativo muito grande para o turismo, não só do Mato Grosso do Sul, mas principalmente para quem visitar nossa capital, Campo Grande.

Em Corumbá, o Governo do Estado está construindo o maior conjunto habitacional de Mato Grosso do Sul, que contará com 1.200 moradias. As obras es-

tão em andamento e sendo construídas com 100% de recursos próprios, num investimento de R\$22,8 milhões.

O projeto, uma obra emblemática que vai reduzir significativamente o déficit habitacional da Cidade Branca, a capital do Pantanal, está sendo executado em uma área de 62 hectares localizada no bairro Maria Leite e vai beneficiar diretamente mais de 5.000 pessoas.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato de Mato Grosso do Sul ser um dos entes mais novos da Federação, com apenas 34 anos, não o impede de caminhar rumo ao desenvolvimento, gerando emprego, renda e bem-estar a cada um dos sul-mato-grossenses.

Mato Grosso do Sul é orgulho dos seus cerca de 2,5 milhões de habitantes.

Quero hoje, aqui, nesta fala derradeira – talvez seja o último inscrito – desejar à população do meu Estado saúde, sucesso, desenvolvimento e progresso. Parabenizo toda a população em nome deste extraordinário homem público, o grande Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Waldemir Moka. A gente se soma ao aniversário de 34 anos de seu Estado, que tem uma história gloriosa.

Aproveito o momento, antes de encerrar, para informar a todos que segunda-feira, em homenagem ao Dia do Professor, faremos, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência para discutir a situação do professor no Brasil, a violência contra os professores, o piso salarial e as condições de trabalho.

Na terça-feira, vamos discutir, também na Comissão de Direitos Humanos, a Comissão da Verdade, cujo projeto já foi aprovado na Câmara. A intenção é votar também aqui, no Senado, na semana que vem. A Comissão da Verdade vai esclarecer tudo o que aconteceu da época de Getúlio até hoje, principalmente com a ditadura. Lembro que a Comissão da Verdade já foi instalada e foi muito positiva na Argentina, na África do Sul e em outros países.

Por fim, aproveito também para informar que, nesta quinta-feira, estaremos fazendo o debate lá em Porto Alegre, no Hotel Sheraton, sobre a Previdência que queremos, uma promoção da revista *Voto*.

Também destaco que, no mesmo hotel, no sábado, falarei sobre o Estatuto do Motorista, onde, com alegria, vou receber o título chamado Ordem do Transportador Emérito do Rio Grande do Sul, pela apresentação do Estatuto do Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, DE 2011

Dispõe sobre o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regula a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis.

Art. 2º O sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM) de que trata esta Lei compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com pagamentos e transferência de valores monetários por meio de aparelhos de telefonia móvel.

§ 1º O STDM será regulamentado pela autoridade monetária competente.

§ 2º As disposições desta Lei não se aplicam aos serviços bancários disponibilizados pelas instituições financeiras na rede mundial de computadores, ainda que acessados por dispositivos móveis.

Art. 3º A oferta de serviços de pagamentos e de transferências de valores por meio de dispositivos móveis será feita por pessoas jurídicas constituídas com o único objetivo de proporcionar esses serviços.

Parágrafo único. O funcionamento das empresas previstas no *caput* deverá ser autorizado pela autoridade competente.

Art. 4º As pessoas jurídicas previstas no art. 3º manterão registros de contas eletrônicas individuais em nome dos usuários de seus serviços.

§ 1º Os registros previstos no *caput* constituem-se de uma conta associada a um número de telefone móvel em que os clientes da empresa farão depósitos de valores monetários.

§ 2º Haverá um único registro de conta eletrônica associado a um determinado número de telefone móvel.

§ 3º Os valores monetários registrados na conta eletrônica poderão ser utilizados para:

- I – adquirir créditos para o uso do telefone móvel;
- II – pagamentos;
- III – transferências para outras contas eletrônicas;
- IV – transferências para contas bancárias em nome do titular da conta eletrônica de origem;
- V – saques em estabelecimentos conveniados.

§ 4º As contas eletrônicas previstas no *caput* não serão remuneradas.

Art. 4º As empresas previstas no art. 3º poderão intermediar a oferta de serviços financeiros, tais como crédito, aplicações financeiras, seguros e outros, a seus clientes.

Parágrafo único. A responsabilidade pelos serviços oferecidos na forma do *caput* será sempre da instituição financeira que o ofertou.

Art. 5º Todas as empresas que oferecerem o serviço de pagamentos e transferências por meio de dispositivos móveis participarão de uma câmara de compensação responsável pela compensação e liquidação das operações em tempo real e pelo credenciamento dos estabelecimentos para saques de recursos em dinheiro.

Parágrafo único. A câmara de compensação prevista no *caput* integrará o sistema brasileiro de pagamentos e será constituída por meio de uma sociedade civil sem fins lucrativos.

Art. 6º Os valores depositados pelos usuários do STDM serão mantidos pelas empresas previstas no art. 3º em contas e aplicações financeiras no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

§ 1º Os valores mantidos no SFN, conforme o *caput*, não farão parte do patrimônio das empresas ofertantes dos serviços de que trata esta Lei.

§ 2º Os resultados das aplicações financeiras, feitas conforme o *caput*, constituirão receitas das empresas ofertantes dos serviços de que trata esta Lei.

§ 3º As operações previstas neste artigo serão disciplinadas pela autoridade monetária competente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é sofisticado o bastante para oferecer crédito, custódia de valores, aplicações financeiras e várias formas de pagamento e transferência de recursos, utilizando tecnologia de ponta. Entretanto, é elitista, pois privilegia a oferta desses serviços para a população de alta renda, e, devido à grande concentração e poder de mercado, impõe custos altos para seus clientes, seja por meio de elevadas tarifas ou altas taxas de juros.

Há ainda os problemas do péssimo atendimento nas agências e do limitado alcance geográfico do sistema bancário. Em determinadas regiões do país, a população tem de viajar a outras cidades para encontrar uma agência bancária. No município baiano de Ibiquera, por exemplo, onde cerca de mil famílias perderam a safra recentemente, para sacar o seguro oferecido pelo governo federal, tiveram que percorrer 200 km até o banco mais próximo. Assim, além do prejuízo com o deslocamento, essas famílias acabaram

movimentando a economia do município vizinho, já que terminaram fazendo compras, pagando contas e gastando seus recursos no local onde estava a agência bancária.

O que propomos, para tentar minorar todos esses problemas, é instituir o sistema de pagamentos e transferências de valores monetários por meio de dispositivos móveis (STDM).

Participarão do STDM empresas criadas unicamente com o objetivo de oferecer o serviço de pagamentos e transferências por meio da telefonia celular. Essas empresas, que poderão ser uma subsidiária de uma empresa de telecomunicações ou de uma instituição financeira, por exemplo, participarão de uma câmara de compensação que será responsável pela compensação e liquidação das operações em tempo real, como também pelo credenciamento dos estabelecimentos em que poderão ser feitos saques em dinheiro pelos usuários do sistema.

Os usuários do sistema farão depósitos em contas virtuais, que poderão movimentar por meio de seus aparelhos celulares, para fazer pagamentos e transferências. Assim, um morador de uma pequena cidade do interior do país ou um trabalhador de baixa renda, que hoje não têm acesso ao sistema bancário, poderão receber dinheiro, fazer pagamentos e transferências de valores sem precisar se deslocar para caixas eletrônicos ou agências bancárias distantes.

As empresas participantes do STDM também poderão intermediar a oferta de serviços financeiros como crédito, aplicações financeiras e seguros. Assim, pessoas de baixa renda, que têm um telefone celular, mas não têm uma conta bancária poderão ter acesso a vários produtos financeiros e o alcance geográfico da rede de atendimento do SFN crescerá.

Além disso, pequenos comerciantes, principalmente ambulantes, poderão receber pagamentos em seu celular, evitando os custos e riscos de se carregar dinheiro e criando um histórico de receitas que facilitará seu acesso a crédito em instituições financeiras.

Em relação à segurança das operações, já há mecanismos e tecnologias que garantem níveis elevados de segurança contra fraudes. As próprias instituições participantes do sistema e o regulador definirão normas básicas de segurança para as operações.

Enfim, a instituição do STDM proporcionará:

- a) Inclusão social pelo acesso a serviços financeiros básicos da população de baixa renda;
- b) Redução do custo para o SFN de carga, transporte e recolhimento de numerário;
- c) Diversificação das formas de pagamento;
- d) Maior concorrência na oferta de serviços financeiros;

e) Alternativa de baixo custo a cartões de crédito e de débito;

f) Maior segurança e menores custos para pequenos comerciantes;

g) Maior eficiência econômica advinda do processamento eletrônico das transações.

h) Maior alcance geográfico do SFN.

Por isso, conto com o apoio dos nobres colegas para esta proposta, que poderá ser aprimorada ao longo da tramitação legislativa.

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido vai à publicação e será remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.250, DE 2011

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o andamento das investigações de lavagem de dinheiro na Caixa Econômica Federal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o andamento de investigações de lavagem de dinheiro na CEF:

Solicitei ao Ministério da Justiça, por intermédio do Requerimento de informações nº 1.293/2004, dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, sobre a suspeita da ação de quadrilhas que fraudavam o recebimento dos prêmios de loteria da Caixa Econômica Federal, do período de 2002 a 2006. Requisito que sejam encaminhadas as conclusões administrativas sobre as investigações do COAF, no âmbito do Ministério da Justiça, referentes aos casos de fraude identificados no Requerimento nº 1.293/2004.

Solicito que sejam encaminhadas informações sobre os inquiridos e possíveis ações judiciais apresentadas em função dos casos de fraude nas loterias da Caixa Econômica Federal.

Justificação

Entre 2004 e 2007 solicitei, ao Ministério da Justiça e à Caixa Econômica Federal, informações sobre as gravíssimas denúncias de fraude e de lavagem de dinheiro nas loterias federais, praticadas por quadrilhas que compravam ilegalmente os bilhetes premiados.

Os dados do Conselho de Controle das Atividades de Atividades Financeiras – COAF confirmaram as denúncias, identificando mais de 75 pessoas envolvidas e movimentando o montante superior a R\$ 32 milhões.

Neste sentido, com o intuito de dar prosseguimento à prestação de contas para toda a sociedade, torna-se indispensável o encaminhamento do resultado dessas investigações e a informação sobre a responsabilização penal de todos os envolvidos.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2011. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO N° 1.251, DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República as informações abaixo, relativas ao Plano “Operação em Defesa da Vida”, criado pelo Governo Federal para combater a violência no campo e coordenado pela pasta:

1. Qual documento formaliza o Plano “Operação em Defesa da Vida”?

2. Quais os objetivos, metas e instrumentos do Plano constantes desse documento?

3. Quais as ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Plano?
4. Como se articulam os diversos órgãos de segurança envolvidos na elaboração e implementação do Plano?
5. Em que medida as ações do Plano se articulam com as iniciativas governamentais de regularização fundiária e de promoção do desenvolvimento sustentável na Região Norte?
6. Já foi realizada alguma avaliação da efetividade do Plano, no que diz respeito tanto à prevenção de novos assassinatos como à célere investigação dos crimes cometidos? Quais foram os resultados obtidos?
7. Quais as próximas etapas da implantação do Plano?

JUSTIFICAÇÃO

Em 2 de junho de 2011, após o recrudescimento da violência no campo em estados da Amazônia, o Governo Federal lançou o Plano “Operação em Defesa da Vida”. A iniciativa foi anunciada após reunião da Presidente da República com o Ministro de Estado da Justiça e os governadores dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia.

A operação envolve as Forças Armadas, a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança Pública e a Polícia Rodoviária Federal, em conjunto com as forças policiais estaduais.

Passados quatro meses do anúncio do Plano, cumpre avaliar a sua efetividade no que diz respeito a duas dimensões principais: investigação dos assassinatos e prevenção de novos crimes. Por esse motivo, consideramos oportuno solicitar essas informações ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que coordena o Plano.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2011.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, 14ª Região, o Ofício nº 500, de 2011, na origem, encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2011.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 500/2011 – GP

Porto Velho (RO), 29 de setembro de 2011

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 2º quadrimestre de 2011.

Senhor Presidente,

Com os cumprimentos de estilo e em atendimento ao disposto no art. 122 da Lei nº 12.017/2009 (LDO 2010), encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório de Gestão Fiscal – 2º quadrimestre de 2011, correspondente ao período de 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011, enviado para publicação, mediante Portaria GP nº 1.616/2011, no **Diário Oficial da União** e no **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho** da 14ª Região.

Respeitosamente, – Assinado eletronicamente por: Desembargadora **Vânia Maria da Rocha Abensur**, Presidente.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14ª REGIÃO

Portaria n. 1616, de 27 de setembro de 2011.

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000,

RESOLVE:

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal - 2º quadrimestre de 2011, correspondente ao período de 1º de setembro de 2010 à 31 de agosto de 2011.

Publique-se.

Porto Velho, 27 de setembro de 2011.

(assinado digitalmente)

Desembargadora VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR

Presidente

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) 

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA FEDERAL - JUSTIÇA DO TRABALHO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, e/ou "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	198.649	2.012	200.661
Pessoal Ativo	168.170	1.651	169.821
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais despesas com Pessoal Ativo	168.170	1.651	169.821
Pessoal Inativo e Pensionistas	30.479	361	30.840
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	30.479	361	30.840
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	40.231	2.012	42.243
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Despesas de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	11.259	1.651	12.920
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.962	361	29.323
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	158.418	-	158.418

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.731.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV) * 100	0,28881%	0,00000%	0,28881%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,063158%		349.086
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,060000%		331.640

FONTE SIAP GERENCIAL

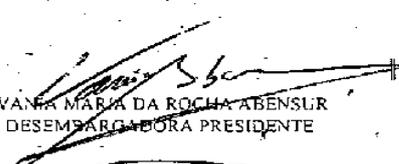
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

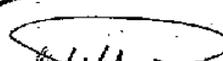
- Despesas liquidadas, considerados aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

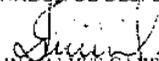
As despesas com precatórios da Administração Direta Executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 152.985.327,94

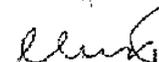
Despesa com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 1.669.793,02

Despesas Liquidadas de Precatórios da Administração Indireta - R\$ 38.359.646,00


 VÂNIA MARIA DA ROCHA ABENSUR
 DESEMBARGADORA PRESIDENTE


 RAIMUNDO JOSÉ DE AZEVEDO DA COSTA
 DIRETOR-GERENTE DAS SECRETARIAS
 ORDENADOR DE DESPESA


 JOSELINA ALVES CABRAL
 DIRETORA DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA


 CLAVIO WELLINGTON DE ARAÚJO TENÓRIO
 SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO - ANO V - Nº0181 28/09/2011

Portaria n. 1616, de 27 de setembro de 2011.

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, RESOLVE:

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal - 2º quadrimestre de 2011, correspondente ao período de 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011.

Publique-se.

Porto Velho, 27 de setembro de 2011.

(assinado digitalmente)
 Desembargadora VANIA-MÁRIA DA ROCHA ABENSUR
 Presidente

OS DADOS SE REFEREM À UMA REPÚBLICA SAO? () SIM () NÃO

**PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA FEDERAL - JUSTIÇA DO TRABALHO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (até fins de 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	198.649	2.012	200.661
Pessoal Ativo	168.170	1.651	169.821
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais despesas com Pessoal Ativo	168.170	1.651	169.821
Pessoal Inativo e Pensionistas	30.479	361	30.840
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	30.479	361	30.840
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de concessão (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	40.231	2.012	42.243
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	11.269	1.651	12.920
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.962	361	29.323
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	158.418	-	158.418
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			532.733,065
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III - c) / IV * 100		0,298661%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (Incluídos I, II e III, art. 20 da LRF) - <= %>	0,0631587%		349,095
LIMITE FUNDACIONAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= %>	0,060000%		331,640
FONTE: SIAFI GERENCIAL			

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

As despesas com precatórios da Administração Direta Executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 152.983.327,94

Despesa com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 1.669.793,02.

Despesas Liquidadas de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 38.859.646,60

VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR
 DESEMBARGADORA PRESIDENTE

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS
 ORDENADOR DE DESPESA

JOSELINA ALVES CABRAL
 DIRETORA DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

CLAVIO WELLINGTON DE ARAUJO TENÓRIO
 SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Assinado digitalmente na forma da lei 11.419/2006 por: ROSIVAL SOUZA FARIAS, em: 27/09/2011 17:46, verificador: D16A8487

Nº 186, quinta-feira, 29 de setembro de 2011

Diário Oficial da União - Seção

ISSN 1677-7042

169



Despesa com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 912.024,85.
Despesa com Remunerações de Pessoal (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 150.682,56 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 37.116,73.
Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 201.210,45.
Do montante de R\$ 3.850 mil inscritos em restos a pagar, foi cancelado o valor de R\$ 284,81 no exercício corrente.

Des. GERSON PAULO TABOADA CONRADO
Presidente do Tribunal
Em exercício

LUIZ FERNANDO DE ANDRADE BLANCO
Diretor-Geral do Secretariado

SANDRO BELTRAME
Diretor da Secretaria Administrativa

SILÔNIO JACINTHO DE OLIVEIRA NETO
Assessor de Controle Interno

14ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.616, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e parágrafo 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2006, resolve:

TORNAR público o Relatório de Gestão Fiscal - 2º quadrimestre de 2011, correspondente ao período de 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011:

Des. VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR

ANEXO

RELACIONDE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORGANISMO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2010 a AOSTO/2011			
RCF ANEXO I (LRP, art. 45, inciso I, alínea "A") R\$ Mil.			
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		Total (a)+(b)
	Liquidadas (a)	Insc. em Restos a Pagar não processados (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	198649	2012	200661
Pessoal Ativo	158170	1651	159821
Senhas Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Senhas Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	158170	1651	159821
Pessoal Inativo e Pensionistas	30479	361	30840
Senhas Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			
Senhas Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	30479	361	30840
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, parágrafo 1º da LRP)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 15, parágrafo 1º da LRP) (II)	40231	2012	42243
Indenizações ou Danos e Intercessões a Demissão Voluntária			
Despesas de Exercícios Anteriores	11289	1651	12940
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28942	361	29303
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	158418		158418
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			552733.063
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III) x 100 / (IV) x 100	0,028661%	0,000000%	0,028661%
LIMITE MÁXIMO (inciso I e II do art. 20 da LRF) -<= 0,063158%			349065
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) -<= 0,000000%			331810

FONTE: SIAFI-GERENCIAL
Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/portal/portal.jspx>, pelo código 0012011082800169

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

As despesas com precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 152.995.327,94. Despesa com Remunerações de Pessoal (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 1.669.793,02. Despesas Liquidadas de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 38.859.646,80.

Des. VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR
Presidente do Tribunal

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Diretor-Geral de Coordenação Administrativa

JOSELINA ALVES CABRAL
Diretora de Serviço de Controle Interno e Auditoria

CLAUDIO WELLINGTON DE ARAÚJO TENÓRIO
Secretário de Orçamento e Finanças

15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 33, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011

O DESEMBARCADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2006, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. RENATO BURATTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 a AOSTO/2011
RCF ANEXO I (LRP, art. 45, inciso I, alínea "A") R\$ Mil.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	885.638	12.744	898.382
Pessoal Ativo	732.311	12.338	744.649
Senhas Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Senhas Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	732.311	12.338	744.649
Pessoal Inativo e Pensionistas	150.327	406	150.733
Senhas Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Senhas Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	150.327	406	150.733
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 10 da LRF) (II)	191.021	10.718	201.739
Indenizações por Demissão Voluntária	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	51.211	10.718	61.929
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	140.810	0	140.810
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	694.617	2.026	696.643
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III) x 100 / (IV) x 100	0,125561%	0,000361%	0,125922%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,219380%		1.212.452
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,208392%		1.151.851

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e SINC/TRT 15ª Região
Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente lido será juntado ao processado do Ofício nº 42, de 2011-CN, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o Ofício nº 911, de 6 de outubro de 2011, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 948, de 2010, de informações, de autoria dos Senadores Jefferson Praia e Marisa Serrano.

As informações foram juntadas ao processado do Requerimento nº 948, de 2010, que vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – O Sr. Senador Geovani Borges enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna, no dia de hoje, é a notícia, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de que “parentes do governador do Amapá, Camilo Capiberibe são citados no esquema da Operação Mãos Limpas”.

O esquema de ataque aos cofres públicos, instalados nas instituições públicas do Amapá, desviou pelo menos R\$ 1 bilhão nos últimos dez anos e continua funcionando nos dias de hoje.

Os números e as conclusões são do inquérito final da Operação Mãos Limpas da Polícia Federal, desencadeada em setembro de 2010. As investigações, os documentos, vídeos, fotos e escutas foram analisados por policiais e peritos ao longo deste ano e mandados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

As mais de 2 toneladas de material apreendidas mostram irregularidades grosseiras, com indícios de crimes que revelam um ambiente de impunidade, que data desde 1995, quando João Capiberibe era governador do Amapá.

João Capiberibe, pai do atual governador Camilo Capiberibe, governou o Amapá de 1995 até 2002.

Pois bem!

Agora, nesta segunda-feira, 08 de outubro, em matéria publicada com exclusividade no jornal *O Estado de São Paulo*, surge a informação de que a Operação Mãos Limpas detectou o envolvimento do atual gover-

nador do Amapá, Camilo Capiberibe, com o esquema de corrupção no Estado.

A mulher do atual governador, Cláudia Camargo Capiberibe foi assessora especial do Tribunal de Contas do Estado (TCE) com o objetivo de, segundo conclusão dos policiais federais, “barrar as fiscalizações necessárias”.

Também no TCE, e com a mesma finalidade de frear a finalidade fiscalizadora do Tribunal, a Operação Mãos Limpas descobriu a nomeação de um primo do governador Camilo Capiberibe. Journey Souza Capiberibe teria sido indicado para o cargo de assessor especial, com salário de R\$ 6,1 mil. Curioso é que, nas anotações apreendidas pela PF, o nome do governador aparece ao lado, entre parênteses.

A operação da Polícia Federal também aponta que há documentos que mostram que o então deputado, e atual Governador, Camilo Capiberibe, solicitou passagens para pessoas que nenhum vínculo tinham com a Casa. Outro caso registra gastos de R\$5 mil para “Carlos Camilo Capiberibe e família”.

O pai do atual Governador, o ex-governador e ex-senador cassado por corrupção eleitoral João Capiberibe; a irmã do governador, Camila Capiberibe; e a primeira-dama, Cláudia Capiberibe, também recebem o benefício do ex-deputado e atual governador Camilo Capiberibe.

É com preocupação que registro a constatação do envolvimento da oligarquia Capiberibe na Operação Mãos Limpas, da Polícia Federal, que desmonta um vergonhoso esquema de corrupção no meu Estado do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Com essas informações rápidas, encerramos a sessão. Que Deus oriente todos nós e que amanhã tenhamos um belíssimo e bom Dia das Crianças. Repito, como eu disse no meu pronunciamento hoje à tarde: criança tem que ter direito ao lazer e ao estudo. Lugar de criança é na escola.

Bom Dia das Crianças para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.*)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, I do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
448-M	Casildo Maldaner	43, I	21.09 a 11.10	Licença Saúde (1)
504-M	Lídice da Mata	13	11.10	Atividade Parlamentar
505-M	Jarbas Vasconcelos	13	13 a 21.10	Atividade Parlamentar
506-M	Maria do Carmo Alves	13	11.10	Atividade Parlamentar
507-M	Clovis Fecury	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
508-M	Marinor Brito	13	06.10	Atividade Parlamentar
509-M	Marinor Brito	13	10.10	Atividade Parlamentar
510-M	Marinor Brito	13	11.10	Atividade Parlamentar
511-M	Waldemir Moka	13	10.10	Atividade Parlamentar
512-M	Fernando Collor	13	10.10	Atividade Parlamentar
513-M	Fernando Collor	13	11.10	Atividade Parlamentar
514-M	Casildo Maldaner	43, I	30.09 a 15.10	Licença Saúde
516-M	Humberto Costa	13	11.10	Atividade Parlamentar

Observação: (1) Republicação. Publicado anteriormente no Diário do Senado Federal do dia 29 de setembro de 2011.

RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

(Artigo 256 do Regimento Interno)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
501-M	Randolfe Rodrigues	13	10.10	Retirado pelo Requerimento nº 515/2011-M

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
11/10/2011
terça-feira

14h **Ordem do Dia**
 Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011
Instalação: 27/04/2011
Prazo final: 06/09/2011
Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

- *. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
- 1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
- 2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
- 3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
- 4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
- 5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfê Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: ssepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

**Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010**

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. n° 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento nº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

** Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

*** Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,5,17,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
 - ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
 - ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
20. Vago, em virtude da Senadora Kátia Abreu deixar a Comissão (OF. nº 059/2011 - GLDEM), art. 81, §2º, RISF.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

- Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. N° 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. VAGO ^(3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** . Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹²⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfê Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ^(1,3)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

Edição de hoje: 180 páginas

(OS: 15413/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

